

# DIÁRIO OFICIAL

## ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXXVII

Florianópolis, 1º de novembro de 1971

NÚMERO 9.362

### GOVERNO DO ESTADO

LEI N. 4.626, DE 12 DE OUTUBRO DE 1971

**Autoriza o Poder Executivo a dar fiança do Estado aos empréstimos contraídos, ou que venham a ser contraídos, pelo Banco do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Habitação e às outras providências**

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos, ou que venham a ser contraídos, pelo Banco do Estado de Santa Catarina (BDE) com o Banco Nacional de Habitação, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e esgotos em municípios do Estado, e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação na hipótese de o Banco do Estado de Santa Catarina ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2º — Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a complementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos de Santa Catarina (FAE-SC), bem como a garanti-los na forma estabelecida no art. 1º desta Lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 12 de outubro de 1971.

COLOMBO MACHADO SALLES

Geraldo Gama Salles

Eugênio Lapagesse

Glauco Olinger

Alcides Abreu

Carlos Augusto Caminha

Sérgio Uchôa Rezende

Victor Fernando Sasse

Plínio Arlindo De Nês

Henrique Manoel Prisco Páriso

Delso Lanter Peret Antunes

Paulo Müller Aguiar

Marcelo Bandeira Maia

César A. Ghanem Sobrinho

LEI N. 4.628, DE 12 DE OUTUBRO DE 1971

**Dispõe sobre os mecanismos de estímulo à agropecuária do Estado**

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Os instrumentos de ação para o desenvolvimento da agropecuária do Estado são:

a) Fundo de Estímulo à Produtividade (FEPRO), criado pela lei n. 4.486, de 16 de julho de 1970;

b) Fundo Agropecuário (FAP), criado pela presente lei.

Art. 2º — Os recursos do Fundo de Estímulo à Produtividade (FEPRO), no período de 1971 — 1975, somarão a quantia de Cr\$ 8.711.000,00 (oito milhões, setecentos e onze mil cruzeiros), distribuídos anualmente na lei Orçamentária da seguinte forma:

1971 — Cr\$ 523.000,00

1972 — Cr\$ 966.000,00

1973 — Cr\$ 1.790.000,00

1974 — Cr\$ 2.716.000,00

1975 — Cr\$ 2.716.000,00

§ 1º — Os valores referidos neste artigo poderão ser alterados anualmente, para mais ou para menos, respeitados os compromissos existentes e consoante o disposto na lei Orçamentária.

§ 2º — Os benefícios do FEPRO poderão ser estendidos às Cooperativas agropecuárias para compra de máquinas e equipamentos destinados ao beneficiamento de sementes em geral, para o plantio ou o consumo.

Art. 3º — Ao FAP serão igualmente distribuídos recursos destacados anualmente na lei do Orçamento, nas mesmas condições tratadas no artigo anterior, nos seguintes montantes:

1971 — Cr\$ 627.000,00

1972 — Cr\$ 1.265.000,00

1973 — Cr\$ 1.320.000,00

1974 — Cr\$ 1.320.000,00

1975 — Cr\$ 1.320.000,00

Parágrafo único — Aos recursos mencionados neste artigo serão somados:

a) Outros recursos que venham a ser transferidos pela Secretaria da Fazenda;

b) Doações, legados e contribuições que lhe venham a ser transferidos;

c) o produto da renda de suas próprias atividades.

Art. 4º — Ficam extintos o Fundo Rotativo Agropecuário — (FAP) e o Fundo de Desenvolvimento da Pecuária (FUNDEPE), passando o Fundo Agropecuário (FAP), que assume o passivo e ativo dos fundos extintos, a constituir o fundo rotativo destinado a:

1. Proporcionar aos ruralistas fatores de produção, a baixo preço ou a preço de custo;

2. revender os fatores de produção à vista ou a prazo, de preferência através de financiamentos bancários.

§ 1º — São considerados fatores de produção:

1. Reprodutores, ou semen, de espécies domésticas de valor econômico;

2. — sementes selecionadas e certificadas;

3. máquinas, motores e aparelhos agrícolas em geral, incluídas as de beneficiamento e classificação de cereais e outros produtos da lavoura;

4. material de defesa sanitária vegetal e animal;

5. adubos e corretivos.

§ 2º — As despesas operacionais do Fundo Agropecuário correrão à conta de seus próprios recursos, limitados até 30% (trinta por cento) do montante de suas disponibilidades anuais.

§ 3º — O FAP poderá contratar serviços do Pessoal necessário ao desenvolvimento dos seus trabalhos, respeitadas as restrições legais e atinentes à matéria e na conformidade da consolidação das Leis do Trabalho.

§ 4º — O FAP, poderá, igualmente, atribuir gratificações aos funcionários vinculados, pela realização de trabalhos especiais.

Art. 5º — A Secretaria da Agricultura submeterá, anualmente, seu balanço geral, a apreciação do Tribunal de Contas do Estado, que deverá integrar a prestação de contas do Governo do Estado.

Parágrafo único — O FAP obedecerá as normas determinadas pela Contadoria Geral do Estado, mantendo registro contábil especial.

Art. 6º — Os créditos do FAP são considerados dívidas ativas, para efeitos de cobrança e processados na conformidade do disposto na legislação específica.

Art. 7º — O FAP poderá revender os produtos adquiridos a preço abaixo do custo, para atendimento a agricultores ou pecuaristas prejudicados por geadas, chuvas, epidemias, granizo ou qualquer outro fator adverso.

Parágrafo único — Para efeito do disposto neste artigo, o Titular da Secretaria da Agricultura solicitará permissão prévia ao Chefe do Poder Executivo, em explanação que, após sua aprovação integrará os documentos contábeis do FAP.

Art. 8º — O FAP poderá importar, de qualquer procedência, nacional ou estrangeira, sementes selecionadas, reprodutores de linhagem das raças animais julgadas convenientes para a melhoria da agropecuária, procedendo às operações de créditos necessárias.

Art. 9º — O FAP será dirigido por um Coordenador, escolhido pelo Secretário da Agricultura, dentre Engenheiros Agrônomos ou Médicos Veterinários, de comprovada capacidade técnica e experiência administrativa.

Art. 10 — A Secretaria da Fazenda, pela Contadoria Geral do Estado procederá a liquidação dos fundos Rotativo, Agropecuário e de Desenvolvimento da Pecuária, extintos, bem como procederá às respectivas tomadas de contas, submetendo ambas a aprovação do órgão de controle externo.

Parágrafo único — Os resultados financeiros da liquidação acima mencionada constituirão receita do FAP, ao qual, igualmente serão transferidos, por decreto, os remanescentes, créditos orçamentários dos fundos extintos.

Art. 11 — Para estímulo ao Associativismo, a Secretaria da Agricultura poderá doar as Cooperativas, aos Sindicatos e às Associações Rurais, desde que não tenham esses organismos, sem fins lucrativos, o patrimônio móvel dos Postos, Campos de Sementes, Unidades de Armazenagem e Sementes da sua atual estrutura.

§ 1º — O patrimônio móvel compreende sementes, aparelhos, instrumentos agrícolas e instalações, banheiros carrapaticidas e outros benéficos, que poderão também ser doados, mediante convênios que assegurem a utilização do respectivo patrimônio em prol das comunidades.

§ 2º — Os bens imóveis, onde se acham instaladas as unidades, objetos da doação, poderão, igualmente, serem entregues para uso e exploração gratuitas, pelas entidades donatárias.

Art. 12 — A doação será feita com encargos e formalizar-se-á mediante convênio, que entre outras cláusulas, de interesse mútuo, estabelecerá:

a) A contribuição financeira do Estado, para a manutenção do Estabelecimento doado;

b) a assistência técnica, por parte do Estado ou de órgão por este designado;

c) as obrigações da entidade donatária, em especial as relacionadas com os objetivos do estabelecimento doado; e,

d) a permanência, à conta do Estado, sob as ordens da entidade donatária, do pessoal existente, técnico ou subalterno.

§ 1º — A exoneração ou dispensa do pessoal vinculado ao convênio

não obrigará ao Estado sua substituição.

§ 2º — Os créditos orçamentários deferidos às unidades doadas serão transpostos por decreto, para dotação própria, entregues como "transferências correntes".

§ 3º — Os convênios atualmente em vigor serão ajustados aos termos deste artigo.

§ 4º — Anualmente a Lei do Orçamento consignará recursos nos montantes convencionados, para atendimentos dos compromissos financeiros, a cargos do Estado.

§ 5º — A frequência ao serviço, do pessoal do Estado, posto à disposição da entidade donatária, será, mensalmente, encaminhada a Secretaria da Agricultura em formulário próprio, para fins de assentamento, pelo Serviço de Pessoal competente.

§ 6º — O pessoal não sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho contará, como tempo de serviço público, para todos os fins, o período em que estiver à disposição da entidade donatária.

Art. 13 — Nas mesmas condições do art. 11, a Secretaria da Agricultura poderá proceder à criação e instalação de novos serviços, ou ampliar os já existentes, consoante o Programa Agropecuario do Estado.

Art. 14 — Os agentes referidos nesta lei poderão, também, ser firmados com os municípios.

Parágrafo único — Do mesmo modo serão transferidos às Municipalidades ou entidades da classe rural interessadas, a propriedade e administração de todos os banheiros carrapaticidas construídos pelo Estado ou que vierem a ser construídos.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, em 12 de outubro de 1971.

COLOMBO MACHADO SALLES

Geraldo Gama Salles

Eugênio Lapagesse

Glauco Olinger

Aicides Abreu

Carlos Augusto Caminha

Sérgio Uchôa Rezende

Vitor Fernando Sasse

Plínio Arlindo De Nes

Henrique Manoel Prisco Parnaso

Delso Lanter Peret Antunes

Paulo Müller Aguiar

Marcelo Bandeira Maia

Cesar A. Ghanem Sobrinho

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO/N — SEE — 20-10-71/N. 949

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o 533º pecúlio, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, pago aos beneficiários do Sócio Cooperador Dulcinea Mes de Lima, falecida em 17 de setembro de 1971.

Atualmente a Beneficência dos Professores de Santa Catarina conta com 12.043 associados e Cr\$ 95.241,40 (noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e um cruzeiros e quarenta e um centavos), de pecúlios pagos.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, em 22 de outubro de 1971.

COLOMBO MACHADO SALLES

Carlos Augusto Caminha

X

DECRETO/N — SEE — 22-10-71/N. 950

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Ordem do Serviço n.º/SEE 14.523,

DECRETA:

Art. 1º — Passa a denominar-se "Manuel da Nóbrega" o Colégio Secundário do município de Rio Negrinho, criado face ao Dec. n.º SE — 31-03-70/8.973.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, em 22 de outubro de 1971.

COLOMBO MACHADO SALLES

Carlos Augusto Caminha

X

DECRETO/N — SEE — 22-10-71/N. 951

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o 592º pecúlio, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, pago à Congregação das Irmãs da Divina Providência, como beneficiária da Professora Irmã Edwiger (Anna Wiemann), falecida a 7 de setembro de 1971.

Atualmente a Beneficência dos Professores de Santa Catarina conta com 12.043 associados e Cr\$ 95.241,40 (noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e um cruzeiros e quarenta e um centavos), de pecúlios pagos.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, em 22 de outubro de 1971.

COLOMBO MACHADO SALLES

Carlos Augusto Caminha

DECRETO/N — SSI — 25-10-71/N. 957

Aprova o Regulamento para a organização, fiscalização, orientação e funcionamento das Guardas Municipais, Urbanas, Noturnas, de Transporte de Valores, Vigilantes Bancários e congêneres, no Estado de Santa Catarina

O Governador do Estado no uso de suas atribuições, e considerando que a organização e funcionamento das Guardas Municipais, Urbanas, Noturnas, de Transporte de Valores, Vigilantes Bancários e congêneres, não obedeçam às normas regulamentares; e considerando que se realizam sem a conveniente orientação e controle policiais;

considerando a necessidade de estabelecer a forma regulamentar dessas organizações e práticas preventivas;

e considerando, finalmente, que cabe à SSI registrar, orientar e fiscalizar todas essas atividades, em benefício da ordem, da paz e da tranquilidade públicas, para melhor proteção das pessoas e bens dependentes desses serviços,

DECRETA:

Art. 1º — Os Serviços de Vigilância poderão ser executados pelos próprios Estabelecimentos de crédito ou por Firmas Especializadas em Segurança Pública com sede neste Estado e após efetuarem o devido registro junto a Secretaria de Segurança e Informações.

Art. 2º — As Guardas Municipais, Noturnas, Urbanas, Bancárias e de Transporte de Valores, Vigilantes Particulares ficam sujeitas às disposições deste decreto para sua organização, orientação, fiscalização e funcionamento.

Art. 3º — As Guardas Municipais, para vigilância noturna ou para instituições deste decreto poderão revestir-se da forma de sociedade civil de fins não econômicos em jurisdição limitada ao município, cidade, distrito ou bairro, onde venham a atuar.

Art. 4º — As Guardas Noturnas, Particulares, constituídas por instrumento público ou particular, só poderão se revestir da forma de sociedade civil de fins não econômicos, em jurisdição limitada ao município, cidade, distrito ou bairro, onde venham a atuar.

Art. 5º — Os Vigilantes Particulares poderão ser organizados por moradores de bairros, pessoas jurídicas ou pessoas físicas, diretamente interessadas na obtenção de serviços de vigilância, que poderão ser prestados de forma individual, ou reunidos em corporação, na forma da legislação vigente.

Art. 6º — As Guardas de Segurança Bancária ou de Transportes de Valores, serão organizadas no Estado de Santa Catarina, sob a forma de sociedade com responsabilidade limitada com jurisdição no Estado, município, cidade, distrito ou bairro, onde venham a atuar.

Art. 7º — As Guardas Municipais mantidas e organizadas pelas Prefeituras Municipais ficarão sujeitas à orientação, fiscalização e controle da Delegação de Delegado da comarca ou ao Município e, hierarquicamente, ao Delegado Regional, com a supervisão da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações (DCI/SSI).

Art. 8º — As Guardas Noturnas e os Vigilantes Particulares ficarão subordinados administrativamente às entidades ou pessoas que os mantiverem mas, respectivamente, sob orientação, fiscalização e controle policial dos Delegados do Município, de comarca e Regional, com a supervisão da DCI/SSI.

Art. 9º — As Guardas Municipais, Noturnas e Bancárias, após constituição regular, na forma permitida pelos Artigos 3, 4, 5 e 6, deverão efetuar os registros policiais na DCI/SSI, apresentando para tanto os seguintes documentos:

I — Requerimento devidamente averbado pela Coleção Estadual;

II — prova de inscrição da Junta Comercial do Estado (JC);

III — fotocópia autenticada do contrato social e de suas alterações contratuais;

IV — fotocópia autenticada do Título de Eleitor dos membros diretores;

V — certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos órgãos estaduais competentes, dos membros diretores, onde tenham residido nos últimos dois (2) anos;

VI — "curriculum vitae", dos membros diretores;

VII — fotocópia autenticada das Carteiras de Identidade, ou Certificação, que comprove o registro no Instituto de Identificação deste Estado dos membros diretores;

VIII — fotocópia do documento que comprove a quitação com o serviço militar, dos membros diretores;

IX — certidão de matrícula no INFS;

X — fotocópia da inscrição e Alvará da Prefeitura Municipal;

XI — certificação do número de inscrição do CCC;

XII — atestado de antecedentes políticos dos membros diretores no caso de ter sido este atestado deverá ser passado pelas autoridades da sede e da filial;

XIII — fotocópia do certificado de registro no SFIDT/5 da 5ª. M.;

XIV — comprovante do Ministério da Fazenda (número da inscrição do Imposto de Renda, Lessa Física dos membros diretores e da Pessoa Jurídica);

XV — plano de uniformes aprovados pelo Estado Maior das Forças Armadas — EMFA;

a) — requerimento subscrito pelo dirigente da entidade particular e pelo Prefeito, quando se tratar de organização municipal com a declaração das finalidades da guarda, e finalidade do seu efetivo;

XVI — exemplar do "Diário Oficial" que publicou os Estatutos.

§ 1º — Não se a deferido o registro da guarda que deixar de prestar as exigências deste decreto, cujos membros de direção haja algum que possua antecedentes criminais ou seja considerado indócil da DCI/SSI.

§ 2º — O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, por irregularidade de funcionamento, de cumprimento das determinações da DCI/SSI ou por inconveniência manifestada de sua atividade, ouvida a autoridade policial regional competente.



§ 3º — A cassação do registro das empresas e guardas e consequentemente o seu funcionamento no Estado será precedida de sindicância a ser determinada pela DCI/SSI e na qual serão explicitados claramente os motivos que recomendam esta medida.

Art. 10 — Os elementos das Guardas, quando em serviço, deverão usar uniforme.

Parágrafo único — Os uniformes e distintivos não poderão assemelhar-se ou confundir com os fardamentos e insígnias das Forças Armadas, ou das corporações policiais.

Art. 11 — As Guardas e os Vigilantes Particulares serão administrados por suas diretorias ou empregadores, mas ficarão sujeitos à orientação, fiscalização e controle do Delegado Municipal de Polícia, Delegado de Polícia de comarca e hierarquicamente, ao Delegado Regional de Polícia, com a supervisão da DCI/SSI.

Parágrafo único — Os Guardas e Vigilantes receberão instruções das autoridades policiais, e da Escola de Polícia Civil do Estado, sobre armamento, técnica de policiamento e atividades de trânsito.

Art. 12 — As Guardas e os Vigilantes particulares deverão colaborar com os órgãos policiais, sempre que solicitados, nos casos de emergência ou necessidade do serviço policial.

Art. 13 — São condições mínimas para integrar as Guardas Urbanas Municipais, Noturnas, Bancárias, de Transporte de Valores, congêneres, ou ser Vigilante particular, os seguintes pressupostos:

- I — ser brasileiro, conforme o art. 145, da Constituição Federal;
- II — ser maior de dezoito anos;
- III — estar no gozo dos direitos políticos;
- IV — estar quite com o serviço militar;
- V — não apreentar antecedentes políticos;
- VI — ser eleitor;
- VII — gozar de boa saúde, comprovada em inspeção por junta médica oficial;

VIII — ser alfabetizado (possuindo o primário completo);

IX — apresentar carteira de identidade;

X — não possuir registro nas varas criminais e órgãos policiais onde tenha residido os últimos cinco (5) anos;

XI — aprovação pela DCI/SSI como candidato à Guarda;

XII — frequência aos cursos ministrados pela Escola de Polícia Civil.

§ 1º — Todas as condições exigidas pelos itens acima deverão ser comprovadas com documentação própria (original ou fotocópia autenticada).

§ 2º — A Escola de Polícia poderá delegar poderes aos Delegados Regionais de Polícia para ministrarem instrução aos Guardas Noturnos, Urbanos, Municipais e Vigilantes Particulares, fornecendo-lhes as unidades didáticas a serem ministradas.

§ 3º — Os Guardas Bancários e de Transporte de Valores terão curso ministrado na Capital do Estado.

§ 4º — Para as Guardas Bancárias e de Transporte de Valores, a idade máxima para os guardas será a de quarenta e cinco (45) anos.

§ 5º — Os candidatos a Guardas Bancários e de Transporte de Valores deverão ser reservistas de 1ª categoria.

Art. 14 — A DCI/SSI expedirá credencial as pessoas capacitadas para exercerem a função de Guarda.

Art. 15 — Nenhuma pessoa poderá ser contratada para a função de guarda ou vigilante antes de ser previamente liberada pela DCI/SSI.

Art. 16 — Nenhuma empresa ou guarda fará transferência de vigilantes, de uma localidade para outra, sem que seja dado conhecimento à DCI/SSI.

Parágrafo único — A comunicação de que trata este artigo deverá ser procedida dentro das primeiras setenta e duas horas.

Art. 17 — Considerando-se a alta responsabilidade dos vigilantes de estabelecimento de crédito e de transporte de valores, a inobservância das normas e instruções da SSI sobre a matéria ou prática de atos que deturpem sua conduta funcional ou particular, serão motivo para a sua permanência neste serviço.

Parágrafo único — A sanção de que trata este artigo será aplicada pela DCI/SSI.

Art. 18 — Todo o Guarda que foi demitido da organização a qual pertencer por iniciativa da própria organização ou por determinação da DCI/SSI, não poderá ingressar em qualquer outra organização de guardas.

Parágrafo único — As firmas deverão comunicar à DCI/SSI quando da demissão de um membro de sua organização, citando o fato causador de tal medida.

Art. 19 — Nenhum guarda poderá portar arma sem que esteja munido do respectivo registro e porte.

Art. 20 — Nenhum servidor dos órgãos policiais da SSI, em atividade, poderá fazer parte da diretoria, ou pertencer às guardas, ou exercer qualquer outra função, remunerada ou não, direta ou indiretamente, previstos neste decreto, sob pena das sanções estatutárias.

Art. 21 — Todos os guardas ou vigilantes deverão estar devidamente registrados na Delegacia de Ordem Política e Social, após a liberação pela DCI/SSI.

Art. 22 — É vetado às guardas municipais, urbanas, noturnas, firmas especializadas, em segurança bancária, de transporte de valores, vigilantes particulares e similares, a aquisição de armas.

§ 1º — As guardas municipais terão suas armas fornecidas pela Prefeitura Municipal que as distribuirá diariamente e recolherá no início e término de cada expediente.

§ 2º — As firmas especializadas em Segurança Bancária, de Transporte de Valores, bem como os vigilantes particulares, terão suas armas fornecidas pelas entidades, firmas ou estabelecimentos que as contratarem.

§ 3º — As armas de que trata o parágrafo anterior deverão estar devidamente registradas e porteadas pelo Serviço de Armas e Munições (SADM) da DCI.

§ 4º — As armas destinadas aos serviços de guardas deverão ser usadas pelos guardas ou vigilantes somente no horário de serviço, permanecendo as mesmas recolhidas à firma ou entidade quando estes estiverem de folga.

§ 5º — As Guardas Urbanas e Noturnas terão como arma o cassete e o apito.

Art. 23 — Não será permitido o porte de armas, fora do serviço a que se destinam.

Art. 24 — As armas portadas de modo irregular serão sumariamente apreendidas, sujeitando-se o contraventor a processo de multa, sendo responsabilizada na forma da lei, também a organização a que estiver vinculado.

Art. 25 — Serão considerados clandestinos e impedidos de exercer suas atividades, as Guardas, Vigilantes Particulares ou Organizações de Transporte de Valores que não atenderem as determinações da DCI/SSI e as disposições deste decreto.

Art. 26 — A SSI, através da DCI, baixará instruções para o fiel cumprimento deste decreto.

Art. 27 — Aplicar-se-ão as autoridades policiais que não exigirem o estrito cumprimento deste decreto as competentes sanções estatutárias.

Art. 28 — Das faltas cometidas pelo não cumprimento deste decreto estarão os infratores sujeitos as multas previstas em lei.

Art. 29 — Dos atos e sanções decorrentes deste decreto caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, sem efeito suspensivo, ao Diretor da DCI/SSI.

Parágrafo único — Todos os recursos de que trata este artigo deverão dar entrada na DOPS.

Art. 30 — Este decreto entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, em 25 de outubro de 1971.  
COLOMBO MACHADO SALLES  
Delso Lanter Peret Antunes

DECRETO/N — SEE — 25-10-71/N. 958

Fixa gratificação "pro-labore" para os membros do Conselho Estadual de Contribuintes

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 172, da Consolidação da Legislação Tributária, aprovada pelo Decreto n. 57-16-07-69/8.130,

DECRETO N.º 1

Artigo 1º — É fixada em valor igual a Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a gratificação a que se refere o artigo 172, da Consolidação da Legislação Tributária, aprovada pelo Decreto SF — 16-07-69/8.130.

Artigo 2º — As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta da consignação orçamentária própria.

Artigo 3º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio do Governo, em Florianópolis, em 25 de outubro de 1971.

COLOMBO MACHADO SALLES  
Sérgio Uchêa Rezende

RETIFICAÇÃO

Na Lei n. 4.627, de 15 de outubro de 1971, publicada no "Diário Oficial" do Estado de 26-10-71,

Onde se lê: Art. 4º — Os formulários devidamente preenchidos serão devolvidos às Exatarias da Jurisdição do contribuinte até o dia 30 de setembro de 1971;

Leia-se: Art. 4º — Os formulários devidamente preenchidos serão devolvidos às Exatarias da Jurisdição do Contribuinte até o dia 30 de novembro de 1971.

Decreto P/3.312/SEE, de 23 de outubro de 1971

O Governador do Estado no uso de suas atribuições, resolve relatar de acordo com o artigo 51, da lei n. 4.547, de 31 de dezembro de 1970, na Imprensa Oficial do Estado — Secretaria da Administração, o cargo da classe EF-4 da carreira de motorista do Quadro Geral do Poder Executivo, Secretaria da Agricultura, de que é titular o senhor José Francisco de Silva.

Decreto P/3.363/SEE, de 19 de outubro de 1971

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo SEE/o. s. 20.450, resolve tornar sem efeito o decreto n. 561, de 25-02-71 que nomeou por concurso Roldão Andreatta, para exercer o cargo de Professor de Ciclo Básico I, padrão PF-7, da Secretaria de Estado da Educação, (E. I. "Braco Bau" — 01.04.059, município de Ilhota).

Decreto P/3.364/SEE, de 19 de outubro de 1971

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo SEE/o. s. n. 13.354, resolve tornar sem efeito o decreto n. 759, de 01.03.71, que nomeou Elcio Pinto da Luz, para exercer o cargo de Professor de Ciclo Básico I, PF-7, da Secretaria de Estado da Educação (E. I. de Rio Fortuna — 01.14.021, município de Vidal Ramos).

Decreto P/3.365/SEE, de 19 de outubro de 1971

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo SEE/o. s. n. 13.354, resolve tornar sem efeito o decreto n. 771, de 01.03.71, que nomeou Mari Tada Tomazelli Amorim, para exercer o cargo de Professor de Ciclo Básico I, PF-7, da Secretaria de Estado da Educação (E. I. de B'nk — 04.14.008, município de Vidal Ramos).

Decreto P/3.366/SEE, de 19 de outubro de 1971

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo SEE/o. s. n. 13.354, resolve tornar sem efeito o decreto n. 773, de 01.03.71, que nomeou Síleide Cardoso Senna, para exercer o cargo de Professor de Ciclo Básico I, PF-7, da Secretaria de Estado da Educação (E. I. de Perai Santa Cruz — 04.14.015, município de Vidal Ramos).

Decreto P/3.367/SEE, de 19 de outubro de 1971

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Ordem de Serviço n.º/SEE, 5.005, resolve tornar sem efeito o dec. ref. 1.000, de 01.03.71, que nomeou por con-

curso Marlene Morsch, para exercer o cargo de Professora de Ciclo Básico I, padrão PF-7, na Escola Isolada de Caminho Papanduva, município de Presidente Getúlio — 06.07.063.

**Decreto P/3.368/SEE, de 19 de outubro de 1971**

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Ordem de Serviço n.º/SEE, 5.005, resolve tornar sem efeito, o dec. ref. 943, de 01.03.71, que nomeou por concurso Sônia Gevaerd de Freitas, para exercer o cargo de Professora de Ciclo Básico I, padrão PF-7, na Escola Isolada de "Caminho Papanduva" — 06.07.054, município de Presidente Getúlio.

**Decreto P/3.369/SEE, de 19 de outubro de 1971**

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Ordem de Serviço n.º/SEE, 5.005, resolve tornar sem efeito o dec. ref. 933, de 01.03.71, que nomeou por concurso Guilomar Belli, para exercer o cargo de Professora de Ciclo Básico I, padrão PF-7, na Escola Isolada de "Caminho do Morro", município de Dona Emma — 06.07.001.

**Decreto P/3.370/SEE, de 19 de outubro de 1971**

O Governador do Estado no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Ordem de Serviço n.º/SEE, 5.005, resolve tornar sem efeito o dec. ref. 722, de 01.03.71, que nomeou por concurso Rosa Emília Cidral de Freitas, para exercer o cargo de Professora de Ciclo Básico I, padrão PF-7, na Escola Isolada de "Rio dos Monos" — 06.07.004, município de Dona Emma.

**Decreto P/3.372/SEE, de 20 de outubro de 1971**

O Governador do Estado no uso

de suas atribuições, resolve conceder exoneração, de acordo com o artigo 83, item I, da lei 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, ao doutor Ivo Silveira do cargo da classe PF-20, da carreira de Consultor Jurídico, do Quadro do Poder Executivo, lotado na Consultoria Jurídica do Estado, por ter sido nomeado para outro cargo público.

**Decreto P/3.373/SEE, de 5 de outubro de 1971**

O Governador do Estado resolve nomear, por concurso, de acordo com o artigo 94, da Resolução n.º 1/70, de 2 de dezembro de 1970, do Tribunal de Justiça do Estado, Otto Dornbusch Neto, para exercer o cargo de Auxiliar de Cartório, padrão PF-6, da 3ª. Vara Criminal, da comarca da Capital, cargo criado pela lei n.º 4.549, de 31 de dezembro de 1970.

**Decreto P/3.374/SEE, de 5 de outubro de 1971**

O Governador do Estado resolve nomear, por concurso, de acordo com o artigo 94, da Resolução n.º 1/70, de 2 de dezembro de 1970, do Tribunal de Justiça do Estado, Vilmar Valentim das Neves, para exercer o cargo de Auxiliar de Cartório, padrão PF-6, da 3ª. Vara Cível, da comarca da Capital, cargo criado pela lei n.º 4.549, de 31 de dezembro de 1970.

**Decreto P/3.375/SEE, de 13 de setembro de 1971**

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o artigo 71, da Resolução n.º 1/70, de 2 de dezembro de 1970, do Tribunal de Justiça do Estado, Euclides Roberto Junekaus para exercer o cargo de Suplente do Juiz de Paz do distrito do Sede, do município de Presidente Nereu, comarca de Rio do Sul.

## SECRETARIAS DE ESTADO

### AGRICULTURA

**Portaria P/11, de 14 de outubro de 1971**

O Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura no uso de suas atribuições e na conformidade do disposto nos artigos 171 e 173 e seus parágrafos únicos, da lei n.º 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, resolve prorrogar, por duas horas diárias o expediente da função-ária Leda Maria Rosa, auxiliar de cooperativismo contratada da Coordenação da Organização da Produção e Abastecimento, tendo em vista a solicitação contida no ofício número 3.733, de 11 do corrente, do senhor Coordenador da COPA.

**Portaria SAG/12, de 14 de outubro de 1971**

O Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura no uso de suas atribuições e na conformidade do disposto no item I, letra "d", do regulamento referente ao decreto SA 4.3-71/10.606 resolve delegar competência a Erico Frederico Geblert, Chefe de Gabinete e na ausência deste, a Walmar Otávio de Oliveira, Diretor de Administração, para aprovação de justificativas de excesso de quilometragem de que trata o item I, letra "d", do regulamento do Decreto SA 4.3-71/10.606.

**Portaria P—N. 22-10-971/13**

O Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, no uso de suas atribuições e na conformidade do disposto na cláusula quarta, do Convênio aprovado pelo decreto SAG—16—9—71/792, resolve designar o Engenheiro Agrônomo Lênio Saraiva Caldas, lotado nesta secretaria, para exercer as funções de Executor do Projeto de Informação de Mercado Agrícola (SIMA) em Santa Catarina, de que trata o Convênio Firmado em 24 de agosto de 1971, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado.

**Tomada de preços n. 10/71**

### AVISO

A Comissão de Licitações e Compras da Secretaria da Agricultura, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá proposta de firmas habilitadas, nos termos do Decreto GE-15-12/69/8.755, até às 13 horas do dia 10 de novembro de 1971, para o fornecimento de 30 pulverizadores costais motorizados 3.6 HP. O edital encontra-se afixado na Secretaria da Agricultura, no Edifício das Secretarias, 4º andar, à rua Tenente Silveira s/n., Florianópolis, onde serão prestados esclarecimentos necessários.

Florianópolis, 25 de outubro de 1971.  
Hilton Simas, Encarregado do Setor de Material.

## EDUCAÇÃO

**Portaria P/SEE N. 7.982, de 29 de setembro de 1971**  
O Secretário resolve convocar

Maria das Graças Abreu, aluna do 4º ano Ginasial, para como substituta reger classe na E. I. de Ambrósio, 01.04.001, município de Garopaba, no período de 26.06. a 25.10.71, percebendo a gratificação mensal de Cr\$ 144,00, correndo a despesa por conta da dotação 3.1.1.1/08, do orçamento vigente.

## FAZENDA

### ASSESSORIA:

Demonstrativo da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, referente ao mês de setembro de 1971.

Elaborado nos termos do que dispõe o art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei Federal n.º 380, de 23 de dezembro de 1968.

Florianópolis, 21 de outubro de 1971.

**Francisco Cyrillo Corrêa, assessor.**

Florianópolis	253.259,09	1.013.036,52	1.266.295,61
Estreito	72.486,04	309.944,23	382.430,27
Abelardo Luz	21.316,60	85.370,40	106.687,00
Agrolândia	17.198,80	68.795,20	85.994,00
Agronômica	2.483,81	9.935,24	12.419,05
Agua Doce	20.478,10	81.915,40	102.393,50
Águas de Chapecó	3.614,00	14.456,00	18.070,00
Águas Mornas	651,20	2.604,80	3.256,00
Alfredo Wagner	520,33	2.081,88	2.602,21
Angelina	1.296,40	5.185,60	6.482,00
Anita Garibaldi	7.567,12	29.268,48	36.835,60
Anitapolis	979,94	3.919,79	4.899,73
Antônio Carlos	963,40	3.852,60	4.816,00
Apluna	5.247,00	20.998,00	26.245,00
Arabitá	1.147,00	4.588,00	5.735,00
Araquari	1.936,72	7.746,94	9.683,66
Araquanguá	54.096,39	216.402,71	270.499,10
Armazém	1.073,20	4.292,80	5.366,00
Arroio Trinta	3.156,34	12.625,41	15.781,75
Ascurra	9.669,08	39.139,32	48.808,40
Atalanta	1.513,80	6.055,20	7.569,00
Aurora	694,24	2.776,96	3.471,20
Balneário Camboriú	8.824,60	35.298,40	44.123,00
Barra Velha	3.306,80	13.227,20	16.534,00
Barreiros	5.906,00	23.630,50	29.536,50
Bela Vista Sul	1.795,20	7.180,80	8.976,00
Bela Vista Toldo	445,00	2.372,00	2.817,00
Benedito Novo	6.641,60	26.566,40	33.208,00
Biguaçu	6.264,20	25.056,80	31.321,00
Blumenau	746.694,70	3.010.248,87	3.756.943,57
Bocaina do Sul	3.112,20	12.448,80	15.561,00
Bom Jardim Serra	11.545,05	46.160,32	57.705,37
Bom Retiro	2.640,40	10.561,60	13.202,00
Botuvera	458,57	1.838,29	2.296,86
Braço do Norte	10.079,28	40.454,60	50.533,88
Braço do Trombudo	3.687,00	14.715,24	18.402,24
Brusque	185.740,43	742.296,75	928.709,18
Caçador	112.179,10	448.461,29	560.640,39
Caibi	15.862,40	63.449,60	79.312,00
Calmon	10.500,74	42.002,96	52.503,70
Camboriú	3.624,60	14.498,40	18.123,00
Campo Alegre	4.584,15	18.269,40	22.853,55
Campo Belo do Sul	6.433,80	25.734,20	32.168,00
Campo Erê	18.928,90	75.604,07	94.532,97
Campos Novos	64.529,40	258.117,69	322.647,09
Canelinha	4.373,24	17.493,01	21.866,25
Canoinhas	105.724,47	438.405,43	544.129,90
Capão Alto	20.237,86	80.951,45	101.189,31
Capinzal	30.914,19	130.324,84	161.239,03
Catanduvas	39.493,20	157.972,80	197.466,00
Caxambu do Sul	10.007,80	40.031,20	50.039,00
Cerro Negro	4.371,76	17.487,05	21.858,81
Chapecó	145.068,90	578.558,78	723.627,68
Cocal	43.055,60	172.222,40	215.278,00
Concórdia	139.511,09	558.044,36	697.555,45
Coronel Freitas	12.137,00	48.548,00	60.685,00
Corupá	9.202,40	38.809,60	48.012,00
Criciúma	164.563,30	658.255,16	822.823,46
Cunha Porã	16.318,00	65.677,00	81.995,00
Curitibanos	113.330,08	473.320,37	591.650,45
Cord. Alta	8.152,60	32.610,40	40.763,00
Dalbergia	2.387,00	9.568,17	11.955,17
Descanso	22.364,21	89.456,93	111.821,14
Dion. Cerqueira	9.995,32	39.170,28	49.165,60
Dona Emma	1.715,44	6.861,76	8.577,20
Dr. Pedrinho	4.451,00	17.804,00	22.255,00
Ermo	2.794,00	11.185,00	13.979,00
Erval Velho	2.803,30	11.213,41	14.016,71
Fachinal Guedes	10.958,30	43.834,40	54.793,00
Felipe Schmidt	609,80	2.609,20	3.219,00
Forquilha	8.092,45	32.369,81	40.462,26
Frayburg	41.295,62	171.919,61	213.215,23
Galvão	9.987,60	39.953,40	49.941,00
Gov. Celso Ramos	4.343,00	21.707,00	26.050,00
Garopaba	616,40	2.465,60	3.082,00
Garuva	6.060,89	24.243,65	30.304,54





go anterior, o segundo contratante, para nêle correr o processo judicial a que este contrato der causa renunciando desde logo, qualquer outro fôro mesmo que privilegiado.

Assim convencionado, mandaram datilografar o presente contrato em 6 vias. Lido, aceito e achado conforme pelas partes, foi este contrato por eles assinado, conjuntamente com as testemunhas presentes, e será publicado no "Diário Oficial" do Estado.

Florianópolis, 30 de setembro de 1971.

João Jorge de Lima, diretor-geral.

P/firma Abelardo Santos da Silva & Cia. Ltda. Abelardo Santos da Silva.

Testemunhas: Arnóbio Guerra de Araújo e uma assinatura ilegível. (6056)

Contrato de compra e venda, que fazem o Estado de Santa Catarina através do Departamento Central de Compras e a firma Abelardo Santos da Silva & Cia. Ltda. para o abastecimento do Hospital Colônia Santana.

Os abaixo assinados, de um lado como primeiro contratante comprador, o Estado de Santa Catarina, pelo Departamento Central de Compras, no presente contrato representado pelo seu diretor-geral, dr. João Jorge de Lima, e de outro como segundo contratante vendedor, a firma Abelardo Santos da Silva & Cia. Ltda., por seu representante Abelardo Santos da Silva, tendo em vista o Processo TP 71/496 e a conta do item 1236, contratam e ajustam reciprocamente o seguinte:

1º — O segundo contratante, pelo presente, se obriga a vender ao primeiro contratante, carne verde, boi casado, em quantidade suficiente ao abastecimento do Hospital Colônia Santana (13.000 quilos em média, por mês), a contar de 1º de outubro a 31 de dezembro de 1971, perfazendo um total de 39.000 quilos.

2º — A entrega da carne será feita pelo segundo contratante no Hospital Colônia Santana, às segundas quartas sextas e sábados ou quando houver necessidade, diariamente.

3º — O preço da venda será de Cr\$ 3,69 (três cruzeiros e sessenta e nove centavos), por quilo, importando o custo total da carne em Cr\$ 143.910,00 (cento e quarenta e três mil, novecentos e dez cruzeiros).

4º — O pagamento será feito por empenho, mensalmente.

5º — O preço estabelecido na cláusula 3a. não sofrerá reajustamento. Será firme e válido até o dia 31 de dezembro de 1971.

6º — O não cumprimento de qualquer dos itens deste contrato implicará na declaração de inidoneidade do fornecedor, o qual ficará impossibilitado de no futuro, transacionar com o Estado.

7º — Além das sanções do artigo anterior, o segundo contratante ficará sujeito a multa de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) no caso do não cumprimento do artigo 5º.

8º — As partes contratantes elegem o Fôro da comarca de Florianópolis, para nêle correr o Processo Judicial a que este contrato der causa, renunciando desde logo, qualquer outro fôro, mesmo que privilegiado.

Assim convencionado, mandaram datilografar o presente contrato em 6 vias. Lido, aceito e achado conforme pelas partes, foi este contrato por eles assinado, conjuntamente com as presentes testemunhas, e ser publicado no "Diário Oficial" do Estado.

Florianópolis, 30 de setembro de 1971.

João Jorge de Lima, diretor-geral.

P/firma Abelardo Santos da Silva & Cia. Ltda. Abelardo Santos da Silva.

Duas testemunhas ilegíveis. (6054)

Contrato de compra e venda de carne verde que fazem o Estado de Santa Catarina, através do Departamento Central de Compras e a firma Abelardo Santos da Silva, para abastecimento do Hospital Colônia Santa Teresa.

Os abaixo assinados, de um lado como primeiro contratante comprador, o Estado de Santa Catarina, pelo Departamento Central de Compras no presente contrato, representado pelo seu diretor-geral, dr. João Jorge de Lima, e de outro, como segundo contratante vendedor, a firma Abelardo Santos da Silva, através seu representante Abelardo Santos da Silva, tendo em vista o processo TP 71/0496, e a conta item 1236, contratam e ajustam reciprocamente o seguinte:

1º — O segundo contratante, pelo presente contrato se obriga a vender ao primeiro contratante, carne verde, boi casado em par-chas, em quantidade suficiente ao abastecimento do Hospital de 1º de outubro a 31 de dezembro de 1971, fazendo um total de 13.800 quilos, (em média de 4.500 quilos por mês).

2º — A entrega será feita pelo segundo contratante no Hospital Colônia Santa Teresa, às segundas, quartas e sextas-feiras.

3º — O preço da venda da carne será de 3,69, (três cruzeiros e sessenta e nove centavos), por quilo, perfazendo o total de Cr\$ 50.922,00 (cinquenta mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros).

4º — O pagamento será feito por empenho, mensalmente.

5º — O preço estabelecido na cláusula 3a, não sofrerá reajustamento, será firme e válido até 31 de dezembro de 1971.

6º — O não cumprimento de qualquer dos itens deste contrato implicará na declaração da inidoneidade do fornecedor, o qual ficará impossibilitado de no futuro, transacionar com o Estado.

7º — Além das sanções do artigo anterior, o segundo contratante ficará sujeito a multa de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), no caso do não cumprimento do artigo 5º.

8º — As partes contratantes elegem o Fôro da comarca de Florianópolis, para nêle correr o Processo Judicial a que este contrato der causa renunciando desde logo, qualquer outro fôro, mesmo que privilegiado.

Assim convencionado, mandaram datilografar o presente contrato em 6 vias. Lido, aceito e achado conforme pelas partes, foi este contrato por eles assinado, conjuntamente com as testemunhas presentes, e será publicado no "Diário Oficial" do Estado.

Florianópolis, 30 de setembro de 1971.

João Jorge de Lima, diretor-geral.

P/firma Abelardo Santos da Silva & Cia. Ltda. Abelardo Santos da Silva.

Testemunhas: Arnóbio Guerra de Araújo e uma assinatura ilegível. (6055)

## JUSTIÇA

Portaria n. SEJ-12, de 24 de setembro de 1971

O Secretário da Justiça, no uso de suas atribuições, resolve designar, de acordo com os artigos 83 e 84, da lei n. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, Zélia Maria Araújo, Encarregada de Serviço, padrão PF-3, da Consultoria Jurídica do Estado, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Chefe de Setor Técnico Legislativo, símbolo 1-FG, enquanto durar o impedimento da titular Maria de Lourdes Reis, a contar de 13 de março de 1971.

Portaria n. SEJ-13, de 24 de setembro de 1971

O Secretário da Justiça, no uso de suas atribuições, resolve dispensar, Zélia Maria Araújo, Encarregada de Serviço, padrão PF-3, da Consultoria Jurídica do Estado, da Função Gratificada de Chefe de Setor Técnico Legislativo, símbolo 1-FG, a contar de 25 de maio de 1971.

Portaria n. SEJ-14, de 27 de setembro de 1971

O Secretário da Justiça, no uso de suas atribuições, resolve designar, de acordo com os artigos 83 e 84, da lei n. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, Zélia Maria Araújo, Encarregada de Serviço, padrão PF-3, da Consultoria Jurídica do Estado, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Chefe de Setor Técnico Legislativo, símbolo 1-FG, enquanto durar o impedimento do titular Maria de Lourdes Reis a partir de 13 de setembro de 1971.

Portaria n. SEJ-15, de 27 de setembro de 1971

O Secretário da Justiça, no uso de suas atribuições, resolve designar, de acordo com os artigos 83 e 84, da lei n. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, Gustavo Ferreira, ocupante do cargo de Mestre Artífice, padrão PF-3, da Penitenciária do Estado, para exercer, em substituição, o cargo de Mestre Artífice, padrão PF-1, enquanto durar o impedimento do titular Alfredo de Souza Lima, a partir de 2 de agosto de 1971.

## SAÚDE

Portaria n. 24 de 21 de outubro de 1971

O Diretor geral do Departamento Autônomo de Saúde Pública, no uso das suas atribuições e de acordo com os artigos 249, 251 e 252 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado resolve: Designar o dr. Mário de Oliveira, Oscar de Carvalho e Hélio Cidadeira, sob a presidência do pri-

meiro, concluírem o processo disciplinar instaurado pela portaria n. 12, de 12 de julho deste ano, referente a denúncias contra o sr. Oscar Martins de Campos, Guarda Sanitário lotado no Centro de Saúde de Chapecó.

## SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Portaria n. 299/LMC/SSI, de 15 de outubro de 1971

O Secretário de Segurança e Informações, no uso de suas atribuições, resolve designar, Dulce Inez Azevedo, ocupante do cargo da classe PF-4, da carreira de Escriturário, do Quadro Geral do Poder Executivo (Secretaria de Segurança e Informações), para ter exercício na Divisão de Polícia de Segurança.

Portaria n. 46/MIIM/DPJ, de 20 de outubro de 1971

O Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições, resolve designar, o 2º tenente RR da P.M.E., Alcides José de Oliveira, Delegado Especial de Polícia do distrito de Sorocaba do Sul, município de Biguaçu, a disposição da Delegacia Especial de Polícia do Estreito, para responder pelo expediente da referida Delegacia, enquanto durar as férias do titular.

## APOSTILA

Face o acórdão proferido nos autos de apelação civil n. .... 7.875, da comarca de Florianópolis, em data de 17 de julho de 1971, deverá ser lavrada novamente a seguinte apostila, ficando sem efeito a apostila anterior: Na certidão do título de nomeação de Bernardo Rautt ocupante do cargo de Comissário de Polícia, padrão PF-10, do Quadro Geral do Poder Executivo, foi apostilado o seguinte: "O portador do presente título Bernardo Rautt, passa a perceber os vencimentos correspondentes a Agente de Polícia de I classe, PF-16, no qual ficará enquadrado." Secretaria de Segurança e Informações, em Florianópolis, 04 de outubro de 1971. (Ass.) Delso Lanter Peret Antunes, Ten. Cel. Secretário de Segurança e Informações.

## DIRETORIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA

Portaria n.91/GAB, de 25 de outubro de 1971

O Diretor resolve autorizar, Sumé Medeiros, Chefe do Instituto de Identificação, para assinar cartelas de identidade e demais documentos inerentes aos serviços do Instituto.

## SERVIÇOS PÚBLICOS

Portaria P/n. 29, de 18 de outubro de 1971

O Secretário dos Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 97, da Constituição do Estado

## RESOLVE:

1. Colocar à disposição da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, sem ônus para o Estado, o funcionário Osvaldo Guedet — Condutor de Ser-



viço, PF-5, do Quadro do Poder Executivo, lotado no Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária — DAES.

2. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1971.

SSP., em Fpolis., 18 de outubro de 1971.

Paulo Müller de Aguiar, Secretário.

#### Portaria P/n. 30, de 18 de outubro de 1971

O Secretário dos Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 97, da Constituição do Estado,

#### RESOLVE:

1. Colocar à disposição da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, sem ônus para o Estado, o funcionário Djalma Luiz Monguilhot, Agrimensor, PF-13, do Quadro do Poder Executivo, lotado no Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária — DAES.

2. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1971.

SSP., Fpolis., 18 de outubro de 1971.

Paulo Müller de Aguiar, Secretário.

#### Portaria P/n. 31, de 18 de outubro de 1971

O Secretário dos Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 97, da Constituição do Estado,

#### RESOLVE:

1. Colocar à disposição da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, sem ônus para o Estado, o funcionário Júlio Cesarino da Rosa Filho — Arquivista, PF-5, do Quadro do Poder Executivo, lotado no Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária — DAES.

2. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1971.

SSP., Fpolis., 18 de outubro de 1971.

Paulo Müller de Aguiar, Secretário.

#### Portaria P/ n. 32, de 18 de outubro de 1971

O Secretário dos Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 97, da Constituição do Estado,

#### RESOLVE:

1. Colocar à disposição da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, sem ônus para o Estado, o funcionário Elmonide Balsini — Conductor de Serviço, PF-5, do Quadro do Poder Executivo, lotado no Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária DAES.

2. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1971.

SSP., Fpolis., 18 de outubro de 1971.

Paulo Müller de Aguiar, Secretário.

#### Portaria P/n. 33, de 18 de outubro de 1971

O Secretário dos Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 97, da Constituição do Estado,

#### RESOLVE:

1. Colocar à disposição da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, sem ônus para o Estado, o funcionário Clarkson Maranhão — Conductor de Serviço, PF-5, do Quadro do Poder Executivo, lotado no Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária — DAES.

2. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1971.

SSP., Fpolis., 18 de outubro de 1971.

Paulo Müller de Aguiar, Secretário.

### SERVIÇOS SOCIAIS

#### IPESC

#### Instrução de Serviço P. N. 41/71

Agrega funcionária na função de Chefe do Serviço de Assistência Financeira.

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea "c", da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve baixar a seguinte Instrução:

1. A funcionária Maria da Graça Perfeito, ocupante do cargo efetivo de Oficial Previdenciário IP-16 do Sistema de Cargos Classificados do IPESC, tendo em vista o desempenho exarado pelo excelente trabalho, o senhor Governador do Estado, às fls. 8, do processo n. 1.252, fica agregada à função gratificada de Chefe do Serviço de Assistência Financeira, símbolo FC-1, de acordo com o artigo 160, da lei n. 4.425, de 16.02.1970.

2. Esta Instrução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

#### Instrução de Serviço P. N. 42/71

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve designar: José Carlos Cardoso, ocupante do cargo efetivo de Oficial Previdenciário, nível IP-13, do Sistema de Cargos Classificados do IPESC, para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Assistência Habitacional, símbolo EG-1, a contar de 11 de outubro do corrente ano.

#### Instrução de Serviço N. P. 43/71

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve designar: Leonardo Sohn, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, nível IPT-14, deste Instituto, para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Arrecadação e Pagamento, símbolo EG-1, a contar de 11 de outubro do corrente ano.

#### Instrução de Serviço P. N. 44/71

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa

Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve fazer cessar: os efeitos da Portaria n. 68/67, datada de 22 de novembro de 1967, que designou Maria Helena D'Aquino Telles, para a função gratificada de Chefe do Serviço de Assistência Habitacional, a partir de 11 de outubro do corrente ano.

#### Instrução de Serviço P. N. 45/71

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve fazer cessar: os efeitos da Portaria n. 58/69, datada de 17 de novembro de 1969, que designou José Carlos Cardoso, para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Arrecadação e Pagamento, a partir de 11 de outubro do corrente ano.

#### Instrução de Serviço P. N. 46/71

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve designar: Francisco Alvaro da Silveira, ocupante do cargo efetivo de Servente IP-2, do Sistema de Cargos Classificados do IPESC, para substituir Antenor João Amândio, no cargo de Ascensorista, nível IP-4, a partir de 11 de outubro do corrente ano.

#### Instrução de Serviço P. N. 47/71

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve fazer cessar: a partir de 11 de outubro do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 64/70, de 21.08.70, que designou Pedro Arthur Mariano, para substituir o Ascensorista, nível IP-4.

#### Instrução de Serviço P. N. 48/71

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve exonerar: Oswaldo José Pereira Horn, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, a contar de 06 de outubro do corrente ano.

### TRANSPORTES E OBRAS

#### APOSTILA

Na certidão de rescisão do termo de contrato de Hélio Fernandes Costa, Auxiliar Técnico Rodoviário de Campo Contratado, com exercício no Departamento de Estradas de Rodagem — Secretaria dos Transportes e Obras, foi apostilado o seguinte: "O portador do presente título passa à categoria de servidor estável de acordo com o art. 193, § 2º, da Constituição do Estado, promulgada em 13 de maio de 1967 por contar mais de cinco (5) anos de serviço público". Secretária dos Transportes e Obras, em Florianópolis, 29 de setembro de 1971 (Ass.) Cesar Amin Ghannem Sobrinho, Secretário.

#### Ordem de Serviço P. N. 10/71

O Diretor de Administração Geral do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, da Resolução n. 01/64, resolve lotar: Maria Helena D'Aquino Telles, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, nível IP-14, do Sistema de Cargos Classificados do IPESC, no Departamento de Contabilidade, tendo em vista o disposto no artigo 268 da lei n. 4.425, de 16.02.1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), a contar de 11 de outubro do corrente ano.

### CONSELHO RODOVIÁRIO

#### Resolução n. CR-13/71

O presidente do Conselho Rodoviário do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, letra "m", do decreto n. 334, de 30 de junho de 1950, e, consoante com o que ficou deliberado na sessão n. 1321, de 18 de outubro de 1971,

#### RESOLVE:

Autorizar, o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, ao processamento da seguinte alteração no seu programa de trabalho, para o corrente ano, no item "Restauração de Rodovias".

#### Dotar

SC-43 — Videira — Fraiburgo — Cr\$ 20.000,00.

SC-99 — SC 21 — Três Barras — Cr\$ 20.000,00.

Outros projetos — Cr\$ 60.000,00.

Total — Cr\$ 100.000,00.

#### Anular

SC-32 — Joinville — Guaramirim — Cr\$ 50.000,00.

SC-47 — Rio do Sul — Ituporanga — Cr\$ 50.000,00.

Total — Cr\$ 100.000,00.

C.R. em Florianópolis, 18 de outubro de 1971.

Eng. civil Aurélio Carlos Remor, presidente do C. R.

#### Resolução n. CR-14/71

O presidente do Conselho Rodoviário do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, letra "m", do decreto n. 334, de 30 de junho de 1950, e, consoante com o que ficou deliberado na sessão n. 1321, de 18 de outubro de 1971,

#### RESOLVE:

Autorizar, o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, ao processamento da seguinte alteração no seu programa de trabalho, para o exercício corrente, no item "Estudos e Projetos", como segue:

Dotar a SC-23 Taió — Santa Cecilia, com a importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), mediante anulação de igual quantia da Guabiruba — Brusque.

C.R. em Florianópolis, 18 de outubro de 1971.

Eng. civil Aurélio Carlos Remor, presidente do C. R.

# DEP. DE ESTRADAS DE RODAGEM

## RESOLUÇÃO N. DETC/DER/39/71

O Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, tendo em vista que, em reunião do dia 18 de outubro de 1971, o Conselho Rodoviário do Estado, aprovou os pareceres da Comissão Permanente Estadual de Tráfego (COPET) e de acordo com os termos da lei n. 802, de 1º-12-52, e decreto n. 442, de 25.08.53 e no uso de suas atribuições,

### RESOLVE:

Deferir o requerimento da Empresa Auto Ônibus São José Ltda., protocolado no DER/SC., sob o n. 3600/71, no qual solicitou autorização para alterar dois (2) horários em sua linha que explora entre Guarda do Cubatão — Florianópolis, passando a sair de Guarda do Cubatão às 06.30 horas ao invés de 06.40 horas e de Florianópolis, às 20.15 e 10.50 horas ao invés de 20.20 e 10.30 horas como vem fazendo.

Deferir o requerimento da Empresa Auto Viação Catarinense S.A., protocolado no DER/SC., sob o n. 4073/71, no qual solicitou autorização para estabelecer mais (1) horário em sua linha que explora entre Praia de Camboriú — Joinville, com partidas de Praia de Camboriú às 11.00 horas e de Joinville às 13.00 horas.

Deferir os requerimentos da Reunidas S/A. — Transportes Coletivos, protocolados no DER/SC., sob os ns. 2810 — 2817 — 2818 e 2822/71, nos quais solicitou o seguinte:

1º) — Autorização para cancelar a seção de Passo das Antas e estabelecer outras nas localidades denominadas Cordilheira e Divisa, bem como retificar a denominação da seção de Bom Jesus para Chapecôzinho, por ser o verdadeiro nome daquela localidade, em sua linha que explora entre Chapeco — Rincão.

2º) — Autorização para cancelar as seções nas localidades denominadas Guarda Mór, Trevo BR/470, Hotel São Paulo e Correa Pinto bem como retificar as denominações das seções de Ligação Federal Monte Alegre para São Cristóvão e Bandeirinha para Amola Faca por ser estes os verdadeiros nomes daquelas localidades, em sua linha que explora entre Caçador — Lages.

3º) — Autorização para cancelar a seção de Campo da Roca e estabelecer outras nas localidades denominadas Estaca Zero e Sumidoro bem como a correção na denominação da seção, Encruzilhada para São Cristóvão por ser a denominação verdadeira desta localidade, em sua linha que explora entre Santa Cecília — Curitiba.

4º) — Autorização para estabelecer em sua linha que explora entre Itapiranga — Chapeco, mais as seguintes seções: Rio Bonito e Tomazelli.

Comunique-se e publique-se.

DER/SC., em Florianópolis, 20 de outubro de 1971.

Nagib Jabôr, Diretor da Divisão Especializada de T. C.

Edital de Concorrência Pública n. 09/71

O Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos do Departamento de Estradas de Ro-

dagem de Santa Catarina, conforme consta do processo protocolado no DER/SC., sob o n. 3113/71, torna público para conhecimento dos interessados que receberá até às 15.00 horas do dia 6 de dezembro de 1971, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, à rua Tenente Silveira, Edifício das Diretorias 7º andar em Florianópolis, proposta para exploração da linha de Ônibus entre Jaguaruna e Criciúma, via BR-101.

1º — A linha será entre os municípios de Jaguaruna e Criciúma, via BR-101, numa distância aproximada de 48 quilômetros, com seções em Encruzo do Morro Grande, Esplanada, Vila Nova e Içara.

2º — A linha terá a seguinte frequência em dias úteis:

Partidas de Jaguaruna às 8.30 horas.

Partidas de Criciúma às 15.30 horas.

3º — Para execução da referida linha, serão necessários no mínimo de 2 (dois) ônibus, ficando os referidos veículos vinculados à linha que propõe executar.

4º — A firma vencedora da Concorrência, deverá iniciar a linha até (60) sessenta dias, após ser publicado no Diário Oficial do Estado sua Concessão, e só poderá transferi-la a terceiros, após um (1) ano de efetiva exploração da mesma;

5º — Os interessados deverão requerer ao senhor diretor geral do DER/SC., sua participação na referida Concorrência;

6º — As propostas deverão ser encaminhadas em envelopes fechados para o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, Edifício das Diretorias 7º andar em Florianópolis, acompanhadas dos seguintes documentos:

I) — Certidão Negativa do DER/SC.;

II) — Certidão Negativa Federal;

III) — Certidão Negativa Estadual;

IV) — Certidão Negativa Municipal;

V) — Quitação com I. N. P. S.;

VI) — Prova de capacidade financeira para cumprimento da proposta fornecida por estabelecimento bancário ou firma comercial idônea que opere no ramo;

VII) — Prova de antecedentes criminais dos diretores da Empresa;

VIII) — Prova do capital social e do Registro da Empresa na Junta Comercial do Estado, até a data de publicação do presente edital;

IX) — Seguro contra acidentes do tráfego em relação a responsabilidade civil;

X) — Quitação do Imposto Sindical (Empregado e Empregador);

XI) — Quitação com o serviço militar dos diretores da Empresa;

XII) — Prova de ajustamento a lei de Nacionalização do Trabalho;

XIII) — Quitação com o serviço eleitoral dos diretores da Empresa;

XIV) — Enumeração descritiva dos veículos que se propõe adquirir caso vença a Concorrência (modelo, ano de fabricação, lotação de cada veículo, potência, número de rodas, etc.);

XV) — Duas fotografias de cada veículo tamanho 8x12 caso já os possua, com os respectivos certificados de propriedade;

XVI) — Prova de depósito prévio da importância de Cr\$ 5.00 (cinco cruzeiros), na tesouraria do DER/SC., a título de caução para

garantia do cumprimento da proposta, lei n. 802, de 1º-12-52.

a) A caução efetuada será devolvida através de requerimento da parte, após a publicação da concessão no Diário Oficial do Estado, exceção feita à vencedora que só a receberá após assinatura do Contrato de Concessão.

7º) — Com a apresentação dos documentos acima enumerados, fica a Empresa devidamente habilitada à concorrência;

8º) — O Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, para efeito de classificação das propostas apresentadas considerará os seguintes fatores:

I) — Iniciativa e sede;

II) — Percorso coberto com linhas sob concessão e fiscalização do DER/SC.;

III) — Ser concessionária da linha, objeto da presente Concorrência, por itinerário diferente;

IV) — Características e qualidades dos ônibus;

V) — Organização técnica: O DER/SC., levará em consideração as garagens, oficinas mecânicas que a Empresa possa ter no percurso da linha a ser implantada, bem como, no início e fim da mesma, a fim de que possa efetuar uma perfeita manutenção dos veículos;

9º) — A (s) firma (s) vencedora (s) da concorrência, firmará (ão) nos termos do artigo 5º da lei n. 802, de 1º-12-52, com o DER/SC., um contrato de concessão por cinco (5) anos, mediante apresentação de tabelas tarifárias com horários, itinerários e prova de recolhimento da caução, como garantia da fiel observância às leis e regulamentos que norteiam os transportes coletivos no Estado de Santa Catarina.

10) — O DER/SC. se reserva o direito de anular totalmente a presente concorrência a seu exclusivo critério sem que caiba aos concorrentes direito a qualquer indenização.

Quaisquer esclarecimentos serão prestados de 2ª a 6ª feiras, das 14.00 às 12.00 horas, na Divisão Especializada de Transportes Coletivos do DER/SC.

Florianópolis, 22 de outubro de 1971.

Nagib Jabôr, Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos.

### Edital de consulta n. 231/71

Nos termos da lei n. 802, de 1º-12-52 e decreto n. 442, de 25.08.53, convido a todos os interessados para se manifestarem dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, com referência ao pedido formulado pela Empresa Auto Viação Catarinense S. A., para alterar o horário em sua linha que explora entre Jaraguá do Sul — Joinville, pretendendo sair de Jaraguá do Sul às 17.30 horas ao invés de 16.30 horas como vem fazendo.

Após o referido prazo e não surgindo objeções justificadas por outras empresas, poderá o DER/SC. a seu exclusivo critério autorizar a alteração solicitada.

Florianópolis, 22 de outubro de 1971.

Nagib Jabôr, Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos.

## DESPACHOS DO GOVERNADOR

### GABINETE CIVIL

P.G. n. 9/71 — Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, que o Excelentíssimo Senhor Governador houve por bem conceder dispensa de ponto aos servidores públicos que comprovadamente participarem do II Congresso Brasileiro de Hipnologia, a realizar-se de 25 a 28 de outubro, em João Pessoa — Paraíba.

Expedida a todas as Secretarias de Estado.

Nuno de Campos, Chefe do Gabinete Civil.

Florianópolis, 21 de outubro de 1971.

Nagib Jabôr, Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos.

### Edital de consulta n. 232/71

Nos termos da lei n. 802, de 1º-12-52 e decreto n. 442, de 25.08.53, convido a todos os interessados para se manifestarem dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, com referência ao pedido formulado pela Empresa Auto Viação Catarinense S. A., para alterar o horário em sua linha que explora entre Blumenau — Jaraguá do Sul, pretendendo sair de Blumenau às 15.30 horas ao invés de 16.30 horas como vem fazendo.

Após o referido prazo e não surgindo objeções justificadas por outras empresas, poderá o DER/SC. a seu exclusivo critério autorizar a alteração solicitada.

Florianópolis, 21 de outubro de 1971.

Nagib Jabôr, Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos.

### Edital de consulta n. 232/71

Nos termos da lei n. 802, de 1º-12-52 e decreto n. 442, de 25.08.53, convido a todos os interessados para se manifestarem dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, com referência ao pedido formulado pela Empresa Auto Viação Catarinense S. A., para alterar o horário em sua linha que explora entre Blumenau — Joinville, via Cabras, pretendendo sair de Joinville às 17.30 horas ao invés de 17 horas como vem fazendo.

Após o referido prazo e não surgindo objeções justificadas por outras empresas, poderá o DER/SC. a seu exclusivo critério autorizar a alteração solicitada.

Florianópolis, 21 de outubro de 1971.

Nagib Jabôr, Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos.

### Edital de consulta n. 234/71

Nos termos da lei n. 802, de 1º-12-52 e decreto n. 442, de 25.08.53, convido a todos os interessados para se manifestarem dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, com referência ao pedido formulado pelo senhor Basílio Reisdorfer, para estabelecer uma linha de transportes coletivos em ônibus, entre a localidade de Timbózinho no município de Itaipópolis e Pôrto União, com seções em Campo dos Pintos, Vila Nova do Timbó, Campo do Melo, Póco Preto, Langa e Pintado, com partidas de Timbózinho às 6.30 horas e de Pôrto União às 16.15 horas, nos dias de 2ª, 3ª, 4ª e 6ª feiras.

Após o referido prazo e não surgindo objeções justificadas por outras empresas, poderá o DER/SC. a seu exclusivo critério elaborar a concorrência pública.

Florianópolis, 22 de outubro de 1971.

Nagib Jabôr, Diretor da Divisão Especializada de Transportes Coletivos.



## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## "TRITON S. A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO"

**Instrumento particular de alteração de contrato social, cessão de cotas, admissão de sócios, aumento do capital social e transformação de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, em sociedade anônima, sob a denominação de "Triton S. A. — Indústria e Comércio"**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e setenta e um (1971), peço presente instrumento particular, os infra assinados,

- 1) Osvaldo Marquize, brasileiro, casado, industrial, portador da Carteira de Identidade n. 109.353 — SC e CPF n. 102.674.769, residente e domiciliado à rua Vitória, esquina com rua: Limeira, 100, Vila Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 2) Hermindo Dalla Lana, brasileiro, casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 14.890 — Joaçaba e CPF n. 102.674.419 residente e domiciliado à rua Bom Retiro, 171, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 3) Antônio Doré, brasileiro, casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 6.851 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.490.369, residente e domiciliado à rua São Bento, 131, Vila Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 4) Ilor Dal Vesco, brasileiro casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 9.592 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.490.449 residente e domiciliado à Avenida 16 de Fevereiro, 300, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 5) Irineu Carlesso, brasileiro, casado, comerciante, portador do Título Eleitoral n. 2.365 — Joaçaba — SC e CPF n. 103.499.019, residente e domiciliado à Avenida 16 de Fevereiro, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 6) Augustinho Antônio Zamboni, brasileiro, casado, comerciante portador do Título Eleitoral n. 12.952 — Joaçaba — SC e CPF n. 106.479.189, residente e domiciliado à rua Dois Irmãos, 236, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 7) Aldo Angelo Marquize, brasileiro, casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 942 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.385.579, residente e domiciliado à rua Rui Barbosa, 406, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 8) Altair Moro, brasileiro, casado, odontólogo, portador da Carteira de Identidade n. 17.202 — RS e CPF n. 105.727.329, residente e domiciliado à rua Rui Barbosa, 321, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 9) Paulo Giacomim, brasileiro, casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 14.489 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.490.959 residente e domiciliado à rua: Trindade, 265, Vila de Luzerna município de Joaçaba — SC;
- 10) Milton Eugênio Hoffmann, brasileiro, casado, industrial portador do Título Eleitoral n. 12.301 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.490.799, residente e domiciliado à rua Felipe Raun s/n., Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
- 11) Anselmo Doré, brasileiro, casado, comerciante, portador do Título Eleitoral n. 2.530 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.515.109 residente e domiciliado na rua Vitor Rauen, 73, Vila de Luzerna município de Joaçaba — SC;

- 12) Domingos Giacomini, brasileiro, casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 13.581 — Joaçaba SC e CPF n. 134.407.229, residente e domiciliado à rua Trindade, 265, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
  - 13) Gentil Antônio Dellal, brasileiro, casado, comerciante, portador do Certificado de Reservista, 2a Categoria n. 27.828 e CPF n. 134.487.499, residente e domiciliado à rua Dois Irmãos, 360, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
  - 14) Edgar Krug, brasileiro, casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 12.739 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.490.529 residente e domiciliado à rua Dois Irmãos, 530, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
  - 15) Ernesto Costa, brasileiro, casado, industrial, portador da Carteira de Identidade n. 167.643 — SC e CPF n. 134.467.659, residente e domiciliado à rua Nogueira, 26 — Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
  - 16) Arlindo Tomaz Saccol, brasileiro, casado, industrial, portador do Título Eleitoral n. 7.927 — Joaçaba — SC e CPF n. 134.490.609, residente e domiciliado à rua Trindade, 35, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
  - 17) Anacleto Branco, brasileiro casado, mecânico, portador do Título Eleitoral n. 11.183 e CPF n. 134.487.739, residente e domiciliado à rua Central s/n., em Videira — SC;
  - 18) Willy Fabro, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade de Advogado — OAB-SC n. 2.323 e CPF n. 105.692.359, residente e domiciliado à Av. Santa Terezinha, 193, município de Joaçaba — SC;
  - 19) Olívio Antônio Sperotto, brasileiro, solteiro, maior, contabilista, portador da Carteira de Identidade n. 135.848 — SC e CPF n. 020.545.239, residente e domiciliado à rua Limeira, 301, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC;
  - 20) Antônio Adolpho Maresch, brasileiro, casado, contabilista, portador da Carteira de Identidade n. 46.309 — SC e CPF n. 133.223.709, residente e domiciliado à rua Oscar da Nova, 81, cidade de Joaçaba — SC;
- reunidos em assembleia geral extraordinária, por convocação particular, em sua sede social à rua Dois Irmãos, 320, Vila de Luzerna, município de Joaçaba — SC, os dezoito (18) primeiros como únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada: "Máquinas Triton Ltda.", conforme contrato social registrado na MM. Junta Comercial do Estado sob n. 24.413, por despacho de 5.1.61, e posteriores alterações de 28.754, 32.110, 34.114, 34.388, 35.879, 37.028, 39.518, 44.860, 50.771 e 51.694, de 18.4.63, 22.10.64, 6.5.65, 18 de novembro de 1965, 28.4.66, 23.5.67, 24.4.69, 30.7.70 e 19.9.70, respectivamente, e arquivamento na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob n. 113.938, por despacho de 30.10.70, resolvem alterar por consenso unânime, o referido contrato, da maneira seguinte:

## Iº

Aumento do capital social de Cr\$ 372.100,00 (trezentos e setenta e dois mil e cem cruzeiros) para Cr\$ 651.175,00 (seiscentos e cinquenta e um mil cento e setenta e cinco cruzeiros), isto é, no valor de Cr\$ 279.075,00 (duzentos

e setenta e nove mil e setenta e cinco cruzeiros) mediante aproveitamento de recursos provenientes do "fundo de reavaliações" no valor de Cr\$ 76.570,27 (setenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte e sete centavos), constituído na forma da lei n. 4.357/64 e art. 268, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto n. 58.400, de 10.5.66; da "reserva para manutenção de capital de giro próprio" constituída de conformidade com os decretos-leis ns. 401 e 433, no valor de Cr\$ 37.818,21 (trinta e sete mil oitocentos e dezoito cruzeiros e vinte e um centavos) e constante do balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1970 (mil novecentos e setenta), e, de "lucros suspensos" no valor de Cr\$ 164.686,52 (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis cruzeiros e cinquenta e dois centavos), também constante do balanço encerrado em 31 de dezembro de 1970 (mil novecentos e setenta), o qual (aumento) é dividido entre os sócios na proporção dos seus respectivos capitais ou seja na proporção das suas respectivas cotas-partes.

Parágrafo único — Fica, outrossim, o atual capital social de Cr\$ 651.175,00 (seiscentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e cinco cruzeiros), totalmente realizado, dividido em seiscentas e cinquenta e uma mil, cento e setenta e cinco (651.175) cotas, no valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), cada uma.

## IIº

O sócio cotista Aldo Angelo Marquize, titular de 22.466 (vinte e duas mil, quatrocentas e sessenta e seis) cotas do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), cada uma, ou seja do valor nominal total de Cr\$ 22.466,00 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros, sendo 12.837 cotas antigas e 9.629 cotas novas recebidas, gratuitamente, em decorrência do aumento de capital realizado nesta data, — Cede e transfere, nesta data, e por meio deste instrumento em caráter irrevogável e definitivo, ao sócio antigo Osvaldo Marquize, 17.266 (dezesete mil, duzentas e sessenta e seis) das referidas cotas pelo preço nominal de Cr\$ 1,00, cada uma, ou seja pelo preço nominal total de Cr\$ 17.266,00 (dezesete mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros); ao novo sócio Olívio Antônio Sperotto, com (100) das referidas cotas pelo preço nominal de Cr\$ 1,00, cada uma, ou seja pelo preço nominal total de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) e ao novo sócio Antônio Adolpho Maresch com (100) das referidas cotas, pelo preço nominal de Cr\$ 1,00, cada uma, ou seja pelo preço nominal total de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Razão porque o sócio cedente, Aldo Angelo Marquize, expressamente confessa e declara haver recebido, em moeda corrente do País, o valor ajustado de suas cotas de capital ora cedidas e transferidas ao antigo sócio Osvaldo Marquize e aos novos sócios Olívio Antônio Sperotto e Antônio Adolpho Maresch, pelo que dá plena, geral e raza quitação; subrogando-se, outrossim, oscessionários nos direitos e obrigações decorrentes desta cessão.

## IIIº

Admissão como sócios da firma de Olívio Antônio Sperotto e de Antônio Adolpho Maresch, já devidamente qualificados, em virtude da aquisição de cotas, por cessão, de Aldo Angelo Marquize.

## IVº

Em consequência das alterações acima, a distribuição do capital social no valor de Cr\$ 651.175,00 (seiscentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e cinco cruzeiros), inteiramente realizado, e dividida em 651.175 cotas do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), cada, passa a ser a seguinte:

- 01 — Osvaldo Marquize com 261.456 cotas ou Cr\$ 261.456,00
  - 02 — Hermindo Dalla Lana com 81.396 cotas ou Cr\$ 81.396,00
  - 03 — Antônio Doré com 67.952 cotas ou Cr\$ 67.952,00
  - 04 — Ilor Dal Vesco com 59.713 cotas ou Cr\$ 59.713,00
  - 05 — Irineu Carlesso com 40.698 cotas ou Cr\$ 40.698,00
  - 06 — Augustinho Antônio Zamboni c/ 32.624 cotas ou Cr\$ 32.624,00
  - 07 — Altair Moro com 13.544 cotas ou Cr\$ 13.544,00
  - 08 — Paulo Giacomini com 13.544 cotas ou Cr\$ 13.544,00
  - 09 — Milton Eugênio Hoffmann com 13.544 cotas ou Cr\$ 13.544,00
  - 10 — Anselmo Doré com 12.438 cotas ou Cr\$ 12.438,00
  - 11 — Domingos Giacomini com 10.875 cotas ou Cr\$ 10.875,00
  - 12 — Willy Fabro com 2.987 cotas ou Cr\$ 2.987,00
  - 13 — Gentil Antônio Dellal com 8.140 cotas ou Cr\$ 8.140,00
  - 14 — Edgar Krug com 8.140 cotas ou Cr\$ 8.140,00
  - 15 — Ernesto Costa com 5.495 cotas ou Cr\$ 5.495,00
  - 16 — Aldo Angelo Marquize com 5.000 cotas ou Cr\$ 5.000,00
  - 17 — Arlindo Tomaz Saccol com 4.038 cotas ou Cr\$ 4.038,00
  - 18 — Anacleto Branco com 2.581 cotas ou Cr\$ 2.581,00
  - 19 — Olívio Antônio Sperotto com 100 cotas ou Cr\$ 100,00
  - 20 — Antônio Adolpho Maresch com 100 cotas ou Cr\$ 100,00
- Total — Cr\$ 651.175,00.
- Na mesma oportunidade, os cotistas ratificam todas as demais cláusulas de seu contrato social e que continua inalteradas.

## Vº

Reconhecendo ser mais útil e vantajoso para o desenvolvimento dos negócios sociais, os cotistas unanimemente resolvem transformar a sociedade por cotas de responsabilidade limitada "Máquinas Triton Ltda.", em sociedade anônima de capital autorizado nos termos do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, e da lei n. 4.728, de 14 de julho de 1965, com a mesma sede, mesmo objeto, o mesmo capital realizado, os mesmos sócios e sob a denominação social de Triton S. A. — Indústria e Comércio, cujos estatutos foram lidos e aprovados unanimemente com a seguinte redação:

ESTATUTOS DA "TRITON S. A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO"

## CAPÍTULO I

Denominação, objeto, sede e duração da sociedade

Art. 1º — Fica constituída, por via de transformação do tipo jurídico de empresa por cotas de responsabilidade limitada e sob a denominação de "Triton S. A. — Indústria e Comércio", uma sociedade anônima de capital autorizado que se regerá por estes estatutos e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º — A sociedade tem por objeto a indústria de máquinas, aparelhos e implementos agrícolas (principalmente fabricação de trilhadeiras agrícolas, trituradores, moinhos para quicira, etc.), bem como o comércio e exportação.

ção de tais produtos; podendo, ainda, participar de outras empresas do mesmo ramo ou não.

Art. 3º — A sociedade tem sede à rua Dois Irmãos, 320 na Vila de Luzerna, município de Joaçaba, e foro jurídico na cidade e comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina; tendo filiais nas cidades de Joaçaba — SC e Ivaiporã — PR; podendo, ainda abrir filiais, agências, sucursais e demais dependências em qualquer local do Território Nacional, a critério da diretoria, observadas as formalidades legais.

Art. 4º — A duração da sociedade será por tempo indeterminado.

## CAPÍTULO II

### Capital e ações

Art. 5º — O capital social autorizado, nos termos da lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, é de Cr\$ 1.302.350,00 (hum milhão trezentos e dois mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), dividido em 1.302.350 (hum milhão, trezentas e duas mil e trezentas e cinquenta) ações de valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), cada uma, assim distribuídas:

a) 651.175 (seiscentas e cinquenta e uma mil, cento e setenta e cinco) ações ordinárias nominativas, já subscritas e integralizadas integralmente;

b) 651.175 (seiscentas e cinquenta e uma mil, cento e setenta e cinco) ações preferenciais.

§ 1º — As ações serão nominativas e quando totalmente subscrito e integralizado o capital social autorizado, poderão ser convertidas, à vontade do acionista, em nominativas endossáveis ou ao portador.

§ 2º — A sociedade poderá emitir títulos múltiplos ou cautelares representativas das ações que serão sempre assinadas por dois diretores ou por um diretor e um procurador especialmente constituído para esse fim, sendo facultado o uso da chancela mecânica nos termos do art. 1º, da lei n.º 5.589, de 3.7.1970.

§ 3º — A sociedade deverá completar no prazo de quinze (15) dias da solicitação do acionista ou interessado, os atos de averbação, conversão, transferência de ações e desdobramentos de títulos múltiplos.

§ 4º — Os títulos múltiplos de ações serão desdobrados a pedido do acionista, que arcará com as despesas.

§ 5º — As ações provenientes de bonificações ou de subscrição referente ao aumento de capital serão distribuídas no prazo máximo de sessenta (60) dias, contados a partir da publicação da ata da assembleia que autorizou o aumento.

§ 6º — A emissão e colocação das ações, dentro dos limites do capital autorizado serão feitas pela diretoria, ouvido previamente o conselho fiscal.

§ 7º — Na emissão e colocação das ações a que se refere o parágrafo anterior, será exigida uma entrada inicial, que corresponde ao mínimo fixado pelo Conselho Monetário Nacional, e o restante da forma como determinar a diretoria, inclusive, sob a forma de pagamento total das ações subscritas, no ato de subscrição.

§ 8º — A emissão e colocação de ações serão levadas a efeito, assegurando-se o direito de preferência aos acionistas, para o que, deverá a diretoria observar o seguinte:

a) Expedirá edital com prazo de dez (10) dias que será publicado por uma vez, em jornal local;

b) na falta de jornal local, o ato compete: I — Superintendente

edital será publicado no "Diário Oficial" do Estado.

c) findo o prazo fixado para exercício do direito de preferência, as ações serão emitidas, na forma do disposto nos parágrafos anteriores.

§ 9º — As ações do capital autorizado não podem ser colocadas por valor inferior ao nominal.

§ 10 — A emissão de ações para integralização em bens ou créditos, dependerá de prévia aprovação da assembleia geral.

Art. 6º — As ações preferenciais terão as seguintes vantagens:

a) Prioridade na distribuição de dividendos fixos e cumulativos de 10% (dez por cento) ao ano sobre seu valor nominal;

b) quando às ações ordinárias for atribuído dividendo superior a 10% (dez por cento) ao ano sobre seu valor nominal, as ações preferenciais serão asseguradas um dividendo igual ao das ações ordinárias, computando-se o dividendo preferencial para o efeito dessa equiparação;

c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, resultantes de capitalização de reservas ou lucros suspensos, correção monetária do ativo e, bem assim, de capitalização de quaisquer fundos;

d) prioridade no reembolso do capital, até o seu valor nominal no caso de liquidação da sociedade e, uma vez reembolsado o capital constituído pelas ações ordinárias até o seu valor nominal, participações no remanescente, em igualdade com as ações ordinárias.

Art. 7º — A cada ação ordinária corresponderá um voto nas assembleias gerais.

## CAPÍTULO III

### Diretoria

Art. 8º — A sociedade será administrada por uma diretoria composta dos seguintes membros, eleitos pela assembleia geral dos acionistas: I) diretor presidente, II) diretor tesoureiro, III) diretor administrativo, IV) diretor comercial, V) três (3) diretores adjuntos.

§ 1º — Os mandatos terão a duração de 3 (três) anos permitida a reeleição.

§ 2º — Contar-se-á de assembleia a assembleia o prazo de mandato dos diretores.

§ 3º — A diretoria reunir-se-á mensalmente ou sempre que os interesses da sociedade o exigirem devendo suas decisões serem tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao diretor presidente o voto de qualidade.

Art. 9º — A diretoria compete: I — Prover até a assembleia geral mais próxima as vagas de diretor eleito, que ocorrer depois da última assembleia geral; II — Deliberar sobre as atividades normais da sociedade, abertura de filiais, participação em outros empreendimentos, bem como todas as providências necessárias a assegurar o atingimento dos objetivos sociais; III — emitir ações dentro dos limites do capital autorizado.

Art. 10 — A gestão de cada diretor, acionista ou não será garantida com a caução de 100 (cem) ações da sociedade.

Art. 11 — É vedado aos diretores dar em nome da sociedade, fianças a terceiros, salvo se autorizados pela maioria absoluta dos diretores, reunidos especialmente para este fim.

Art. 12 — Ao diretor-presidente, além das atribuições expressamente mencionadas neste estatuto,

e dirigir os negócios da sociedade, exercendo todos os poderes contidos nos estatutos; II — representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo para tal fim outorgar mandatos; III — presidir as assembleias gerais dos acionistas e reuniões de diretoria, orientar, supervisionar e fiscalizar o cumprimento de suas deliberações; IV — convocar por deliberação da diretoria a assembleia dos acionistas; V — atribuir e distribuir funções aos membros da diretoria; VI — suspender a execução das decisões da diretoria, podendo determinar novo exame ou recorrer à assembleia geral; VII — nomear, promover, remover, punir ou demitir funcionários de qualquer categoria, podendo delegar poderes a outro membro da diretoria.

Parágrafo único — O diretor-presidente poderá delegar os poderes de sua competência aos membros da diretoria.

Art. 13 — Compete ao diretor-tesoureiro: Supervisionar os serviços da tesouraria e contabilidade, controlando os serviços de caixa e bancos, e apresentando balancetes mensais à diretoria.

Art. 14 — Compete ao diretor-administrativo: I — Substituir o diretor-presidente nas suas faltas e impedimentos; II — coordenar e dirigir a execução das atividades dos serviços gerais de administração, faturamento e de pessoal; III — propor a criação de cargos e sistemas de organização; IV — executar junto com o diretor-tesoureiro a administração financeira da empresa.

Art. 15 — Compete ao diretor-comercial: Dirigir as atividades de compra e venda, bem como supervisionar os serviços de entrega e o depósito de mercadorias.

Art. 16 — Aos diretores-adjuntos competem: Dirigir as atividades dos setores a eles confiados pelo diretor-presidente, bem como o assessoramento aos demais diretores na administração geral.

Art. 17 — É de exclusiva competência do diretor-presidente, ou de seu substituto conforme disposto no artigo 14, gravar ou onerar bens imóveis da sociedade, após autorização da assembleia geral; nomear e constituir procuradores ou mandatários "ad litem" e "ad negotia" com poderes especiais para agir em nome da sociedade.

Art. 18 — É necessária a assinatura de dois diretores, sendo um deles presidente, tesoureiro comercial, administrativo, ou ainda, de um diretor que exerça as funções acima, acompanhado de um procurador especialmente constituído para este fim, em quaisquer atos que impliquem em obrigações ou responsabilidades da sociedade, tais como: I — Abrir, manter, movimentar, e encerrar contas bancárias; II — contrair empréstimos de qualquer natureza, inclusive bancários, com ou sem garantia de direito real ou pessoal; III — endossar, avalizar, aceitar e protestar saques, duplicatas ou triplicatas; IV — emitir, assinar, endossar, avalizar, aceitar e protestar notas promissórias e letras de câmbio; V — acordar, contratar, de modo geral, transferir, desistir, receber e dar quitação; VI — dar carta de fiança e crédito ou contrato de câmbio.

Parágrafo único — Os diretores e procuradores, acima, poderão, agindo isoladamente, emitir duplicatas e endossar cheques para depósitos.

Art. 19 — Nas filiais fora do Estado de Santa Catarina os gerentes e procuradores exercerão os poderes outorgados em procuração específica do diretor-presidente ou de seu substituto conforme disposto no artigo 14.

Art. 20 — Os diretores terão remuneração fixa que lhes for atribuída anualmente pela assembleia geral ordinária, além da parte variável que lhes for concedida com observância do artigo 30 deste estatuto.

## CAPÍTULO IV

### Assembleia geral

Art. 21 — A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que convocada.

Parágrafo único — Os anúncios de convocação serão publicados na forma da lei e deles constarão a ordem do dia, ainda que sumariamente, dia, hora e local da reunião, sendo dispensada a convocação prévia mediante edital pela imprensa, quando a assembleia geral se realizar com a presença de todos os acionistas.

Art. 22 — A assembleia geral será presidida pelo diretor-presidente que convidará um dos acionistas para servir de secretário.

Art. 23 — As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Art. 24 — Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores com poderes especiais, desde que estes provem também a sua qualidade de acionista.

Parágrafo único — Não poderão ser procuradores ou representantes dos acionistas na assembleia geral, os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou de qualquer outro órgão criado pelos Estatutos.

## CAPÍTULO V

### Conselho fiscal

Art. 25 — O Conselho Fiscal ficará constituído por três membros efetivos e de igual número de suplentes, todos residentes no País, eleitos anualmente pela assembleia geral, permitida a reeleição.

Art. 26 — Ao Conselho Fiscal competem as atribuições e os poderes que a lei e este Estatuto lhes confere.

Art. 27 — Os membros do Conselho Fiscal, eleitos pela assembleia geral, terão remuneração atribuída pela mesma.

Art. 28 — Os resultados das reuniões e exames, de órgão Fiscal da Sociedade, serão lavrados no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

Art. 29 — No impedimento temporário ou definitivo de qualquer um dos membros do Conselho Fiscal, seja qual for o motivo, o suplente será convocado pela Diretoria para exercer o mandato pelo tempo que faltar ou enquanto durar o afastamento.

## CAPÍTULO VI

### Exercício social

Art. 30 — O exercício social se estenderá de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o Balanço Geral com observância das prescrições legais.

§ 1º — A Diretoria fará levantar balanço semestral, distribuindo ou não dividendos antecipados.

§ 2º — Juntamente com o Balanço e o Relatório da Diretoria será encaminhada ao Conselho Fiscal a proposta para a distribuição de dividendos e a fixação da gratificação à Diretoria, a fim de que o mesmo se pronuncie e a



assembleia geral decida sobre esses documentos.

§ 3º — Dos lucros apurados serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até atingir o montante de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

§ 4º — Poderá ser atribuída à Diretoria gratificação no montante de 10% (dez por cento) dos lucros apurados, devendo o mesmo ser pago em 12 (doze) décimos e em partes iguais a todos os diretores.

§ 5º — O pagamento dos dividendos ou outros quaisquer proventos atribuídos aos acionistas será feito no máximo até 60 (sessenta) dias contados após a publicação de ata da assembleia geral que autorizou a distribuição.

Art. 31 — Os créditos que os diretores e acionistas tiverem na sociedade vencerão juros anuais de 12% (doze por cento)

## CAPÍTULO VII

### Liquidação e dissolução

Art. 32 — A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação fixando-lhe a respectiva remuneração.

## CAPÍTULO VIII

### Disposições gerais

Art. 33 — As dúvidas que eventualmente suscitarem entre os membros da Diretoria, relativamente à administração, serão dilimidas em reunião conjunta desta com o Conselho Fiscal, e em último caso, pela assembleia geral.

Art. 34 — Os casos omissos nestes Estatutos serão resolvidos pela legislação vigente.

Art. 35 — A Sociedade ora constituída é, para todos os efeitos legais e fiscais, sucessora da sociedade "Máquinas Triton Ltda.", mantendo, sem solução de continuidade, todos os direitos e obrigações que compunham o patrimônio da sociedade transformada, conforme valores constantes de sua contabilidade.

## CAPÍTULO IX

### Disposições transitórias

Art. 36 — No exercício de 1972, a base de 1971 somente às ações do capital de Cr\$ 651.175,00 (seiscientos e cinquenta e um mil, cento e setenta e cinco cruzeiros) serão distribuídos dividendos integrais, enquanto às demais ações resultantes dos aumentos de capital social para Cr\$ 1.302.350,00 (um milhão, trezentos e dois mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) terão direito a 20% (vinte por cento) dos dividendos que forem distribuídos e correspondentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 1971 (setenta e um).

## VI

Aceitando como aceitam todos essa transformação nos moldes em que é por todos aprovada, fica definitivamente transformada a Sociedade por cotas de responsabilidade limitada "Máquinas Triton Ltda.", em Sociedade Anônima de Capital Autorizado, recebendo cada acionista o número de ações correspondentes ao número de cotas que possuía na sociedade sucedida, a saber:

01 — Osvaldo Marquize — 261.456 ações no valor de — Cr\$ 261.456,00

02 — Hermindo Dalla Lana — 21.396 ações no valor de — Cr\$ 81.396,00

03 — Antônio Doré — 67.852 ações no valor de — Cr\$ 67.852,00

04 — Ilor Dal Vesco — 59.713 ações no valor de — Cr\$ 59.713,00

05 — Irineu Carlesso — 40.698 ações no valor de — Cr\$ 40.698,00

06 — Augustinho Antônio Zamboni — 32.624 ações no valor de — Cr\$ 32.624,00

07 — Altair Moro — 13.544 ações no valor de — Cr\$ 13.544,00

08 — Paulo Giacomini — 13.544 ações no valor de — Cr\$ 13.544,00

09 — Milton Eugênio Hoffmann — 13.544 ações no valor de — Cr\$ 13.544,00

10 — Anselmo Doré — 12.438 ações no valor de — Cr\$ 12.438,00

11 — Domingos Giacomini — 16.875 ações no valor de — Cr\$ 10.875,00

12 — Willy Fabro — 9.887 ações no valor de — Cr\$ 9.887,00

13 — Gentil Antônio Dellai — 8.140 ações no valor de — Cr\$ 8.140,00

14 — Edgar Krug — 8.140 ações no valor de — Cr\$ 8.140,00

15 — Ernesto Costa — 5.405 ações no valor de — Cr\$ 5.405,00

16 — Aldo Angelo Marquize — 5.000 ações no valor de — Cr\$ 5.000,00

17 — Arlindo Tomaz Saccol — 4.038 ações no valor de — Cr\$ 4.038,00

18 — Anacleto Branco — 3.581 ações no valor de — Cr\$ 3.581,00

19 — Olívio Antônio Sperotto — 100 ações no valor de — Cr\$ 100,00

Total — 651.175 ações no valor de — Cr\$ 651.175,00

## VII

Os contratantes representando a totalidade das ações subscritas e integralmente realizadas, acordam em eleger, na forma do artigo 8º (oitavo) dos Estatutos Sociais, para comporem a primeira Diretoria da Sociedade, os srs.: Osvaldo Marquize, já qualificado para Diretor-Presidente; Olívio Antônio Sperotto, já qualificado, para Diretor-Tesoureiro; Hermindo Dalla Lana, já qualificado, para Diretor-Administrativo; Willy Fabro (dr.) Antônio Doré e Ilor Dal Vesco, para Diretores-Adjuntos; resolvendo, ainda, não preterir até ulterior deliberação da assembleia geral, o cargo de Diretor-Comercial, cujas funções serão acumuladas pelo Diretor-Presidente. Igualmente na forma do artigo 25º (vigésimo quinto) dos Estatutos Sociais elegem para comporem o primeiro Conselho Fiscal os srs.: Irineu Carlesso, já qualificado, a Ivanir Zamboni, brasileiro, casado, do comércio residente e domiciliado na Vila de Luzerna, município de Joacaba-SC, portador da Carteira de Identidade n. 121.366-SC e CPF n. 003.142.269, para membros efetivos, e os srs.: Otto Spieweck, alemão, casado guarda-livros, portador da Carteira de Identidade n. 56.055-SC e CPF n. 003.138.749, Augustinho Antônio Zamboni, já qualificado, e Norberto Celestino Spessatto brasileiro, casado, residente e domiciliado na Vila de Luzerna, município de Joacaba-SC, portador da Carteira de Identidade n. 17.073.85-RS e CPF n. 603.142.939, para membros suplentes.

## VIII

Eleitos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal resolvem de comum acordo fixar-lhes os seguintes honorários e remuneração a partir do dia 1º de outubro de 1971: a) ao Diretor-Presidente Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), mensais; b) ao Diretor-Tesoureiro Cr\$ 1.800,00 (um mil e oito-

centos cruzeiros), mensais; c) ao Diretor-Administrativo, Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), mensais; d) para cada Diretor-Adjunto, Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), mensais; e) para cada um dos senhores conselheiros a remuneração anual de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) quando em exercício.

## IX

Os contratantes declaram ainda por unanimidade, que a transformação ora celebrada independe de prévia avaliação dos bens sociais, por pertencerem em comum a todos os atuais acionistas, que reconhecem e dão-lhes os mesmos valores pelos quais se acham contabilizados e carecia de depósito bancário por não se ter verificado a entrada de dinheiro.

E, assim ajustados e contratados, aprovam todos os termos do presente instrumento por ser ele a ata fiel da assembleia nesta data realizada assinando-o em 3 (seis) vias de igual teor e forma. Joacaba (SC), 30 de setembro de 1971.

01) Osvaldo Marquize  
02) Hermindo Dalla Lana  
03) Antônio Doré  
04) Ilor Dal Vesco  
05) Irineu Carlesso  
06) Augustinho Antônio Zamboni  
07) Altair Moro  
08) Paulo Giacomini  
09) Milton Eugênio Hoffmann  
10) Anselmo Doré  
11) Domingos Giacomini  
12) Willy Fabro  
13) Gentil Antônio Dellai  
14) Edgar Krug  
15) Ernesto Costa  
16) Aldo Angelo Marquize  
17) Arlindo Tomaz Saccol  
18) Anacleto Branco  
19) Olívio Antônio Sperotto  
20) Antônio Adolpho Maresch  
Testemunhas:  
Adair Ferri  
Liliana Bettio  
Reconheço verdadeiras as firmas supra indicadas pela seta, e dou fé. Joacaba, 18 de outubro de 1971. Em test. AC da verdade. Anselmo Campagnolo, escrevente juramentado.

## CERTIDÃO

Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 34.990, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje. Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 19 de outubro de 1971.

Olívio Cruz, pelo secretário geral. (6004)

— o —

## INDÚSTRIA PASTA MECÂNICA E PAPELÃO S/A

C.G.C. M.F. n. 85.778.520, Inscrição Estadual n. 99.

## Ata da assembleia geral ordinária

No dia vinte e sete de março de um mil novecentos e setenta e um, às 9 horas, reuniram-se à Praça Nereu Ramos s/n., Edifício Walter Probst, em Rio do Sul, Santa Catarina, a totalidade dos acionistas da Indústria Pasta Mecânica e Papelão S/A — Comércio e Representações, atendendo a convocação datada de dois de março de 1971 e publicada no "Diário Oficial" do Estado nos dias 16, 19 e 23 de março de 1971 de ns. 9.204, 9.207 e 9.208. Assumindo a presidência dos trabalhos, a diretora-presidente sra. Arnolda Probst, convidou a mim Adhemar Dellagiustina, para secretariar a sessão. Verificada a

existência de quorum pelo livro de presenças de acionistas, foi il-de em seguida o inteiro teor do edital de convocação da assembleia geral ordinária, nos seguintes termos: "Indústria Pasta Mecânica e Papelão S/A — Comércio e Representações". Assembleia geral ordinária. Convocação. São convidados os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária, a realizar-se na sede social; às 9 horas do dia 27 de março de 1971, com a seguinte ordem do dia: 1º — Eleição da diretoria; 2º — eleição dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal; 3º — outros assuntos de interesse da sociedade. Rio do Sul, 2 de março de 1971. (Ass.) Arnolda Probst, diretora-presidente. Immediatamente a sra. presidente informou que seria posto em votação a extinção de dois cargos de diretores, ou seja: Diretor-técnico e diretor-industrial, o que foi aprovado pela totalidade dos presentes. Em seguida foi posto em votação os cargos de diretor-presidente e diretor-adjunto, concluída a votação verificou-se o seguinte resultado: para diretor-presidente foi eleita a sra. Arnolda Probst, viúva, brasileira, residente em Rio do Sul, para diretor-adjunto foi eleito o sr. Adhemar Dellagiustina, casado, brasileiro, residente em Rio do Sul. Fixando-se os honorários de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) mensais, para a diretora-presidente, e em Cr\$ 1.600,00 (um mil e seiscientos cruzeiros) mensais, para o diretor-adjunto o sr. Adhemar Dellagiustina. Procedida em seguida a votação para os membros efetivos e suplentes do conselho fiscal, concluída a votação, a sra. presidente anunciou o seguinte resultado: foram eleitos membros efetivos do conselho fiscal os senhores: Hélio Westphalen, Theodoro Müller e Walter de Abreu, e para suplentes do conselho fiscal foram eleitos os senhores, Juracy Ismael Dalfovo, Leopoldo Cordeiro e Raúl Probst, todos residentes nesta cidade de Rio do Sul, fixando-se os honorários por reunião participada em Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). Em seguida a sra. presidente informou que a palavra estava livre e como ninguém dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, a sra. presidente declarou encerrada a assembleia, da qual eu, Adhemar Dellagiustina, secretário lavro a presente ata a qual, após lida e por todos aprovada, vai subscrita pelo presidente e por mim secretário e por todos os presentes. Dela serão extraídas cópias autografadas para fins legais. Rio do Sul, 27 de março de 1971 Adhemar Dellagiustina, secretário.

Reconheço a assinatura supra de Adhemar Dellagiustina, do qual dou fé. Em testemunho MZDFM. da verdade Rio do Sul 27 de março de 1971. Maria Zélia Dellagiustina Formiga de Moura, tabelante.

## CERTIDÃO

Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 34.983, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 19 de outubro de 1971.

Olívio Cruz, pelo secretário geral. (5978)

**SAGECI — ENGENHARIA E COMÉRCIO S. A.**

CGC 84.933.761

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores acionistas:

Temos o prazer de apresentar a vv. ss. o balanço e o demonstrativo da conta de lucros e perdas, no exercício encerrado em 31 de julho de 1971, e o parecer do conselho fiscal, para a apreciação de vv. ss. os livros estarão à disposição dos senhores acionistas, no escritório da firma, no horário comercial até o dia 31 de agosto de 1971.

Lajes (SC), 31 de julho de 1971.

Wolfgang Waldemar Hablitschek, diretor- presidente, CPF 003969909.

Valdomiro Antônio Nercolini, diretor vice-presidente, CPF 028928129.

**BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE JULHO DE 1971****A T I V O****Disponível**

Numerário .....	217.174,50	
Depósitos à vista .....	200.204,19	417.378,69

**Realizável**

Circulantes .....	822.204,68	
Clientes .....	1.780.657,71	
Títulos da dívida pública .....	89.473,04	
C/Correntes .....	40.518,42	2.732.853,85

**Imobilizado**

Imobilizações técnicas .....	3.919.009,17	
Imobilizações financeiras .....	187.817,00	4.106.826,17

**Compensado**

Direitos contratuais .....	1.263.071,71	
----------------------------	--------------	--

Total ..... Cr\$ 8.520.130,42

**P A S S I V O****Exigível — curto prazo**

Fornecedores .....	394.160,23	
Credores diversos .....	258.254,36	
Títulos a pagar .....	549.000,32	
Obrigações diversas .....	51.221,15	
C/Correntes .....	119.008,39	1.371.644,45

**Exigível — longo prazo**

Credores diversos .....	1.176.444,01	
Títulos a pagar .....	187.400,48	1.363.844,49

**Não exigível****Patrimônio líquido:**

Capital .....	2.370.000,00	
Fundo de reserva legal .....	103.303,85	
Fundo p/aumento de capital .....	5.315,81	
Fundo de indenização trabalhista .....	1.192,18	
Correção monetária a aplicar .....	2.570,93	
Fundo p/manutenção de capital de giro .....	3.217,09	
Correção monetária s/ORTN (decreto-lei n. 157, de 10.02.67) .....	11.592,46	2.497.192,32

Provisões e depreciações .....	576.595,08	
--------------------------------	------------	--

**Compensado**

Obrigações contratuais .....	1.263.071,71	
------------------------------	--------------	--

**Resultado do exercício**

Resultado pendente .....	1.447.782,37	
--------------------------	--------------	--

Total ..... Cr\$ 8.520.130,42

Importa o presente balanço geral na importância de Cr\$ 8.520.130,42 (oito milhões quinhentos e vinte mil cento e trinta cruzeiros e quarenta e dois centavos).

**DEMONSTRATIVO DA CONTA "LUCROS E PERDAS, REFERENTE AO BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE JULHO DE 1971****D É B I T O**

Resultado s/transações eventuais .....	7.320,00
Depreciações .....	374.765,09
Despesas da diretoria .....	110.985,80
Despesas c/pessoal administrativo .....	108.677,40
Despesas gerais .....	37.244,48
Despesas financeiras .....	325.141,15

Despesas tributáveis .....	108.278,70	
Impostos .....	3.068,76	
Despesas da oficina .....	116.140,59	
Despesas das obras .....	2.051.752,88	3.243.374,05

Resultado pendente ..... 1.447.782,37

Total ..... Cr\$ 4.691.157,22

**C R É D I T O****Receitas financeiras**

Juros ativos .....	2.812,95	
Descontos ativos .....	17.436,49	
Receitas eventuais .....	23,50	20.272,94

**Receitas industriais**

Serviços de terraplenagem .....	721.734,11	
Serviços de pavimentação .....	3.119.703,81	
Serviços de construção civil .....	829.446,36	4.670.884,28

Total ..... Cr\$ 4.691.157,22

Wolfgang Waldemar Hablitschek, diretor- presidente, CPF 003969909.

Valdomiro Antônio Nercolini, diretor vice-presidente, CPF 028928129.

Antônio Felair Gomes, téc. contabilidade — CRC SC n. 5.605, CPF n. 056266929-31.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Examinando atentamente os livros e documentos da empresa, encontramos tudo em ordem, e somos de opinião que o balanço e demonstração da conta de lucros e perdas acima transcrito, merecem aprovação dos senhores acionistas.

Antônio Carlos Koerich, CPF 138124089

Fragentino Luiz Parizzi, CPF 032403989

Bernardino Nelson Gevaerd, CPF 0039790039. (6031)

CGC 84.933.761

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores acionistas:

Temos o prazer de apresentar a vv. ss. o balanço e o demonstrativo da conta de lucros e perdas, no exercício encerrado em 30 de setembro de 1971, e o parecer do conselho fiscal, para a apreciação de vv. ss. os livros estarão à disposição dos senhores acionistas, no escritório da firma, no horário comercial até o dia 31 de outubro de 1971.

Lajes (SC), 30 de setembro de 1971.

Wolfgang Waldemar Hablitschek, diretor- presidente, CPF 003969909.

Valdomiro Antônio Nercolini, diretor vice-presidente, CPF 028928129.

**BALANÇO DE 30 DE SETEMBRO DE 1971****A T I V O****Disponível**

Numerário .....	252.916,93	
Depósitos à vista .....	56.509,06	309.425,99

**Realizável**

Circulantes .....	859.573,14	
Devedores diversos .....	1.666,35	
Clientes .....	2.541.179,36	
Títulos da dívida pública (ORTN) .....	110.360,64	
Pendente .....	760.846,86	4.273.626,35

**Imobilizado**

Imobilizações técnicas .....	3.921.859,17	
Imobilizações financeiras .....	247.237,01	4.169.096,18

**Compensado**

Direitos contratuais .....	667.655,81	
----------------------------	------------	--

Total ..... Cr\$ 9.419.804,33

**P A S S I V O****Exigível — curto prazo**

Fornecedores .....	231.530,79	
Credores diversos .....	181.149,49	
Títulos a pagar .....	781.385,50	



Obrigações diversas .....	56.614,30	
C/Correntes .....	329.203,45	1.570.332,53

**Exigível — longo prazo**

Credores diversos .....	1.060.592,97	
Titulos a pagar .....	237.400,48	1.297.993,45

**Inexigível****Patrimônio líquido:**

Capital .....	2.370.000,00	
Fundo de reserva legal .....	103.363,85	
Fundo p/aumento de capital .....	5.315,81	
Fundo de indenização trabalhista .....	1.192,18	
Correção monetária a aplicar .....	5.199,72	
Fundo p/manutenção de capital de giro .....	3.217,09	
Correção monetária S/ORTN (decreto-lei n. 157, de 10.02.67) .....	32.480,06	2.520.708,71

Provisões e depreciações .....		576.595,93
--------------------------------	--	------------

**Compensado**

Obrigações contratuais .....		667.655,81
Resultado pendente .....		2.776.968,75
Total .....	Cr\$	9.419.804,33

Importa o presente balanço, transcrito no diário n. 04, às folhas 420 e 421, na importância de Cr\$ 9.419.804,33 (nove milhões quatrocentos e dezenove mil oitocentos e quatro cruzeiros e trinta e três centavos).

**DEMONSTRATIVO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" RELATIVO AO BALANÇO DE 30 DE SETEMBRO DE 1971****D É B I T O**

Despesas da diretoria .....	25.785,47	
Despesas c/pessoal administrativo .....	30.844,10	
Despesas gerais .....	17.114,96	
Despesas financeiras .....	47.899,76	
Despesas tributáveis .....	28.171,29	
Despesas da oficina .....	20.457,73	
Despesas das obras .....	451.293,15	621.565,16

Resultado pendente .....		1.329.186,38
--------------------------	--	--------------

Total .....	Cr\$	1.950.752,54
-------------	------	--------------

**C R É D I T O****Receitas financeiras**

Juros ativos .....	1,80	
Descontos ativos .....	2.048,94	2.050,74

**Receitas industriais**

Serviços de terraplenagem .....	650.000,00	
Receitas eventuais .....	0,01	
Serviços de pavimentação .....	1.073.355,99	
Serviços de construção civil .....	225.345,80	1.948.701,80

Total .....	Cr\$	1.950.752,54
-------------	------	--------------

Wolfgang Waldemar Hablitschek, diretor- presidente, CPF 003969909.

Valdomiro Antônio Nercolini, diretor vice-presidente, CPF 023928129.

Antônio Eclair Gomes, téc. contabilidade — CRC SC n. 5.605, CPF n. 056266923-91.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Examinando atentamente os livros e documentos da empresa, encontramos tudo em ordem, e somos de opinião que o balanço e demonstrativo da conta lucros e perdas acima transcrito, merece aprovação dos senhores acionistas, estando transcrito às folhas 420 e 421 do diário copiador n. 04.

Antônio Carlos Koerich, CPF 138124089

Argentino Luiz Parizzi, CPF 032408393

Bernardino Nelson Gevaerd, CPF 003979039

Hilten Amaral, suplente, CPF n. 106042799.

(6032)

**SAGECI — ENGENHARIA E COMÉRCIO S. A.****Ata da assembléia geral extraordinária**

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e um, às 10 horas, na sede

social, na rua Rio Branco, n. 275, nesta cidade e comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em assembléia geral extraordinária, os acionistas de "Sageci-Engenharia e Comércio S/A.", representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no livro de presença.

Escolhido pelos presentes, assumiu a presidência da assembléia o acionista sr. Wolfgang Waldemar Hablitschek que convidou para secretário o acionista sr. Valdomiro Antônio Nercolini. Assim constituída a mesa, declarou o sr. presidente instalada a assembléia que, fora devidamente convocada por avisos pessoais aos senhores acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Mudança da data de encerramento do exercício social; b) Alteração dos estatutos sociais; c) Assuntos de interesse geral. Determinou a seguir o sr. presidente fossem lidos a proposta da diretoria e o parecer do conselho fiscal, que estavam assim redigidos: "Proposta da diretoria — Senhores acionistas. A diretoria da sociedade, cre aconsoelhável, por conveniência administrativa, seja modificada a data de encerramento do exercício social, passando o mesmo a ser encerrado, anualmente, em 31 de julho, em vez de 31 de dezembro de cada ano. Aprova-se que seja esta proposta, serão modificados os artigos 7º, 15, 17 e seu parágrafo único, dos estatutos sociais, os quais passarão a ter a seguinte redação: "Artigo 7º — Os mandatos dos diretores terminarão sempre a 30 de novembro seguinte à eleição que se proceder de agosto a novembro, de forma que, no citado dia 30 de novembro, haverá o término e o início da gestão dos diretores". Art. 15 — Até o dia 30 de novembro de cada ano, em sua sede social, reunir-se-á a assembléia geral ordinária dos acionistas, a qual deliberará sobre o relatório, contas e gestão da diretoria, eleição do conselho fiscal, remuneração deste e daquela, tendo em vista o disposto no art. 174 do Decreto-Lei n. 2.627. "Artigo 17 — O exercício social terminará em 31 de julho de cada ano, quando deverão ser levantados o balanço geral e o inventário, com a observância das prestações legais. Parágrafo único — A diretoria poderá quando julgar conveniente, levantar balanços periódicos distribuído ou não dividendos provisórios". Esta é a proposta que submetemos à aprovação dos srs. acionistas. Lages, 8 de julho de 1971. (Ass.) Wolfgang Waldemar Hablitschek, Valdomiro Antônio Nercolini". "Parecer do conselho fiscal. Nós, abaixo assinados membros efetivos do conselho fiscal de Sageci — Engenharia e Comércio S. A., tendo examinado a proposta da diretoria para a mudança de data de encerramento do exercício social de 31 de dezembro para 31 de julho de cada ano e a consequente alteração dos artigos 7º, 15 e 17 e seu parágrafo único, dos estatutos sociais, somos de parecer que a mesma merece inteira aprovação da assembléia dos srs. acionistas, por consultar reais interesses da sociedade. Lages, 12 de julho de 1971. (Ass.) Antônio Carlos Koerich, Argentino Luiz Parizzi, Bernardino Nelson Gevaerd". Submetemos à discussão os documentos acima, como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram postos em votação, verificando-se sua aprovação por unanimidade. Declarou, então, o sr. presidente que, à vista da deliberação tomada, passava o exercício social a ser encerrado em 31 de julho de cada ano, ficando em consequência, alterados os artigos 7º, 15, 17 e seu parágrafo único, dos estatutos sociais, os quais passam a vigorar com a redação constante da proposta da diretoria recém-aprovada. Nada mais havendo a tratar e, como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foi a

sessão suspensa pelo tempo necessário a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, vai por todos assinada. Lages, 14 de julho de 1971. (Ass.) Wolfgang Waldemar Hablitschek, Erady Mota, Domício Burato Geremias, Zeni João Inácio, Werner Hoessel, Gershom Herbert Wills, Pedro Osear de Souza, José de Liz Xavier, João da Silva Muniz, Odair Vaz Waltrick, Jovani Marques Macedo, Leopoldo Alves Campos, Valdomiro Antônio Nercolini, Nilson Idone Blavatti. Cópia fiel extraída do livro próprio.

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia extraída da ata original está igual e autêntica a qual me foi apresentada e conferi, e que está assinada pela totalidade dos acionistas de conformidade com o livro registro de ações n. 1, que me foi apresentado. Lages, 18 de outubro de 1971. Em test. NJP. da verdade. Nazareno Jordão Pereira, escrevente juramentado.

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico a presente cópia, fotostática, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com o qual conferi e dou fé. Florianópolis, 27 de outubro de 1971. Em test. JPSL da verdade Dr. Stavros A. Kotzias, tabelião.

Reconheço por semelhanças as firmas indicadas com a seta, devidamente rubricada, de meu uso. Dou fé. Florianópolis, 27 de outubro de 1971. Em test. JPSL da verdade. Jorge Paulo S. Linhares, escrevente juramentado.

**CERTIDÃO**

Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 35.016, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de outubro de 1971.

Sylvia Gouvêa, pelo secretário geral.

(6085)

**Ata da assembléia geral extraordinária**

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e um, às 10 horas, na sede social, na rua Rio Branco, n. 275, nesta cidade e comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em assembléia geral extraordinária os acionistas, de "SAGECI — Engenharia e Comércio S. A.", representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no livro de presença. — Escolhido pelos presentes, assumiu a presidência da assembléia o acionista sr. Wolfgang Waldemar Hablitschek, que convidou para secretário o acionista sr. Valdomiro Antônio Nercolini. — Assim constituída a mesa, declarou o sr. presidente instalada a assembléia que, fora devidamente convocada por avisos pessoais enviados aos senhores acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: — a) Aumento do capital social de ... Cr\$ 2.370.000,00 — para ... Cr\$ 5.050.000,00 com o aproveitamento das seguintes reservas: Fundo para aumento de capital, ... Cr\$ 5.315,81; fundo para manutenção de capital de giro, ... Cr\$ 3.217,09; correção monetária

a aplicar, Cr\$ 5.100,72; correção monetária sobre O. R. T. N. Cr\$ 30.480,06; fundo de indenização trabalhista Cr\$ 1.192,18; resultado pendente de lucros e perdas, constantes do balanço encerrado em 31.7.71, Cr\$ 1.375.393,26 e lucro apurado em balanço intercalar realizado em 30.9.71, Cr\$ 1.262.727,07, já tendo sido feitas as devidas deduções de 5%, para o fundo de reserva legal; b) — Alteração dos estatutos sociais; c) — assuntos de interesse geral. Determinou, a seguir, o sr. presidente, fossem lidos a proposta da diretoria e o parecer do conselho fiscal, que estavam assim redigidos: "Proposta da diretoria — Senhores acionistas — A diretoria da sociedade, em vista do desenvolvimento dos negócios sociais, crê aconselhável proceder-se a um aumento do capital social, elevando-o de ..... Cr\$ 2.370.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta mil cruzeiros), para Cr\$ 5.050.000,00 (cinco milhões e cinquenta mil cruzeiros) mediante a emissão de 2.680.000 (dois milhões seiscentos e oitenta mil) ações ordinárias, nominativas ou ao portador, à vontade do acionista, do valor nominal de Cr\$ 1,00 — (uma cruzeiro) cada uma. — O aumento proposto, da ordem de Cr\$ 2.680.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil cruzeiros) será integralmente realizado da seguinte forma: a) Cr\$ 5.315,81 (cinco mil, trezentos e quinze cruzeiros e oitenta e um centavos) mediante a utilização de reservas constantes da conta "fundo para aumento de capital"; b) ..... Cr\$ 3.217,09 (três mil duzentos e dezessete cruzeiros e nove centavos), com o "fundo para manutenção de capital de giro"; c) ..... Cr\$ 5.199,72 (cinco mil, cento e noventa e nove cruzeiros e setenta e dois centavos), com o saldo da reavaliação do ativo imobiliário, realizada, de conformidade com o art. 3º da lei n. 4.357-64, contabilizado como "correção monetária a aplicar"; d) ..... Cr\$ 32.480,06 (trinta e dois mil quatrocentos e oitenta cruzeiros e seis centavos) com o produto da "correção monetária sobre obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional"; e) Cr\$ 1.192,18 (um mil cento e noventa e dois cruzeiros e dezoito centavos) com o fundo de indenização trabalhista; f) ..... Cr\$ 1.375.393,26 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil trezentos e noventa e três cruzeiros e vinte e seis centavos) com o "resultado pendente do exercício constante do balanço encerrado em 31 de julho de 1971; e, f) ..... Cr\$ 1.257.201,88 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil duzentos e um cruzeiros e oitenta e oito centavos) com parte do resultado apurado no balanço intercalar realizado em 30 de setembro de 1971, devendo o saldo desta conta, no valor de Cr\$ 5.525,19 (cinco mil quinhentos e vinte e cinco cruzeiros e dezenove centavos) ser creditado à conta fundo para aumento de capital. — As ações provenientes do aumento de capital ora proposta, serão distribuídas aos senhores acionistas, na proporção das que possuírem na data da realização da assembleia. Aprovada que seja esta proposta, será modificado o art. 5º, dos estatutos sociais, o qual passará a ter a seguinte redação: — "Artigo 5º — O capital social é de ..... Cr\$ 5.050.000,00 (cinco milhões e cinquenta mil cruzeiros), integralmente realizado, dividido e m...".

5.050.000 (cinco milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, do valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, nominativas ou ao portador, à vontade do acionista proprietário da ação". — Esta é a proposta que submetemos à aprovação dos senhores acionistas. — Lages, 1º de outubro de 1971. — (Ass.) Wolfgang Waldemar Hablitschek, Valdomiro Antônio Nercolini". — Parecer do conselho fiscal — Nós, abaixo assinados, membros efetivos do conselho fiscal de "SAGECI — Engenharia e Comércio S. A.", tendo examinado a proposta da diretoria para aumento do capital social elevando-o de Cr\$ 2.370.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta mil cruzeiros) para Cr\$ 5.050.000,00 (cinco milhões e cinquenta mil cruzeiros), realizado parte com o "fundo para aumento de capital" de Cr\$ 5.315,81; com o "fundo para manutenção de capital de giro" de Cr\$ 3.217,09; com a "correção monetária a aplicar de ..... Cr\$ 32.480,06; com o resultado pendente do exercício, constante do balanço geral encerrado em 31.7.71, de Cr\$ 1.375.393,26 e com parte do resultado apurado no balanço intercalar realizado em 30 de setembro de 1971 de ..... Cr\$ 1.257.201,88, bem como a alteração do artigo 5º dos estatutos sociais, somos de parecer que a mesma merece inteira aprovação da assembleia, por consultar reais interesses da sociedade e de seus acionistas. — Lages, 1º de outubro de 1971. (Ass.) Antônio Carlos Koench — Bernardino Luiz Farizzi — Bernardino Nelson Gevaerd. — Submetidos à discussão dos documentos acima, como ninguém quisesse fazer uso da palavra foram postos em votação, verificando-se sua aprovação por unanimidade. Declarou, então o sr. presidente, que à vista da deliberação tomada ficava o capital social aumentado para ..... Cr\$ 5.050.000,00 (cinco milhões e cinquenta mil cruzeiros) e alterado o artigo 5º dos estatutos sociais referente ao capital, que passa a vigorar com a redação constante da proposta da diretoria recém-aprovada. Nada mais havendo a tratar e, como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, vai por todos assinada. — Lages, 1º de outubro de 1971. (Ass.) — Wolfgang Waldemar Hablitschek, Valdomiro Antônio Nercolini, Erady Mota, Domicio Burato Geremias, Zeni João Inácio, Werner Hoesel, Gerhard Herbert Will, Pedro Oscar de Souza, José de Liz Xavier, João da Silva Muniz, Odair Vaz Waltrick, Jovani Marques Macedo, Leopoldo Alves Campos e Nilson Idone Biavatti.

**Autenticação**  
Certifico que a presente cópia extraída da ata original está igual e autêntica a qual me foi apresentada e conferi, e que está assinada pela totalidade dos acionistas de conformidade com o livro registro de ações n. 1, que me foi apresentado.

Lages, 18 de outubro de 1971.  
Em test. NJP da verdade. Nazareno Jordão Pereira, Escrevente Juramentado.

**Autenticação**  
Autêntico, a presente cópia fotostática, por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com o qual conferi e dou

Florianópolis, 27. 10. 71. Em test. SAK da verdade. Stavros A. Kotzias, Tabelião.

**Certidão**  
Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 35.017, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de outubro de 1971.

Sylvia Gouvêa, pelo secretário-geral. (6086)

— x —  
**MILLEN S. A. CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS**  
C.G.C.M.F. n. 83.883.652 — Carta Patente do Banco Central ..... n. 67/836 — Membro n. 4, da Bolsa de Valores de Florianópolis

**Assembleia geral extraordinária**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
São convidados os senhores acionistas de Milken S. A. Corretora de Câmbio e Títulos, com sede à rua Vitor Meireles, n. 26, 1º andar, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para a assembleia geral extraordinária, que terá lugar, em sua sede social, às 10 horas do dia 12 de novembro do corrente ano, com a seguinte

**Ordem do dia**  
1º) Re-ratificação do aumento de capital, com aproveitamento de lucros em suspensos e reservas e moeda corrente, autorizada pela assembleia geral extraordinária de 4 (quatro) de julho do corrente ano, atendendo o GEMEC-BUSAN ..... 71/1.318, do Banco Central do Brasil;  
2º) alterações de dispositivo do estatuto social;  
3º) assuntos diversos de interesse social.  
Florianópolis, 25 de outubro de 1971.  
Alcino Müller da Silveira, diretor-presidente. (3x1—6.102)

— x —  
**EMPRESA COMERCIAL R. GROSSENbacher S. A.**  
CGCMF 82.639.626  
**Relatório da diretoria**  
Senhores acionistas:  
De acordo com dispositivo legal, apresento-vos o balanço geral e a conta de lucros e perdas do exercício findo, em 30 de junho do corrente ano, acompanhados do parecer do conselho fiscal, pelos quais podereis compulsar a situação econômica e financeira da sociedade.

Pela conta de lucros e perdas, podereis verificar o resultado apurado, devendo a assembleia geral ordinária deliberar sobre o mesmo.

Estamos à disposição dos senhores acionistas para prestarmos quaisquer informações que, por ventura, nos forem solicitadas.

Blumenau, 30 de julho de 1971.

**A Diretoria**  
(Assinatura ilegível), diretor-geral. (3x1) (6.105)

— x —  
**CRISTAIS HERING S/A.**  
CGC MF n. 82.647.975/001  
**Assembleia geral extraordinária**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
São convidados os senhores acionistas da sociedade para reunirem-se em assembleia geral extraordinária, na sede social à rua

Bahia n. 819, nesta cidade de Blumenau, no dia 16 de novembro de 1971, às 16,00 horas, para deliberarem sobre a seguinte

**Ordem do dia**  
1º — Aumento de capital social de Cr\$ 2.000.000,00 para ..... Cr\$ 2.100.000,00, a ser integralizado com fundos contabilizados na conta "reserva livre";  
2º — alteração do estatuto social;  
3º — outros assuntos de interesse da sociedade.  
Blumenau SC, 25 de outubro de 1971.  
Karl F. Strauss, diretor-gerente geral.  
Hans W. Spethmann, diretor-comercial. (6124) (3x1)

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO DUDALINA S/A.**  
CGC MF n. 85.120.939  
**Assembleia geral ordinária**  
**CONVOCAÇÃO**  
Ficam os senhores acionistas convidados, para a assembleia geral ordinária a se realizar no dia 16 de novembro de 1971, às 14,00 horas, no seu escritório central à rua Padre Jacobs, 83 em Blumenau, para deliberarem sobre a seguinte

**Ordem do dia**  
1º — Apresentação, discussão e deliberação sobre o relatório da diretoria, balanço geral, contas de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício encerrado em 30 de junho de 1971.  
2º — Eleição do conselho fiscal e seus suplentes para o próximo exercício;  
3º — assuntos de interesse da sociedade.  
Achem-se à disposição dos senhores acionistas, nos escritórios da sociedade, os documentos a que se refere o artigo 99, do dec. lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.  
Blumenau, 20 de outubro de 1971.  
Rodolfo Francisco de Souza Filho, diretor-presidente. (6147) (3x1)

— x —  
**TECELAGEM SANTA LUZIA S. A.**  
C. G. C. M. F. 82.882.414/001  
**Assembleia geral extraordinária**  
**CONVOCAÇÃO**  
São convidados os senhores acionistas a comparecerem à sede social, à rua Florianópolis, s/n, no dia 4 de novembro de 1971, às 14 horas, a fim de, reunidos em assembleia geral extraordinária, deliberarem sobre a seguinte

**Ordem do dia**  
1) Aumento do capital social de Cr\$ 250.000,00, para ..... Cr\$ 400.000,00, mediante incorporação parcial de reservas disponíveis.  
2) Alterações diversas dos estatutos sociais.  
3) Assuntos correlatos, de interesse geral.  
Brusque, 19 de outubro de 1971.  
Aloisio José Schwarz, diretor.  
Dr. Conrad Roberto Hoffmann, diretor. (3x1) (5976) (3x3)



## INDÚSTRIA TEXTIL COMPANHIA HERING

Sociedade Anônima de Capital Aberto — C G C M F 82.639.139

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de Vv. Ss., o balanço geral, a demonstração da conta de "lucros e perdas" e os pareceres do conselho fiscal e Auditoria Independente, relativos ao exercício social 1970/1971, encerrado em 30 de junho último.

Durante esse período conseguimos, mais uma vez, elevadas taxas de crescimento, de forma a assegurar a duplicação de nossa produção e vendas a cada quatro anos. Convém frisar que esse aumento foi conseguido quase que exclusivamente pela maior penetração de nossos produtos no mercado nacional, pois o volume de nossas exportações é ainda pouco significativo.

As vendas do exercício, excluído o IPI, elevaram-se a Cr\$ 75.991.007 contra Cr\$ 47.614.497,00 no exercício anterior, o que, em termos reais, representa um acréscimo de 27%.

Realizamos exportações para os Estados Unidos, Itália, Suíça, Suécia, Holanda, Finlândia e, em vista da alta competitividade dos nossos produtos, prevemos, para o corrente exercício social a elevação do volume global de vendas no mercado externo para aproximadamente US\$ 1.000.000,00.

O exercício em foco caracterizou-se por outro lado, pela violenta elevação ocorrida nos preços da nossa principal matéria-prima: o algodão.

Assim é que o custo médio de nossos estoques de algodão, que no início do exercício social se situava em Cr\$ 2.307,00 a tonelada, passou em 30.06.71 a Cr\$ 4.527,00. Também os fios de algodão que adquirimos ainda em elevadas quantidades de terceiros, experimentaram um aumento de 73% no mesmo período.

Fator agravante foi a parcela diminuição na qualidade desses insumos, provocando uma perda adicional à fábrica, pela maior incidência de artigos de segunda qualidade.

Esses aspectos negativos, que se fizeram sentir principalmente na segunda metade do ano social, estão, porém, superados, já pela normalização do mercado de algodão que inclusive sofreu uma pequena baixa, já pelo início do funcionamento da Tecanor, pois passaremos a receber um fio de melhor qualidade.

Não podendo entretanto transferir totalmente ao consumidor o acréscimo de custos daí decorrentes, quer pela tradicional política de preços que nos permite realizar nossas vendas aos preços vigorantes do dia de seu faturamento — quer pelas absorções de custos, previstas no programa de contenção de preços do Governo Federal.

Dessa maneira, nossos resultados não puderam alcançar os mesmos índices do exercício anterior, apresentando-se entretanto, bastante satisfatórios dentro da situação anormal enfrentada.

O líquido, antes da provisão para o Imposto de Renda, foi de Cr\$ 8.432.063,00 — Cr\$ 0,33 por ação — contra Cr\$ 7.007.843,00 — Cr\$ 0,41 por ação — no exercício anterior, tendo a rentabilidade sobre o capital médio do exercício alcançado Cr\$ 0,37 por ação.

Realizamos investimentos no valor de Cr\$ 11.577.551,00 contra Cr\$ 8.997.000,00 no exercício anterior. Dessa forma os nossos investimentos nos últimos quatro exercícios sociais atingiram a cifra de Cr\$ 27.900.000,00.

Da parcela aplicada durante o exercício, Cr\$ 2.827.190,00 destinaram-se à nossa subsidiária Tecanor S. A. que, com recursos da Sudene e do Banco do Nordeste do Brasil S. A. implantou, em Pernambuco, moderna fiação de algodão. Essa, como estava previsto, já iniciou suas operações produzindo, em sua primeira etapa, 133 toneladas mensais de fios de algodão cardados e penteados. Poderemos, portanto, contar com um fio de alta qualidade, adquirindo de terceiros apenas uma pequena parcela necessária a nossa produção.

Na fábrica de Blumenau destacamos os seguintes investimentos, realizados totalmente com recursos próprios:

Acréscimo da área construída em mais 8.950 m<sup>2</sup>, pela construção de novo prédio da confecção, ampliação dos depósitos de algodão, tinturaria e estamperia e casa de caldeiras;

Na fiação continuamos a executar um vigoroso programa de reequipamento com a instalação de mais 12 cardas, 2 passadeiras e 2 maquinações, de alta produção, a modernização de 6 filatórios, implantação do sistema de ar condicionado na sala de batedores e filatórios e de um moderno laboratório de testes "USTER".

No setor de beneficiamento, destacamos a aquisição de moderna máquina de estampar com cilindros rotativos a 6 cores, desenvolvida especialmente para malha tubular, 3 barcas de tingimento, uma caldeira para 8.000 kg hora de vapor e a nova estação de tratamento de água, que exigiu a construção de uma adutora de 1.300m e reservatórios com capacidade para 330 m<sup>3</sup>.

Para o setor de malharia adquirimos 5 tearés circulares e na confecção foram instaladas mais 215 máquinas de costura.

Está em elaboração e deverá ser proximadamente apresentado ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio e a órgãos de financiamento, um novo plano de ampliação e modernização de nossa empresa no valor de aproximadamente Cr\$ 20.000.000,00 a ser executado até fins de 1972 e que a par de prever o reaparelhamento total de diversas seções, elevará a nossa produção em mais 30% após a conclusão.

Ao mesmo tempo que procuramos elevar e modernizar nossa produção, não nos descuidamos da sofisticação de nossos métodos administrativos.

Para o setor de confecção contratamos os serviços de racionalização da empresa americana Kurt Salmon Associates que dará ênfase especial ao melhor aproveitamento do material nas operações de corte.

Elevamos também o número das aplicações de serviços junto a computador eletrônico, estando em funcionamento às folhas de pagamento, almoxarifado, ações e acionistas, ativo fixo, bem como os serviços burocráticos da Cooperativa de Crédito, estando em implanta-

ção parte do sistema de comercialização que compreende o controle das duplicatas a receber, comissões, estatísticas de vendas e livros fiscais.

Lançadas em fins de 1969, na Bolsa de Valores de São Paulo, nossas ações alcançaram elevado índice de negociações, beneficiando-se outrossim da elevação das cotações que ocorreu no período, razão por que passamos a integrar o rol daquelas que servem de base para cálculo do índice Bovespa. Durante o período foram negociadas 6.689.037 ações, no valor de Cr\$ 18.705.164,00.

Com pesar, cumpre-nos aqui registrar o falecimento, ocorrido no dia 1º de fevereiro de 1971, do antigo presidente do conselho consultivo e grande colaborador da nossa empresa, sr. Kurt Prayon.

Eis porque, a par da nossa saudade, a sua memória ficará entre nós como um modelo e um exemplo a ser seguido.

Permanecemos ao dispor dos prezados acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos necessários à análise de nossos trabalhos durante o exercício 1970/1971, transmitimos a todos as nossas melhores saudações e agradecimentos.

Ingo Hering  
Walter Werner  
Hans Prayon  
Nestor Seara Heusi

## BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1971

## A T I V O

Caixa e bancos .....	1.516.569	
<b>Realizável a curto prazo</b>		
Contas a receber (menos duplicatas descontadas Cr\$ 6.807.022 e provisão para devedores duvidosos Cr\$ 487.749) .....	12.472.738	
Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional .....	230.522	
Estoque (ao custo médio, o qual é menor do que o de mercado) (nota 4) .....	13.177.304	
Importações em trânsito .....	174.710	26.055.274
		<b>27.571.843.</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Notas promissórias a receber (nota 3) ..	2.992.010	
Títulos da dívida pública, empréstimos compulsórios e outros títulos .....	3.788.489	6.780.499
Investimentos em companhias subsidiárias (nota 2) ações .....	5.709.904	
Outros créditos .....	64.815	5.774.719
<b>Imobilizado (notas 1 a 4)</b>		
Imóveis, máquinas, equipamentos e construções em andamento .....	37.641.440	
Menos: Depreciações acumuladas .....	9.453.374	28.188.066
<b>Pendente</b>		
Despesas diferidas .....		788.455
		69.101.573
Compensação .....		81.696.034
		<b>Cr\$ 150.797.607</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 1971

Vendas brutas .....	75.991.007
Menos: Imposto sobre circulação de mercadorias .....	4.472.779
	<b>71.518.228</b>
<b>Vendas líquidas .....</b>	
<b>Custos e despesas:</b>	
Custo dos produtos vendidos .....	47.800.668
Despesas administrativas .....	4.313.528
Despesas financeiras .....	4.202.966
Despesas de vendas .....	6.175.505
Depreciação (nota 1) .....	1.678.488
	<b>64.171.155</b>
<b>Lucro operacional .....</b>	<b>7.347.073</b>
<b>Receita líquida não operacional .....</b>	<b>1.084.990</b>
<b>Lucro antes da provisão para imposto de renda .....</b>	<b>8.432.063</b>
<b>Provisão para imposto de renda (nota 5) .....</b>	<b>1.400.000</b>
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>	<b>7.032.063</b>

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## Exigível a curto prazo (até 180 dias)

Fornecedores .....	11.439.472
Contas a pagar .....	2.521.820
Empréstimos e financiamentos (Nota 4) ..	3.748.542
Salários, gratificações e encargos sociais a pagar .....	3.245.800
Imposto de renda a pagar (nota 5) .....	797.280

Outros impostos a pagar .....	3.917.946	
Dividendos propostos .....	1.485.732	27.156.592
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e financiamentos (nota 4) ..	6.505.025	
Provisão para imposto de renda (nota 5) ..	1.400.000	7.905.025
<b>Provisões</b>		
Provisão para indenizações .....		705.781
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital .....	25.642.305	
Reserva legal .....	1.212.290	
Reserva de capital — correção monetária ..	4.284.747	
Reserva para manutenção do capital de giro próprio .....	796.234	
Reserva especial .....	972.954	
Reservas diversas .....	425.645	33.334.175
		69.101.573
		81.696.034
Compensação .....		
	Cr\$	150.797.607

**DISTRIBUIÇÃO E APROPRIAÇÃO DO LUCRO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 1971**

Lucro líquido do exercício .....		7.032.063
<b>Distribuição</b>		
Porcentagens do conselho consultivo e diretoria .....	763.000	
Participação dos empregados .....	915.000	
Contribuição à Fundação Hermann Hering ..	91.347	
Dividendos distribuídos .....	1.160.151	
Dividendos propostos .....	1.485.732	4.415.230
<b>Apropriação</b>		
Reserva legal .....	422.000	
Reserva para manutenção do capital de giro próprio .....	796.234	
Reserva especial .....	972.954	
Reservas diversas .....	425.645	2.616.833
	Cr\$	7.032.063

Ingo Hering, diretor-geral.  
Hans Prayon, diretor.  
Walter Werner, diretor.  
Nestor Seara Heusi, diretor-adjunto.  
Lauro Cordeiro, téc. contabil., CRC-880.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 1971**

**Nota 1 — Imobilizado**

O valor contábil dos bens do ativo imobilizado em 30 de junho de 1971 está demonstrado abaixo:

	Custo original	Correção monetária	Total
Terenos, edifícios e construções .....	4.912.083	3.218.895	8.130.978
Máquinas e equipamentos .....	19.574.131	8.154.449	27.728.580
Móveis, utensílios e veículos .....	1.039.646	742.236	1.781.882
	25.525.860	12.115.580	37.641.440
Depreciação acumulada .....			9.453.374
			28.188.066

Foi efetuada a correção monetária dos bens do ativo imobilizado, com base nos índices vigentes em 1. de janeiro de 1971. Do montante da correção monetária foi deduzida a parcela de Cr\$ 62.376 relativa à atualização dos empréstimos em moeda estrangeira. O saldo de Cr\$ 2.681.276 foi creditado à reserva de capital — correção monetária.

A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas num estudo téc. da vida útil dos respectivos bens. No exercício findo em 30 de junho de 1971, não foi contabilizada a provisão para depreciação acelerada.

No exercício findo em 30 de junho de 1971, foram incorporados ao ativo imobilizado diversos imóveis de propriedade da Fundação Hermann Hering, recebidos em pagamento de ações subscritas por aquela entidade, em virtude do aumento de capital realizado em 23 de outubro de 1970.

**Nota 2 — Investimentos e Companhias Subsidiárias**

Os investimentos na Tecanor S.A. — Têxtil Catarinense do Nordeste e na Meias Hering S.A., segundo os balanços gerais levantados, respectivamente, em 30 de junho de 1971 e 30 de setembro de 1970, resumidos abaixo:

	TECANOR S.A.	MEIAS HERING S.A.
<b>Realizável a curto prazo</b> .....	1.922.641	1.781.009
<b>Menos: Exigível a curto prazo</b> .....	1.354.936	1.264.479
	567.705	516.530
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		296.450
<b>Exigível a longo prazo</b> .....	4.396.182	
<b>Ativo imobilizado (menos depreciação acumulada)</b> .....	17.984.983	781.202
<b>Despesas pré-operacionais</b> .....	2.248.500	
<b>Pendente</b> .....	594.994	
<b>Patrimônio líquido</b> .....	17.000.000	1.594.262
<b>Ações preferenciais</b> .....	11.557.682	328.741
<b>Ações ordinárias</b> .....	5.442.318	771.250
<b>Reservas</b> .....	—	494.262
	17.000.000	1.594.262
<b>Participação no controle acionário</b> .....	74,40%	76,30%
<b>Valor do investimento</b> .....	4.602.682	1.107.282
<b>Dividendos recebidos</b> .....	—	93.582

A Tecanor S.A. iniciou suas operações de fabricação em 1º de julho de 1971.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 1971, a empresa aplicou no projeto da Tecanor S.A., a importância de Cr\$ 298.830 proveniente de parcelas do Imposto de Renda, segundo a legislação de incentivos fiscais, assim como recursos próprios no total de Cr\$ 2.827.190.

**Nota 3 — Notas Promissórias a Receber**

As notas promissórias a receber em 30 de junho de 1971 representavam o saldo do preço de venda de bens da filial situada na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, segundo compromisso de compra e venda assinado durante o exercício findo em 30 de junho de 1970.

Em 30 de junho de 1971, às prestações vencidas e não liquidadas montavam a Cr\$ 1.200.000.

Na opinião da diretoria, não houve necessidade de ser constituída uma provisão para cobrir os riscos de realização desse crédito, uma vez que o valor intrínseco dos terrenos, imóveis e máquinas constantes do compromisso de compra e venda era igual ou superior à dívida.

**Nota 4 — Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são resgatáveis até 1974, com juros e correção monetária variáveis de 11% a 27,6% ao ano. Os empréstimos em moeda estrangeira no total de US\$ 279.935, são resgatáveis até 1973, com juros de 8% a 10,6% ao ano.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, foram oferecidos bens do ativo imobilizado, pelo valor de Cr\$ 6.846.374, segundo estipulado nos contratos, bem como estoques pelo valor de custo de Cr\$ 2.546.509 e duplicatas em cobrança, no total de Cr\$ 2.768.400.

**Nota 5 — Imposto de Renda**

Segundo a legislação vigente, a Empresa pretende optar pelo investimento de uma parcela equivalente a 26% do imposto de renda que seria devido, em projetos amparados por incentivos fiscais.

Em consequência, no exercício findo em 30 de junho de 1971 foi provisionado apenas 74% do imposto de renda sobre o lucro tributável. Em 1970, essa provisão correspondeu a 49%.

**PARECER DA AUDITORIA**

Examinamos o balanço geral da Indústria Têxtil Companhia Hering levantado em 30 de junho de 1971 e as demonstrações da conta de lucros e perdas, da distribuição e apropriação do lucro e das mutações patrimoniais, correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, e consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, sujeita ao recebimento futuro das notas promissórias mencionadas na nota 3, o balanço geral e as demonstrações da conta de lucros e perdas, da distribuição e apropriação do lucro e das mutações patrimoniais, acima referidos, representam, adequadamente, a posição financeira da Indústria Têxtil Companhia Hering em 30 de junho de 1971 e o resultado das suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, exceto quanto à falta de contabilização da depreciação acelerada, permitida pela legislação vigente, conforme explicado na nota 1.

Curitiba, 24 de agosto de 1971.

Arthur Young, Clarkson, Gordon & CO: CRC — PR — 1274.

Elo Raimondi, Cont. resp. CRC — PR — 161 "S"

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O balanço geral e a conta de lucros e perdas, bem como os livros, contas e todos os demais documentos correspondentes da Indústria Têxtil Companhia Hering, referentes ao exercício financeiro encerrado em 30 de junho do corrente ano, encontram-se na mais perfeita ordem e exatidão, razão por que o conselho fiscal abaixo assinado é de parecer que os mesmos e bem assim o relatório e demais atos da diretoria merecem plena e integral aprovação da assembléia geral ordinária que, para tal fim, for convocada.

Blumenau, 27 de agosto de 1971.

Leopoldo Collin  
Alfredo Campos  
Adolfo Wollstein  
Erich Bueckmann  
Kurt Arno Krause



# DIÁRIO DA JUSTIÇA

## ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXI

Florianópolis, 1º de novembro de 1971

NÚMERO 3.351

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### 1ª CAMARA CIVIL

Edital n. 179/71

#### Pauta de julgamento

De ordem do exmo. sr. des. Alves Pedrosa, presidente da 1ª Câmara Civil, torno público que, de acordo com o § 4º, do artigo 874, do Código de Processo Civil serão julgados no dia 04 de novembro de 1971, os seguintes processos:

Agravo de instrumento n. 480, da comarca de Joinville em que é agte. Sônia Maria de Oliveira e é agrdo. Rolf Fieder. Relator o exmo. sr. des. May Filho. Advogados os drs. Eliezer dos Santos, Paulo Medeiros, João Roberto Santos Régner, Carmen Célia Medeiros Régner e Paulo Ernesto Medeiros.

Apelação de desquite n. 3.608, da comarca de Canoinhas, apte. o dr. Juiz de Direito, "ex-offício", e apdos. Waldemar Fernandes Barbosa e sua mulher Maria do Socorro Pereira Barbosa. Relator o exmo. sr. des. May Filho, revisores os drs. Alves Pedrosa e Ivo Sell.

Apelação cível n. 8.173, da comarca de Concórdia, em que são apelantes e apelados Amélia Silvestrin e Amelido Gubert. Relator o exmo. sr. des. May Filho, revisores os drs. Alves Pedrosa e Ivo Sell. Advogados os drs. Júlio César Ribeiro Neves, Geraldo Mariano Günther e Paulo Antônio Günther.

Apelação cível n. 8.186, da comarca de Joinville, em que é apte. Lauro Simas e apdo. Walfredo Herkenhoff. Relator o exmo. sr. des. May Filho, revisores os drs. Alves Pedrosa e Ivo Sell. Advogados os drs. Benjamin Ferreira Gomes e Jamil Salim Amin.

Apelação cível n. 8.199, da comarca de Florianópolis, em que é apte. Antônio Modesto Primo e apdo. Ricardo Maciel Cascaes. Relator o exmo. sr. des. Ivo Sell, revisores os drs. May Filho e Alves Pedrosa. Advogados os drs. Waldemiro Cascaes, Gercy Cardoso e Cláudio Américo Prates.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 26 dias do mês de outubro de 1971.

Edison Pinto, secretário da Câmara.

Edital n. 4.054

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e um, em sessão da Primeira Câmara Civil, para publicação, foram apresentados os seguintes acordãos:

Agravo de instrumento n. 472, de Concórdia; relator o exmo. sr. des. Alves Pedrosa. Agravante: Ambrósio Luiz Dassil. Agravado: Emílio Kerber: "por votação unânime, não conhecer do recurso por intempestivo. Custas pelo agravante".

Agravo de petição n. 2.278, de Criciúma; relator o exmo. sr. des. Alves Pedrosa. Agravantes: Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, "ex-offício", o INPS, e Manoel Roldão de Oliveira. Agravados: Manoel Roldão de Oliveira e o INPS: "por votação unânime, conhecer dos recursos, negar provimento ao do operário e prover, em parte, os demais para

reduzir o auxílio-acidente à 30%, correspondente a constatação da pneumoconiose, benefício esse que deve ser pago a partir da data da última perícia (4.8.71), fixados os honorários advocatícios em Cr\$ 120,00, mantidas as demais conclusões da sentença. Custas na forma da lei".

Agravo de petição n. 2.564, de Orleães; relator o exmo. sr. des. Alves Pedrosa. Agravantes: Dr. Juiz de Direito, "ex-offício" e o INPS. Agravado: Waldemar Joaquim Araújo: "por votação unânime, dar provimento ao recurso voluntário, para reduzir o cálculo da liquidação à Cr\$ 2.025,00, devido até dezembro de 1970, e dessa data para diante com os reajustes da legislação previdenciária. Custas na forma da lei".

Agravo de petição n. 2.697, de Orleães; relator o exmo. sr. des. Francisco May Filho. Agravante: INPS. Agravado: Valentim José Pereira: "por votação unânime, dar provimento ao recurso para liquidar o cálculo de auxílio-acidente de conformidade com a pretensão do agravante. Custas na forma da lei".

Apelação cível n. 7.516, de Joinville; relator o exmo. sr. des. Alves Pedrosa. Apelante: Nadelir Dias Renneberg. Apelado: Lauro Segatti: "por votação unânime, conhecer do agravo no auto do processo e da apelação e negar-lhes provimento. Custas pela apelante".

Apelação cível n. 7.883, de Blumenau; relator o exmo. sr. des. Ivo Sell. Apelante: Bruno Henrique Gerd Flach e sua mulher. Apelado: Enio Rebêlo "a unanimidade, conhecer da apelação e dar-lhe provimento para julgar o autor carecedor da ação, condenando-o ainda, ao pagamento dos honorários advocatícios da parte contrária, à razão de 20% sobre o valor dado à causa. Custas pelo apelado".

Apelação cível n. 7.950, de Brusque; relator o exmo. sr. des. Ivo Sell. Apelante: a Fazenda Estadual. Apelado: o Espólio de Paula Camargo da Rosa: "à unanimidade, dar provimento ao recurso, para determinar que se recolha o imposto inter vivos correspondente a desistência dos quinhões hereditários em favor de Luiz Detzel. Custas na forma da lei".

Apelação cível n. 7.951, de Florianópolis; relator o exmo. sr. des. Francisco May Filho. Apelante: Dr. Juiz de Direito da Vara de Família, Órfãos e Sucessões, "ex-offício". Apelados: Jandira Wagner de Bonoso e João Segismundo Bonoso: "por votação unânime, conhecer da apelação, negando-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada por seus jurídicos fundamentos, ficando fazendo parte integrante deste. Custas na forma da lei".

Apelação cível n. 8.082, de Anitá Garibaldi; relator o exmo. sr. des. Ivo Sell. Apelante: José Bergamo. Apelado: Diniz Manfredi: "à unanimidade, negar provimento ao recurso. Custas pelo apelante".

Apelação cível n. 8.118, de Timbó; relator o exmo. sr. des. Alves Pedrosa. Apelante: Dr. Juiz de Direito "ex-offício". Apelados: Zenil de Klitzke e Waldemar Klitzke: "por votação unânime, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, pa-

ra anular o processo a partir do despacho de fls. 8, inclusive. Custas a final".

Apelação cível n. 8.153, de Aranguá; relator o exmo. sr. des. Francisco May Filho. Apelante: Luiz Geraldo Pereira. Apelada: Maria Cláudia Pereira: "à unanimidade, conhecer da apelação, negando-lhe provimento. Custas na forma da lei".

Apelação cível n. 8.175, de Joinville; relator o exmo. sr. des. Francisco May Filho. Apelante: Carlos Klitzke. Apelado: Roldão Roldão: "por votação unânime, conhecer da apelação, dando-lhe provimento, para julgar a ação improcedente. Custas pelo apelado".

Apelação de desquite n. 3.230, de São Bento; relator o exmo. sr. des. Francisco May Filho. Apelante: dr. Juiz de Direito, "ex-offício". Apelado: Apdr. Eneu Teixeira e Maria das Graças Melo Teixeira: "por votação unânime, dar provimento ao recurso para anular o processo "ab-initio". Custas na forma da lei".

Apelação de desquite n. 3.692 de Bom Retiro; relator o exmo. sr. des. Francisco May Filho. Apelante: Dr. Juiz de Direito "ex-offício". Apelados: João Ailton Borges e sua mulher Evelina Rute Kuntze Borges: "por votação unânime, conhecer do recurso negando-lhe provimento. Custas na forma da lei".

Oswaldo Fernandes escrivão.

#### 2ª CAMARA CIVIL

Edital n. 180/71

#### Pauta de julgamento

De ordem do exmo. sr. des. João de Borja, presidente da 2ª Câmara Civil, torno público que, de acordo com o § 4º, do artigo 874, do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 05 de novembro de 1971, os seguintes processos:

Agravo de instrumento n. 479, de Caçador, agte. Mercantil Berardi Limitada e agda. Auto Novo Ltda. Relatora a exma. sra. des. Thereza Tang, revisores os drs. João de Borja e Cerqueira Cintra. Advogados os drs. João Batista Ribeiro Bendelin, Taitalo Coelho de Souza e Ney Douglas Bello.

Agravo de Petição n. 2.755, de Florianópolis, agte. João Claudino Peres e agrdos. Miguel Tomaz Peres e Elson Camisão Ávila. Relatora a exma. sra. des. Thereza Tang, revisores os drs. João de Borja e Cerqueira Cintra. Advogados os drs. Alberto Russi, José Manoel Sear, e Ermy Jannis.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 26 dias do mês de outubro de 1971.

Oswaldo Fernandes Filho, secretário, em exercício.

Edital n. 4.056

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e um, em sessão da Segunda Câmara Civil, para publicação, foram apresentados os seguintes acordãos:

Agravo de instrumento n. 457, de Curitiba; relator o exmo. sr. des. Cerqueira Cintra. Agravantes: Eduardo Ogliari e Alzerino Rosa. Agravado: Jovino Rosa: "à unanimidade não conhecer do agravo por intempestivo. Custas pelos agravantes".

Agravo de instrumento n. 471, de Concórdia; relatora a exma. sra. des. Thereza Tang. Agravantes: Alberto de Biasi e outros. Agravada: Ind. e Com. Chuchetta S. A.: "por votação unânime, não conhecer do agravo por intempestivo. Custas pelos agravantes".

Agravo de instrumento n. 475, de Belmíte; relator o exmo. sr. des. Cerqueira Cintra. Agravante: Roldão A. Klitzke. Agravada: José Muller & Cia. Ltda.: "à unanimidade, conhecer do agravo e negar-lhe provimento. Custas pelo agravante".

Agravo de petição n. 1.995, de Concórdia; relator o exmo. sr. des. Cerqueira Cintra. Agravante: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Correios. Agravado: Geraldo Felizardo: "à unanimidade, conhecer do agravo e negar-lhe provimento. Custas pelo agravante".

Agravo de petição n. 1.701, de Criciúma; relator o exmo. sr. des. Cerqueira Cintra. Agravante: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Correios. Agravado: José Olegário Santiago: "à unanimidade, conhecer do agravo e negar-lhe provimento. Custas pelo agravante".

Agravo de petição n. 2.453, de Lages; relatora a exma. sra. des. Thereza Tang. Agravantes: Hiraldo Donato Joaquim e Angélica Donato de Oliveira. Agravada: Coca — Comercial Exportadora S. A.: "à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso para excluir da condenação nas custas e honorários. Custas "ex-lege".

Agravo de petição n. 2.707, de Criciúma; relatora a exma. sra. des. Thereza Tang. Agravante: INPS. Agravado: Fausto Adolfo Nazário: "sem divergência de votos, conhecer do recurso como setimamente interposto de ofício e provido parcialmente para reduzir a verba advocatícia. Custas "ex-lege".

Apelação cível n. 7.987, de Lages; relatora a exma. sra. des. Thereza Tang. Apelantes e apelados: José Yared e Novafarma Ltda.: "à unanimidade, conhecer dos recursos e prover o do executado para, reformando a sentença por impróprias e insuficientes as provas, condenar o executante nas custas e a proceder nova liquidação por artigos. Custas a final".

Apelação cível n. 7.701, de Florianópolis relator o exmo. sr. des. João de Borja. Apelante: Dr. Juiz de Direito da Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, "ex-offício". Apelado: Aloncio Húrgio Naspolini: "por votação unânime, negar provimento. Custas na forma da lei".

Apelação cível n. 8.130, de Florianópolis; relator o exmo. sr. des. João de Borja. Apelante: dr. Juiz de Direito da Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, "ex-offício". Apelada: Isabel Elsa Alexandre, por si e representando seu filhos menores: "por votação unânime, negar provimento ao recurso. Custas "ex-lege".

Apelação cível n. 8.149, de Lages; relator o exmo. sr. des. João de Borja. Apelante: Arlindo Ribeiro. Apelado: João Rolf de Oliveira: "por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Custas pelo recorrente".

Apelação de desquite n. 3.527, de Itaipópolis; relatora a exma. sra.

des. Thereza Tang. Apelante: Dr. Juiz de Direito, "ex-offício". Apelados: Donato Santos Lima e sua mulher Maria Luiza Carpes de Lima: "à unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Custas "ex-lege".

Apelação de desquite n. 3.620, de Joinville; relator o exmo. sr. des. João de Borba. Apelante o dr. Juiz de Direito da 2ª Vara, "ex-offício". Apelados: Rondino Hoffmann e Norma Hoffmann: "por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Custas na forma da lei".

Apelação de desquite n. 3.622, de Florianópolis; relator o exmo. sr. des. Cerqueira Cintra. Apelante: Dr. Juiz de Direito da Vara de Família, Órfãos e Sucessões, "ex-offício". Apelados: Humberto Cesar de Moraes e Maria Madalena de Moraes: "à unanimidade, conhecer do recurso de ofício e negar-lhe provimento. Custas "ex-lege".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

#### CAMARA CRIMINAL

##### Edital de julgamento n. 95/71

De ordem do exmo. sr. desembargador Norberto de Miranda Ramos, presidente da Câmara Criminal, torno público que na sessão de 9 de novembro de 1971, serão julgados os seguintes processos:

Apelação criminal n. 11.477, de Concórdia, apte. Bento Martini e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. des. Trompowsky Taulois, revisor o exmo. sr. des. Rubem Costa. (Advogado dr. Geraldo Mariano Günther.

Apelação criminal n. 11.506, de São Lourenço do Oeste, apte. Attenor Agrippe da Silva e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. des. Rubem Costa, revisor o exmo. sr. des. Eduardo Luz. (Advogado dr. Euclides Menegatti).

Apelação criminal n. 11.520, de Concórdia, aptes. Querino Botoli Tomblini e Avelino Locatelli e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. des. Rubem Costa. (Advogados drs. Paulo Antônio Günther e Genésio N. Finger).

Apelação criminal n. 11.440, de Joinville, apte. João Klug e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. des. Eduardo Luz. (Advogado dr. Jamel Dippel).

Secretaria do Tribunal de Justiça, aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1971.

Oswaldo Fernandes Filho, secretário, em exercício.

##### Edital de julgamento n. 96/71

De ordem do exmo. sr. desembargador Norberto de Miranda Ramos, presidente da Câmara Criminal, torno público que na sessão de 16 de novembro de 1971, serão julgados os seguintes processos:

Recurso criminal n. 6.413, de Jaraguá do Sul, recte. Promotor Público da comarca e recdo. Afonso Bolauf. Relator o exmo. sr. des. Miranda Ramos. (Advogados drs. Luiz Henrique da Silveira e Max Roberto Bornholdt).

Apelação criminal n. 11.503, de Campos Novos, apte. João Pedro Becker e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. des. Miranda Ramos. (Advogado dr. Cid Caesar de Almeida Pedrosa).

Apelação criminal n. 11.509, de Palhoça, apte. o dr. Juiz de Direito "ex-offício" e apdo. Joaquim dos Santos. Relator o exmo. sr. des. Miranda Ramos, revisor o exmo. sr. des. Trompowsky Taulois.

lois. (Advogado dr. Nereu Celeste Ghizoni).

Apelação criminal n. 11.427, de Dionísio Cerqueira, apte. Matilde de Lara e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. des. Trompowsky Taulois, revisor o exmo. sr. des. Rubem Costa. (Advogado dr. Normélio Périco).

Apelação criminal n. 11.482, de Tubarão, apte. Altair José Amorim e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. des. Trompowsky Taulois. (Advogado dr. João Evangelista Rocha Medeiros).

Apelação criminal n. 11.491, de Itajaí, apte. Juarez Costa e apda. a Justiça, por seu Promotor. Relator o exmo. sr. Trompowsky Taulois. (Advogada. dra. Daiva Seara Santos).

Secretaria do Tribunal de Justiça, aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1971.

Oswaldo Fernandes Filho, secretário da Câmara, em exercício.

##### Edital n. 4.955

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de ano de mil novecentos e setenta e um, em sessão extraordinária da Câmara Criminal, para publicação, foram apresentados os seguintes acordos:

Apelação criminal n. 11.306, de Canoinhas; relator o exmo. sr. des. Rubem Costa. Apelante: A Justiça, por seu Promotor. Apelado: Sebastião Gonçalves de Almeida: "por votação unânime, conhecer da apelação e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão recorrida. Custas "ex-lege".

Apelação criminal n. 11.393, de Florianópolis; relator o exmo. sr. des. Eduardo Luz. Apelante: Assomino Schaefer. Apelada: a Justiça, por seu Promotor: "por votação unânime, dar provimento à apelação, para julgar prescrita a ação. Custas na forma da lei".

Apelação criminal n. 11.411, de Tubarão; relator o exmo. sr. des. Eduardo Luz. Apelantes: Braz Alcivim Madalena e Argemiro Patrício Paes. Apelada: a Justiça, por seu Promotor: "à unanimidade, conhecer da apelação e dar-lhe provimento em parte, para anular o julgamento dos réus quanto ao crime de homicídio determinando que o outro seja submetido, mantida no entanto a decisão relativa ao crime de lesões leves. Custas na forma da lei".

Apelação criminal n. 11.470, de Criciúma; relator o exmo. sr. des. Eduardo Luz. Apelante: a Justiça, por seu Promotor. Apelado: Valdemar Francioni: "por votação unânime, negar provimento à apelação. Custas na forma da lei".

Apelação criminal n. 11.501, de São Miguel do Oeste; relator o exmo. sr. des. Rubem Costa. Apelante: Vivaldino da Silva Borges. Apelada: a Justiça, por seu Promotor: "à unanimidade, não conhecer da apelação. Custas na forma da lei".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

#### 2ª Câmara Civil

##### EDITAL N. 177/71

De ordem do exmo. sr. des. João de Borba, presidente da 2ª Câmara Civil, torno público que, de acordo com o § 4º do artigo 874, do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 5 de novembro de 1971, os seguintes processos:

Agravo de instrumento n. 476, de Joinville, agrtes. Ivo D'Espindula e Clênio Vilella Veiga e agrda Tintas Coral S. A. Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos.

srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: drs. Luiz Henrique da Silveira, Max Roberto Bornholdt e M.A. da Luz Fontes.

Agravo de petição n. 2.372, de São Joaquim, agrtes. Osni Pereira da Luz e João Diduch e agrdo. Francisco José Pereira. Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos. srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: drs. Aidê Antunes, Henrique H. V. de Córdova e Flávio Rodrigues Martins.

Agravo de petição n. 2.597, de Urussanga, agrtes. dr. Juiz de Direito, "ex-offício" e o I.N.P.S. e agrdo. Pedro Machado. Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos. srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: drs. Arno Francisco de Albuquerque Hubb, Adhemar Ghisi e Marcio Luiz Ghisi.

Agravo de petição n. 2.674, de Orleans, agrtes. dr. Juiz de Direito, "ex-offício" e o I.N.P.S. e agrdo. Luiz Saul. Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos. srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: drs. Antônio S. B. Carneiro e Clovis Ruzza Doneda.

Agravo de petição n. 2.700, de Criciúma, agrtes. dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, "ex-offício" e o I. N. P. S., e agrdo. Manoel Estevão Machado. Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos. srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: drs. Antônio S. B. Carneiro, Adhemar Ghisi e Marcio Luiz Ghisi.

Agravo de petição n. 2.701, de Criciúma, agrtes. dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, "ex-offício" e o I. N. P. S., e agrdo. José Bento Maximiano. Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos. srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: dr. Antônio S. B. Carneiro, Adhemar Ghisi e Marcio Luiz Ghisi.

Agravo de petição n. 2.730, de São Miguel do Oeste, agrte. Delmir Lodi e agrdo. dr. Juiz de Direito. Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos. srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: drs. Newton Marques.

Agravo de petição n. 2.737, de Orleans, agrtes. dr. Juiz de Direito, "ex-offício", I.N.P.S. e Paulo Jesuino Menezes e Paulo Jesuino Mendes e o I.N.P.S., Relator o exmo. sr. des. Aristeu Schiefler, revisores os exmos. srs. des. Thereza Tang e João de Borba. Advogados: drs. Antônio S. B. Carneiro e Megalvio Carlos Mussi.

Apelação, de desquite n. 3.236, de Urubici, apte. o dr. Juiz de Direito, "ex-offício" e apdos. Luiz Cândido Machado e Maria Izoiete, Machado. Relator o exmo. sr. des. Cerqueira Cintra, revisores os exmos. srs. des. Aristeu Schiefler e Thereza Tang.

Apelação de desquite n. 3.692, de Lages, apte. o dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Civil, "ex-offício", e apdos. João Batista do Nascimento e Iraci Pereira do Nascimento. Relator o exmo. sr. des. Cerqueira Cintra, revisores os exmos. srs. des. Aristeu Schiefler e Thereza Tang.

Apelação civil n. 7.945, de Brusque, apte. a Fazenda Estadual e apdo Espôso de Alfredo Freusca. Relator o exmo. sr. des. João de Borba, revisores os exmos. srs. des. Cerqueira Cintra e Aristeu Schiefler. Advogado: dr. Antônio Luiz Silva.

Apelação civil n. 8.213, de Araranguá, apte. o dr. Juiz de Direito, "ex-offício" e apda. Hoechst do Brasil Químicos e Farmacêutica S.A. Relator o exmo. sr. des. João de Borba, revisores os exmos. Cerqueira Cintra e Aristeu Schiefler. Advogado: dr. Eroni de Souza Gomes.

Apelação civil n. 7.692, de Rio do Sul, apte. Comercial e Industrial Schroeder Ltda. e apdo. Priamo Pereira do Amaral e Silva. Relator o exmo. sr. des. Thereza Tang, revisores os exmos. srs. des. João de Borba e Cerqueira Cintra. Advogados: drs. Hélio Roque Rubick e José Luiz Sobierajski.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 25 dias do mês de outubro de 1971.

Edison Pinto secretário da Câmara.

#### Expediente do Cartório

Para conhecimento das partes interessadas, dá-se publicidade no "Diário Oficial do Estado", do respectável despacho proferido pelo excelentíssimo senhor desembargador Euclides de Cerqueira Cintra, relator dos autos de recurso de revista n. 20, da comarca de Josenha em que são recurrentes Judith Tróglia Graziotin e outros e recorridos João Prazito Pereira e outros cujo teor é o seguinte:

"Vistos e bem examinados estes autos dâes consta que Judith Tróglia Graziotin, Adelar André Graziotin, Benecine Graziotin e José Jamardo promovem contra João Prazito Pereira, Eduardo Cirino e João Augusto dos Santos um recurso de revista nesta instância sob o número 20.

Isto posto e tendo em vista que à fls. 155 os autores Adelar André Graziotin e José Jamardo transacionaram com os réus João Prazito Pereira e João Augusto dos Santos na forma da escritura de fls. 147 a 150 transação esta que foi objeto de homologação àquelas fôlhas.

Tendo em vista outrossim, que à fls. 190, Rufino Rodrigues Pimentel, Eduardo Antônio Cirino, Adalberto Meirelles Eberardo, Oscar Pedato, Adelar André Graziotin, José Maria D'Aloia Jamardo, Jaime Celso Barcelos da Rosa; Paulo Guerra Marcantonio, suas mulheres e Judith Tróglia Graziotin também transacionaram a decisão do recurso e a cessação da instância resolveu na forma do artigo 70, V do Regulamento Interno homologar por sentença este último acordo conforme o requerido à fls. 189, para que produza os efeitos de direito.

P.R.I.  
Custas pro rata  
Florianópolis, 14 de outubro de 1971.

(Ass.) Euclides de Cerqueira Cintra, relator.  
Florianópolis, 20 de outubro de 1971.

Oswaldo Fernandes, escrivão.

#### FORO DA CAPITAL

#### JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CIVIL DA COMARCA DE FLORIANOPOLIS

##### Edital de leilão

O doutor Eld Silva, juiz de direito da 2ª Vara Civil da comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêem conhecimento tiverem que, no próximo dia 03 de



novembro, às 10 (dez) horas, o portador dos autos deste Juízo, fará a público pregão de venda e leilão, a quem mais der e o maior lance oferecer, sobre os bens abaixo descritos, penhorados a Nelson da Silva Melo & Cia. Ltda., nos autos da ação executiva que lhe move Comércio e Indústria Germano Stein S. A.: "Um britador Altoca, n. 4, funcionando, em bom estado de conservação". E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um. Eu, Jair Borba, escrivão, o subcrevo. Rid Silva, juiz de direito.

(6.049)

— 0 —

**REGISTRO CIVIL****Editais**

Faço saber que pretendem casar-se: José Carlos Pereira e Maria Regéria Pereira. Ele, militar, nascido em Paulo Lopes, solteiro, domiciliado e residente nesta Capital, filho de Pedro Marcelino Pereira e de Izabel Virgílio Pereira. Ela, do lar nascida em São Joaquim, solteira, ra, domiciliada e residente nesta Capital, filha de Lourenço Faustino Pereira e de Maria de Lourdes Pereira.

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 13 de outubro de 1971.

Anália Maria Lamarek, oficial.

Faço saber que pretendem casar-se: Armando Medeiros Prade e Neusa Carmen Porto. Ele, advogado, nascido em Rio dos Cedros, SC, solteiro, domiciliado e residente nesta Capital, filho de Ervin Prade e de Aurca Prade. Ela, funcionária pública, nascida nesta Capital, solteira, domiciliada e residente nesta Capital, filha de Hernani Natalino Porto e de Edite Porto.

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 22 de outubro de 1971.

Fernando Campos de Faria, oficial.

(6.079)

Faço saber que pretendem casar-se: Fernando Carioni e Elisabete Campos Schlemper. Ele, comerciante, nascido nesta Capital, solteiro, domiciliado e residente nesta Capital, filho de Liberato Carioni e de Ludowica Zanini Campos. Ela, nascida nesta Capital, solteira, domiciliada e residente nesta Capital, filha de Bruno Rodolfo Schlemper e de Iracema Campos Schlemper.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 25 de outubro de 1971. Fernando Campos de Faria, oficial.

(6141)

Faço saber que pretendem casar-se: Waldir Rodrigues e Maria da Graça Correa, solteiros brasileiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital. Ele, nascido no Estreito, servente, filho de Raul Rodrigues e Maria de Lourdes Ferreira. Ela,

nascida em Tubarão, doméstica, filha de Manoel Albino Corrêa e Agripina de Jesus Corrêa.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Saco dos Limões, 25 de outubro de 1971.

Ivone Alves Botelho, pelo Oficial.

Faço saber que pretendem casar-se: Arnaldo de Sá e Auria T. Moura Lopes, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital. Ele, nascido em Saco dos Limões, operário, filho de Manoel Ananias de Sá e Jurema de Sá. Ela, nascida em Gaspar, doméstica, filha de Genésio Serafim Lopes e Guomar Teixeira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Saco dos Limões, 26 de outubro de 1971.

Ivone Alves Botelho, pelo oficial.

Faço saber que pretendem casar-se: Gercilino de Souza e Adélia Paternolli, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital. Ele, relojoeiro, filho de João José de Souza e Margarida Rosa de Souza. Ela, doméstica, filha de Luigi Paternolli e Augusta Paternolli.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Trindade, 22 de outubro de 1971.

Acelon Pacheco da Costa, Oficial.

(6033)

Faço saber que pretendem casar-se: Orlando Florentino e Mari Léa Serafim, domiciliados e residentes neste subdistrito do Estreito. Ele, solteiro, operário, filho de Jovina Florentino. Ela, solteira, doméstica, filha de Bertoldo Serafim e Odete Adriano Serafim.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 23 de outubro de 1971.

Odilon Bartolomeu Vieira, Oficial.

Faço saber que pretendem casar-se: Ary Ludovino dos Santos e Sônia Maria da Silva, ambos solteiros, brasileiros, naturais deste Estado. Ele, comerciante, domiciliado e residente em Vargem Grande do distrito de Cachoeira do Bom Jesus, filho de Genésio Ludovino dos Santos e Maria Vesni-na dos Santos. Ela, doméstica, domiciliada e residente neste distrito, filha de João Januário da Silva e Edite Machado da Silva.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Ratones, 25 de outubro de 1971.

José Manoel Cardoso, Oficial.

(6059)

Faço saber que pretendem casar-se: Rubens das Neves e Nalzi Maria Dutra, solteiros, naturais deste Estado, residentes e domiciliados neste distrito. Ele, nascido em Garopaba, lavrador, filho de João Manoel das Neves e Maria Izolina de Jesus. Ela, nascida neste distrito, doméstica, filha de Manoel Jovito Dutra e Maria Malena Rocha.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Ribeirão da Ilha, 25 de outubro de 1971.

Maria Therezinha d'Ávila dos Santos, oficial.

Faço saber que pretendem casar-se: Luiz Anibal de Oliveira e Odete Ana Flôr, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste distrito. Ele, pescador, filho legítimo de Anibal Pedro de Oliveira e Dalziza Sagáz de Oliveira. Ela, doméstica, filha de Cassiano Gregório Flôr e Ana Silva Flôr.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Inglês do Rio Vermelho, 21 de outubro de 1971.

Romeu Leandro Soares, Oficial.

(6036)

**JUIZADO DO INTERIOR****JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PALMITOS****Edital de leilão**

O doutor Sálvio de Oliveira, juiz substituto, em exercício da comarca de Palmitos, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faço saber a todos que o presente edital vem, de conhecimento de quem ou interessar possa, que o Porteiro dos Auditórios deste Juízo, fará a público pregão de venda e arrematação, no dia 8 de novembro do corrente ano, às 10:30 horas, na sede do Fórum local, sita à Av. Brasil, 469, dos bens penhorados nos autos de executivo fiscal que a Fazenda Pública Estadual propôs contra Roberto Hoss constantes do seguinte: "1 — Parte do lote colonial n. 39, da Seção Chapecó, município de São Carlos, desta comarca, com a área de 107.270 m<sup>2</sup>, confrontando: ao norte, com o lote n. 40; ao sul com a chácara n. 112; ao leste, com parte do mesmo lote; e ao oeste, com o Lagoado Moraes, com as seguintes benfeitorias: 1) uma casa de moradia, de alvenaria, medindo 12x14 metros, vidrada; 2) uma casa de alvenaria, medindo 6x12 metros, mais ou menos, com escritório, servindo, também, em parte, para picador de carne; 3) uma chiqueirão grande, de madeira, medindo mais ou menos 8x14 metros. A escritura do terreno foi registrada no livro 2.3-E, fls. 24, sob n. 10.424, na comarca de Chapecó. Avaliado tudo, em noventa e um mil, setecentos cruzados (Cr\$ 91.700,00), preço por quanto serão levados à praça e arrematado por quem maior oferta fizer acima da avaliação, sendo feita a venda a dinheiro a vista, ou mediante fiador-jônaro, por três dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente, que vai publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Palmitos, Estado de Santa Catarina, aos dezito dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e um. Eu, Assinatura ilegível, escrivão, o datilografei e subcrevi. Sálvio de Oliveira, juiz substituto, em exercício.

(4x1)

**JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CRICIÚMA****Edital de notificação de terceiros interessados — prazo quinze (15) dias**

O doutor Mário Gonzaga Costa, juiz de direito da 2ª Vara da Comarca de Criciúma, Estado de Santa Catarina na forma da lei, etc.

Faço saber a todos os terceiros interessados ou a quem interessar possa e quem o presente edital vierem com o prazo de quinze dias ou dêle conhecimento tiverem que neste Juízo e Cartório que este subcrevo, corre seus trâmites legais, um protesto judicial onde são requerentes Waldemar Petrini e sua esposa, brasnheos, e residente nesta cidade e ela em Caxias do Sul, RS, e requeridos João Benevenuto Cardoso e sua mulher residentes nesta cidade, e outros. E dêle consta para conhecimento de terceiros que os requerentes a fim de prevenir responsabilidades, ressaltar seus direitos e evitar que de futuro, alguém, relativamente a negócios com o imóvel sito no lugar genericamente denominado "Praia do Rincão", município de Içara, nesta Comarca, com a área de 5.640.000 m<sup>2</sup> (cinco milhões, seiscentos e quarenta mil metros quadrados) divididos em duas áreas: 1º) 2.694.000 m<sup>2</sup> (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil metros quadrados) com as confrontações seguintes: Norte, com as confrontações seguintes, terras da Imobiliária Miramar Ltda., ou quem de direito; sul, com quem de direito; leste, com terras da Marinha, ou quem de direito; e a oeste, com Lagoa da Barra Velha; 2º) 2.946.000 m<sup>2</sup> (dois milhões novecentos e quarenta e seis mil metros quadrados), confrontando ao norte, com terras dos vendedores e ao oeste, com quem de direito; sul, com terras da Imobiliária Miramar Ltda., aliás norte, com terras dos vendedores ou quem de direito; sul, com terras da Imobiliária Miramar Ltda. e ao oeste, com a Lagoa dos Réus, tudo conforme escritura pública de compra e venda lavrada no Cartório Aldo Hercílio da Luz — 1º Tabelião de Notas, livro 21 fls. 187 v. (doc. 1), devidamente registrada no Cartório de Imóveis do 2º Ofício desta cidade, no livro das transcrições n. 3-C fls. 140 v. e 141 n. de ordem 5.100, n. do registro anterior 10.048 e 9.856, em data de 19.12.66; que as referidas áreas foram adquiridas de quem ou por quem as vendeu aos suplicantes por sentença em inventário de José Teixeira Fernandes e Anísia Joaquina da Conceição, por carta de adjudicação datada de 06.07.55; que adquiriram parte do imóvel de Francisco Procópio da Silva, mediante escritura pública, queiram fazer ou pretendem fazer negócio sobre o imóvel se julgarem ou julgarem com direitos a eles jamais possam dizer que não foram avisados, prevenidos ou notificados. O presente edital será publicado por uma vez no "Diário da Justiça" do Estado de Santa Catarina e "Diário da Justiça da União", e por duas vezes no Jornal "Tribuna Criciúmensis" e afixado no 1º e 2º Ofícios de Registros de Imóveis desta comarca bem como no local de costume neste Fórum, localizado à Av. Getúlio Vargas, Edifício Palácio do Estado. Dado e passado nesta cidade de Criciúma, aos 22 de setembro de 1971. Eu, Roberto Meller, escrivente juramentado, datilografei e subcrevi. Mário Gonzaga Costa, Juiz de Direito da 2ª Vara.

Reconheço serem verdadeiras as firmas supra, assinaladas com a mão de quem dou fé. Em test. C. M. M. L. da verdade Criciúma, 21 de setembro de 1971. Ilegível. Guimar M. M. da Luz, escrevente jur.

(6012)

# JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO D'OESTE

## Edital de notificação

O doutor Nazareno Knabben, Juiz de Direito da comarca de São Lourenço d'Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que por parte de Cherubino José de Mattos e Francelino José de Mattos e suas mulheres, representados por seu procurador, dr. Jayme José Migott, ingressaram neste Juízo, com uma ação de revogação de procuração, cuja petição é do teor seguinte: — Exmo. sr. dr. Juiz de Direito da comarca de S. Lourenço d'Oeste. — Cherubino José de Mattos e sua esposa Belmiria Corrêa dos Santos, Francelino José de Mattos e sua esposa Laurinda dos Santos Mattos, e Sebastião de Souza Machado e sua esposa Maira de Agostinho de Mattos, brasileiros, casados, eles agricultores e elas do lar, residentes e domiciliados no município de Campo Erê, neste Estado, por seu advogado abaixo assinado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, sob n. 2.455, vêm dizer, que por instrumento público de procuração passada pelo Tabelionato da cidade de Campo Erê, no livro n. 5, fls. 52v., constituiu o sr. dr. Sadi José de Marco, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Francisco Beltrão no Estado do Paraná, como seu procurador. — 2. — Não desejando, porém, que o mesmo advogado continue no exercício de tal mandato, por não lhes convier, quer, como é justo e lhe é facultado de conformidade com o artigo 1.316 do Código Civil e seguintes, revogar-lhe expressamente todos os poderes outorgados no referido mandato. — 3. — Assim, para que legítimo e eficaz se torne os seus desejos antes que se cumpra a diligência final da revogação, pede e requer se digno v. excia., determinar seja o mencionado procurador notificado de todo o teor desta petição, ainda mandar que se expeçam editais para ciência de terceiros. — 4. — Nestes termos, junta a presente aos autos da ação reivindicatória que lhes move Serafim Enoss Bertaso e outros, sob n. 502, que corre nesta comarca, bem como os documentos anexos. Notificado o procurador revogado, pede ainda que se dê ciência ao tabelião que a passou, por ser tudo de Justiça. Dá-se a causa o valor de Cr\$ 200,00. — P. Deferimento. S. Lourenço d'Oeste, 9 de agosto de 1971. pp. Jayme José Migott. Despacho: A. Como requer. Em 9.8.71 — (Ass.) Nazareno Knabben Juiz de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e ninguém possa alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será publicado no "Diário da Justiça" do Estado e no jornal "Fôlha d'Oeste", que se edita na comarca de Chapecó, neste Estado. — Dado e passado nesta cidade e comarca de São Lourenço d'Oeste aos treze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e um. Eu, Sérgio Luiz Janczeski Escrivão designado, o datilografei e subscrevo. São Lourenço d'Oeste, 13 de agosto de 1971. Nazareno Knabben, juiz de direito.

(6061)

## Edital de notificação

O doutor Nazareno Knabben, Juiz de Direito da comarca de São Lourenço d'Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que por parte de Cherubino José de Mattos e Francelino José de Mattos e suas mulheres, representados por seu procurador, dr. Jayme José Migott, ingressaram neste Juízo, com uma ação de revogação de procuração, cuja petição é do teor seguinte: — Exmo. sr. dr. Juiz de Direito da comarca de S. Lourenço d'Oeste. — Cherubino José de Mattos e sua esposa Belmiria Corrêa dos Santos, Francelino José de Mattos e sua esposa Laurinda dos Santos Mattos, e Sebastião de Souza Machado e sua esposa Maira de Agostinho de Mattos, brasileiros, casados, eles agricultores e elas do lar, residentes e domiciliados no município de Campo Erê, neste Estado, por seu advogado abaixo assinado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, sob n. 2.455, vêm dizer, que por instrumento público de procuração passada no Tabelionato da cidade de Campo Erê, na comarca de S. Lourenço d'Oeste, no livro n. 4, a fls. 81-v., constituiu o sr. dr. Antônio Pereira Tomé, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Cascavel no Estado do Paraná, como seu procurador. — 2. — Não desejando, porém, que o mesmo advogado continue no exercício de tal mandato, por não lhes convier, quer como é justo e lhe é facultado de conformidade com o artigo 1.316 do Código Civil e seguintes, revogar-lhe expressamente todos os poderes outorgados no referido mandato. — 3. — Assim, para que legítimo e eficaz se torne seus desejos antes que se a diligência final da revogação, pede e requer se digno v. excia., determinar seja o mencionado procurador notificado de todo o teor desta petição, ainda mandar que se expeçam editais para ciência de terceiros. — 4. — Nestes termos, junta a presente aos autos da ação de interdito proibitório que a firma João Tissiani & Cia. lhes move nesta comarca sob n. 521, bem como dos documentos anexos; notificado o procurador revogado, pede ainda que se dê ciência ao tabelião que a passou, por ser tudo de Justiça. Dá-se a causa o valor de Cr\$ 200,00. São Lourenço d'Oeste, 09 de agosto de 1971. (Ass.) pp. Jayme José Migott. Despacho: — A Notifique-se a expeça-se edital, na forma requerida. — Em — 09.08.71. (Ass.) dr. Nazareno Knabben, Juiz de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e ninguém possa alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será publicado no "Diário da Justiça" do Estado e no jornal "Fôlha d'Oeste", que se edita na comarca de Chapecó, neste Estado. Dado e passado nesta cidade e comarca de São Lourenço d'Oeste, aos vinte e dois dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e um. Eu, Leonilda Bernardi da Silva, Escrivã do Cível, Crime e Anexos, o datilografei e subscrevo. São Lourenço d'Oeste, 22 de setembro de 1971. Dr. Nazareno Knabben, Juiz de Direito.

(6062)

# JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE JOINVILLE

Edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, de interessados, ausentes, incertos e desconhecidos

O doutor Hélio de Melo Mosimann, Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Antônio Lemos, brasileiro, casado, residente nesta cidade, foi requerido uma ação de usucapião, para aquisição do domínio do seguinte imóvel: "Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente nas ruas Eleutério Maia e Gago Coutinho, com 50,00 metros, fazendo o travessão dos fundos na extensão de 70,00 metros, com propriedade de Miguel Gonçalves de Barros, estreitando por um lado na extensão de 400 metros, com terras do loteamento de Antônio Machado (vários proprietários) e pelo lado oposto, na mesma extensão, com terras de Antônio Praça (também diversos proprietários). Feita a justificação de posse pelo MM. Juiz, foi proferida a seguinte sentença "Vistos, etc. — I — A justificação de fls. 11 e 14, não convence, realmente, de que o autor tenha posse vintenária como assinala o Ministério Público, em seu parecer. Todas as testemunhas ouvidas são imprecisas quanto ao requisito do tempo exigido. Evidente, por essas razões que a prova não é suficiente para se julgar demonstrada a posse. Deverá a ação seguir o curso ordinário, quando o interessado poderá oferecer melhores elementos. II — Cite-se, por mandado, os confrontantes conhecidos do imóvel; por edital, com o prazo de 30 dias, a ser publicado 3 vezes em jornal local, e uma vez no "Diário da Justiça" do Estado, os interessados ausentes, incertos e desconhecidos; pessoalmente o representante do Ministério Público (art. 455 e seus §§. do C. P. C.). Dispense a citação do Serviço do Patrimônio da União por que, além de não haver sido requerida, atendendo a desconhecida, tratandose de terras interioranas, de acordo com a melhor jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal. P. R. I. Joinville, 30 de agosto de 1971. (Ass.) Hélio de Melo Mosimann, Juiz de Direito da 2ª Vara. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo no lugar de costume; e, por cópia, publicado uma vez no "Diário da Justiça" do Estado, e três vezes em jornal local. Dado e passado nesta cidade, aos 10 dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e um. Eu, (Ass.) M. S. G. Pereira, Escrivã, o mandei datilografar, conferi e subscrevi. (Ass.) Hélio de Melo Mosimann, juiz de direito da 2ª Vara. Está conforme o original afixado na sede destes Juízo no lugar de costume; dou fé. Data supra. M. S. G. Pereira, Escrivã.

(6060)

# JUIZO DE DIREITO DA COMARCA IBIRAMA

## Edital de citação

O doutor Antônio Fernando do Amaral e Silva, juiz de direito da comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação virem, ou dele conhecimento tiverem ou interessar pos-

sa que; por Tabacos Blumenau S. A. através de seu procurador constituído, o dr. Eunildo L. Rebelo, lhe foi dirigida a petição do seguinte teor: "Petição: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Ibirama: Tabacos Blumenau S. A., com sede na cidade de Blumenau, por seu procurador, sendo credora de Luiz Tanquella, lavrador; casa- do, brasileiro; residente na localidade de Alto Rio Krauel, no município de Witmarsum, da importância de Cr\$ 3.683,03 (três mil, seiscentos e oitenta e três cruzeiros e três centavos), proveniente das inclusas duplicatas ns. 13.286, vencida em 10.08.68; 16.514, vencida em 30.6.69 e 300 vencida em 18.04.70, respectivamente aceitas, vencidas e não pagas, apesar de tentativa sua- sória, e, pretendendo a exequente receber o seu crédito; propõe a presente ação executiva cambiária, com fundamento no art. 298, do Código de Processo Civil. Pelo exposto, requer a v. excia. que se digno de mandar citar o devedor, assim qualificado, para, em 24 horas, pagar o principal, juros aven- çados, honorários e custas, ou nomear bens à penhora. Caso assim não proceda sejam-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para o efetivo pagamento do capital, juros convenienciados, honorários do advogado à base usual de 20% e custas. Procedida a penhora, pede-se a citação do devedor para acompanhar querendo, a todos os atos e termos deste processo, até final liquidação, sob pena de confissão e revelia. Se a penhora recair em bens de raiz, seja citada a esposa do executado. Para os efeitos fiscais o valor desta é de Cr\$ 3.683,03. De Blumenau para Ibirama, em 20 de junho de 1971. (Ass.) Eunildo L. Rebelo. (Estava devidamente selada). Despacho: Cite-se o executado, publicando-se edital no prazo de 15 dias, uma vez no "Diário da Justiça" e duas vezes no jornal local, fixado o prazo de vinte dias que correrá da data da primeira publicação para o de contestar, querendo. Ibirama, 6.9.71. (Ass.) Antônio Fernando do Amaral e Silva, juiz de direito". E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém pudessem alegar ignorância, é expedido o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma determinada acima. Dado e passado nesta cidade de Ibirama, aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um. Eu, Raul Silva, escrivão; que o datilografei e subscrevo. Ibirama, 05 de outubro de 1971. (Ass.) Antônio Fernando do Amaral e Silva, juiz de direito.

(5.990)

## Edital de citação

O doutor Antônio Fernando do Amaral e Silva, Juiz de Direito da comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de notificação com o prazo de quinze (15) dias virem, dele conhecimento tiverem ou interessar possa que, por Tabacos Blumenau S. A. através de seu procurador constituído, o dr. Eunildo L. Rebelo; lhe foi dirigida a petição do seguinte teor: Petição: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Ibirama: Tabacos Blumenau S. A., com sede em Blumenau, na rua Pomerode — Salto do Norte, por seu Procurador vêm, data vên-ia, expor e, a final, requerer a v. excia. o que se segue: 1º — Que o suplicante propõe, neste Juízo, ação executiva cambiária contra Luiz Tanquella, lavrador, casado, brasileiro, residente no lugar alto Rio



Krauel, município de Witmarsum, neste Estado. 2º — Que o suplicante pretende vender todos os seus bens, inclusive o imóvel de sua propriedade, o que o tornará insolvente, em prejuízo da suplicante. O art. 720, do CPC faculta que os interessados podem manifestar-se por meio do protesto judicial para ressalva de direitos. Pelo exposto, requer a v. excia.: 1º) seja notificado o senhor Oficial do Registro de Imóveis da comarca; 2º) seja notificado o suplicado, inicialmente qualificado do inteiro teor deste; 3º) sejam notificados, por meio de editais, na forma da lei, terceiros, para conhecimento da intenção da suplicante, para que não possam, mais tarde, alegar ignorância quanto à compra dos bens do suplicado. Cumpridas todas as formalidades sejam os autos, independentemente de traslado, entregues à requerente. Para os efeitos fiscais o valor desta é de Cr\$ 200,00. De Blumenau para Ibirama, em 20 de julho de 1971. (Ass.) Eunício L. Rebelo. (Estava devidamente selado). Despacho: Notifique-se o requerido, publicando-se edital com o prazo de 15 dias, uma vez no "Diário da Justiça e duas vezes no jornal local. Intime-me, Ibirama, ..... 6.9.71. (Ass.) Antônio Fernando do Amaral e Silva, juiz de direito". E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém pudesse alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na forma determinada pelo despacho acima e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Ibirama, aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um. Eu, Raul Silva, escrivão; que o datilografei e subscrevo. Ibirama, 05 de outubro de 1971. (Ass.) Antônio Fernando do Amaral e Silva, juiz de direito.

(5.992)

#### JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE BLUMENAU

##### Edital de citação de interessados incertos com o prazo de trinta (30) dias

O doutor Nazareno Knabben, juiz substituto, em exercício na 1ª Vara da comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a Lina Reck e Hilda Reck e a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por parte de Genoveva Althoff, foi apresentada a este Juízo a petição do seguinte teor: Petição: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Blumenau: Genoveva Althoff, brasileira, viúva, doméstica, residente e domiciliada nesta cidade, à rua Joinville, n. 174, no bairro de Vila Nova, por seu assistente judiciário infra firmado, vêm mui respeitosamente perante v. excia., propor a presente ação de usucapião, e o faz expondo o seguinte: 1º — A autora é proprietária de uma área de 600 metros quadrados de terras, sitas neste município, no bairro de Vila Nova, fazendo frente para a rua Joinville, edificado com uma casa construída de tijolos, devidamente registrada às fls. 81, do livro n. 3º-K, sob n. 8.420, nas notas do sr. Oficial de Registro de Imóveis, do 1º Ofício, desta comarca, conforme documento anexo; 2º) mencionada área de seiscentos metros quadrados, constitui parte ideal de um todo medindo 800 metros quadrados, que a autora por si e por seu marido Wilhelm Hermann Althoff, já falecido, possui há mais de vinte anos, com ânimo domini; 3º) além da posse mansa, pacífica e ininterrupta, da totalidade da área, vêm a autora, como sempre fez, quando

em vida, seu marido, pagando os tributos e taxas incidentes sobre a totalidade do imóvel, inclusive a contribuição de melhoria referente ao calçamento (comprovantes anexos); 4º) o imóvel referido, tem as seguintes confrontações: limita-se pela frente com a rua Joinville; lado esquerdo, com propriedade de Osmar Luchtemberg; lado direito, com terras de Herbert Baumgarten; e fundos, com propriedade de Pedro Jacinto Filho e Cláudio Soares; 5º) e, como a autora, por si e por seus antecessores, possuem o aludido terreno, em sua totalidade, tal como se acha supra descrito, ou sejam 800 metros quadrados, há mais de vinte anos, mansa e pacificamente, sem oposição ou embargos de espécie alguma, quer legítima sua posse, quantos aos restantes 200 metros quadrados, nos termos do art. 550 do C. Civil. Para o mesmo fim, requer a designação de dia e hora, a fim de que se proceda a justificação exigida pelo art. 451, do C. P. Civil, na qual deverão ser inquiridas as testemunhas arroladas in fine. Requer outrossim, depois de feita a justificação, a citação pessoal dos atuais confrontantes, srs. Osmar Luchtemberg, Herbert Baumgarten, Pedro Jacinto Filho e Cláudio Soares, bem como de Lina Reck e Hilda Reck, pessoas em cujo nome se encontra transcrita a área usucapienda, estas através de editais, além do representante do Ministério Público, e, por editais de 60 dias, os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, todos para acompanharem os termos da presente ação de usucapião, depois da terminação do prazo dos editais, nos termos do art. 455, do C. P. Civil, por meio da qual deverá ser reconhecido e declarado o domínio da autora, sobre a aludida área de 200 metros quadrados, ficando citados ainda, para no prazo legal apresentarem contestação e para seguirem a causa até final sentença, sob pena de revelia. Dando à presente o valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos), protesta por todos os meios de provas em direito permitidos. P. deferimento. Blumenau, 5 de agosto de 1969. (Ass.) Antônio Carlos Silva. Rol de testemunhas: Júlio Luiz Gern, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Joinville, 239, nesta cidade; Hercílio Coutinho, brasileiro, casado, aposentado; residente à rua Joinville, 143, nesta cidade. Ambos comparecerão independentemente de intimação. Despacho: "Vistos, etc. Julgo, por sentença, a justificação procedida às fls. 20 e 21, da presente ação de usucapião, requerida por Genoveva Althoff, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Proceda-se a citação dos confrontantes do imóvel e, por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, dos interessados incertos, e não sabidos, para contestarem o pedido, querendo. Notifique-se o órgão do M. P. Custas "ex lege". P. I. Blumenau, 29.9.69. Nazareno Knabben, juiz substituto, em exercício na 1ª Vara. "Em virtude do que é expedido o presente edital que será afixado no lugar de costume e aplicado na forma da lei o seu prazo, que correrá da primeira publicação, considerar-se-á transcorrido assim que decorrerem os trinta (30) dias, afixados. Dado e passado nesta cidade de Blumenau, aos sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e nove. Eu, (ass.) Eulínia L. Silveira, Oficial Maior, o escrevi e eu, (ass.) Sérgio Alberto da Nóbrega, escrivão do Cível e Comércio, o confiro e assino. Blumenau, 7 de outubro de 1969. (Ass.) Nazareno Knabben, juiz substituto, em exercício na 1ª Vara. Blumenau, 7 de outubro de 1969. (Ass.) Sérgio

Alberto da Nóbrega, titular do Cartório do Cível e Comércio.

(13.697)

##### Edital de citação de interessados incertos com o prazo de trinta (30) dias

O doutor Protásio Leal Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por parte de Francisco Boos e sua mulher Catarina Boos, foi apresentada a este Juízo, a petição de seguinte teor: Petição: Exmo. sr. dr. Juiz de Direito da comarca de Blumenau Francisco Boos e sua mulher Catarina Boos, brasileiros, casados, agricultores, residentes e domiciliados nesta cidade de Blumenau, no lugar denominado Alto Garcia, nas Minas da Prata, por seu procurador bastante infra firmado (ut instrumento procuratório anexo), vêm mui respeitosamente perante v. exa., alegar para finalidade requerer o seguinte: I — Os fatos e Preliminarmente 1 — Há aproximadamente quarenta anos atrás ou seja no ano de 1930, Carlos Nagoski brasileiro, casado, de profissão ignorada, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, vendeu terras de sua propriedade sitas no lugar denominado Mina da Prata, Alto Garcia, em Blumenau, que nos dias seguintes confrontações, que ainda hoje persistem de um lado, com 1.199,30 estrema com Lourenço Reiss, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade no Bairro Garcia, proximidades do Cine Garcia; de outro lado em 1.132,70 metros, com Gildo Weiss, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado no mesmo lugar (Alto Garcia, Mina da Prata); fundos e frente em 376,50 e 207,00 metros respectivamente, com terras de Adroaldo Camargo brasileiro casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, tudo de conformidade o mapa anexo. Referidas terras são atravessadas pela estrada que leva às minas da Prata, em Alto Garcia; 2 — Ocorre que referida venda determinou uma sucessão de novos compradores e vendedores, que ocuparam mencionadas terras, durante anos sempre que fossem jamais molestados em sua posse, ou sofressem oposição alguma; b. No mérito 3 — No mesmo espírito dos possuidores anteriores em janeiro do ano de 1950, Léo Cardoso, brasileiro, casado, carpinteiro, residente e domiciliado nesta cidade à rua Progresso, s/n, bairro Garcia, adquiriu e ocupou referidas terras, mansa e pacificamente, durante três anos, ou seja, até o ano de 1953; 4 — Em 1953, Léo Cardoso transmitiu o imóvel a José Romualdo Vaz, brasileiro, casado, operário, residente e domiciliado nesta cidade, no bairro da Vila Nova, além da Fábrica de Brinquedos Incarna, que o ocupou, em iguais condições que os anteriores possuidores, até 30 de dezembro de 1955 quando vendeu aos suplicantes; 5 — que os suplicantes adquiriram a posse que Léo Cardoso e José Romualdo Vaz mantinham sobre referidas terras por instrumento particular, conforme se vê dos documentos anexos; 6 — que os

suplicantes vivem, ocupando ditadas terras, desde 31 de dezembro de 1955, por tanto há 14 anos, 8 meses, tendo procedido ao seu cultivo, construindo sua morada, sem que com "ánimo domini", nunca tendo sido molestado ou sofrido alguma oposição em sua posse; 7 — que as terras ocupadas pelos suplicantes são terras rurais, com menos de 25 hectares e possuem as características descritas no item primeiro desta, devidamente inscritas em seu nome no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, a quem recolhem o imposto incidente sobre as mesmas; II — O direito — Nessas condições, sendo que seu direito se acha perfeitamente configurado, preenchendo todos os requisitos, exigidos por lei, pretende o suplicante obter sentença declaratória de usucapião, embasado no art. 550, do Código Civil Brasileiro. O extraordinário: Aquele que, por vinte anos, sem interrupção, nem oposição possuiu como seu um imóvel, adquiri-lo-á o domínio, independentemente de título e boa fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao Juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no registro de imóveis". III — O requerimento — Diante do exposto, o suplicante na forma dos arts. 454 "usque" 456 do Código de Processo Civil Brasileiro, requer a v. exa. a designação de dia hora e lugar, para que com as testemunhas abaixo arroladas se proceda a justificação do alegado, após a qual deverão ser pessoalmente citados os atuais confrontantes e interessados certos, e suas mulheres, se casados forem, bem como o órgão do Ministério Público e, ainda, editalmente, com prazo de 30 dias, os interessados incertos e desconhecidos, e o Serviço do Patrimônio da União, na pessoa do seu representante no Estado, a quem, igualmente, por determinação de v. exa., se dará ciência desta ação, a fim de que, dentro do prazo legal, a contar da citação, e sob pena de revelia, apresentem querendo, a contestação que tiverem. Requer, mais, não sendo contestada a ação, seja desde logo reconhecido e declarado, por sentença, o domínio do autor sobre as terras acima descritas. Dá-se a causa, para os efeitos fiscais, o valor de Cr\$ 1.140,00 (um mil cento e quarenta cruzeiros). Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos. Termos em que. E. Deferimento. Blumenau, 20 de setembro de 1970. (Ass.) Dr. José Ubirajara Pereira, OAB/SC — 2116 — C. P. F. 003.796.629 (ass.) Humberto d'Ávila Rufino OAB/SC, acad. (devidamente selado). Rol de testemunhas: Luiz Maniote, italiano, casado, inspetor de quarteirão, residente e domiciliado no lugar Mina Prata, Garcia Alto; Helmuth Batchau, alemão, casado, lavrador, residente no lugar denominado Mina da Prata, Alto Garcia, José Bento, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado no Alto Garcia, no lugar Mina da Prata; Manoel Alves, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado no lugar Mina da Prata, Alto Garcia, Marcelino Batista, brasileiro, viúvo, lavrador, residente e domiciliado no lugar Mina da Prata, Alto Garcia. "Despacho" Vistos — Prove de que está a posse dos requerentes sobre a sua usucapienda, julgo procedente a justificação. Procedam-se as ci-

tações conforme o requerido. Intime-se. Blumenau, 13 de maio de 1971. Protásio Leal Filho, juiz de Direito da 2ª Vara. "Em virtude do que é expedido o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei o seu prazo, que correrá da primeira publicação, considerar-se-á transcorrido assim que decorrerem os trinta dias afixados. Dado e passado nesta cidade de Blumenau aos dezessete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e um. Eu, (ass.) Eulina L. Silveira, Oficial Maior, o escrevi e Eu, (ass.) Sérgio Alberto da Nóbrega, Titular do Cartório do Cível e Comércio, o confiro e assino. Blumenau, 17 de maio de 1971. (ass.) Protásio Leal Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara. Blumenau, 17 de maio de 1971. (Ass.) Sérgio Alberto da Nóbrega, Titular do Cartório do Cível e Comércio.

(5988)

# JUIZ DE DIREITO DA 2ª. VARA DA COMARCA DE BLUMENAU

Edital de citação com o prazo de quinze (15) dias

O doutor Protásio Leal Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Blumenau Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a Irma Hoennicke, brasileira, casada, residente em lugar incerto e não sabido, que por parte de Alfredo Hoennicke, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado nesta cidade à rua da Glória n. 1281, foi dirigida a este Juiz e petição com o respectivo despacho segue transcrito: Petição. Exmo. sr. Juiz de Direito da comarca de Blumenau. Alfredo Hoennicke, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado nesta cidade, à rua da Glória, n. 1281, por seu procurador bastante infra firmado, (procuração anexa), vem mui respeitosamente perante v. excia., para propor a presente ação ordinária de desquite contra Irma Hoennicke, brasileira, casada, atualmente residente em lugar incerto e não sabido, face aos seguintes motivos: 1. O suplicante contraiu matrimônio com a suplicada no dia 20 de novembro de 1957, adotando o regime de comunhão universal de bens, conforme registro civil anexo; 2. Que a suplicada abandonou o lar conjugal, há aproximadamente 18 anos, refugiando-se em lugar incerto e não sabido. 3. Que possui a não ser parte ideal no imóvel herdado de seus pais; 4. Que o nosso Código Civil, em seu artigo 317, inciso IV, reafirma esse princípio, reconhecendo o abandono de um dos cônjuges por dois anos contínuos, como grave motivo para a concretização do desquite. Face ao exposto, com fulcro aos arts. 316, 317, inciso IV, do Código Civil, vem o suplicante, supra qualificado, requerer, a v. exa. se digne de determinar a citação da suplicada, por intermédio de edital, na forma dos arts. 177, inciso I, 178, incisos I, II, III e IV do Cód. Proc. Civil para vir responder, se quiser, aos termos da presente ação ordinária de desquite, e contestá-la no prazo de lei, bem como para os demais termos e atos do presente processo, até final sentença, pena de revelia, não, o fazendo, seja nomeado curador à lide, a fim de acompanhar o feito e opinar da melhor forma para preservar o direito do suplicado, na qualidade cônjuge inocente, condenando a suplicada nas custas processuais, honorários de advogado e demais cominações de direito. Requer, ainda, a citação do representante do Ministério Público para manifestar-se e acompanhar o processo. Protesta-se provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, dando-se a presente para efeitos fiscais, o valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), deixando-se todavia, de recolher a taxa judiciária, por se tratar de assistência judiciária. Nêstes termos. Espera deferimento. Blumenau, 26 de abril de 1971. (Ass.) Renato e Mello Vianna. Despacho. Dia 10 de dezembro, às 15 horas, para a realização da audiência de conciliação. Cite-se a ré, por edital, com o prazo de 15 dias, para comparecer correndo o prazo da contestação da data marcada, haja ou não comparecimento. Intime-se. Blumenau 3 de setembro de 1971. Protásio Leal Filho. Juiz de Direito da 2ª. Vara. Dado e passado nesta cidade de Blumenau aos dezessete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e um. — Eu, (Ass.) Eulina L. Silveira, Oficial Maior, o escrevi e Eu, (Ass.) Sérgio Alberto da Nóbrega, titular do Cartório do Cível e Comércio o confiro e assino. Blumenau, 17 de setembro de 1971. (Ass.) Protásio Leal Filho. (Ass.) Sérgio Alberto da Nóbrega, titular do Cartório do Cível e Comércio.

(13530)

# REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMBORIÚ

Olinor Ribeiro de Camargo, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de lei,

Faz saber, a quantos este virem ou interessar possa que, de acordo com o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, regulamentado pelo Decreto n. 3.079, de 15 de setembro de 1938 e suas alterações posteriores, foram apresentados neste Cartório, para exame dos interessados, o memorial descritivo e demais papéis e documentos relativos à venda de terrenos em lotes, referentes ao imóvel denominado Jardim Guanabara, com a área total de 31.970,97 m<sup>2</sup>, situado no lugar Morretes, na Praia de Itapema, na cidade de Itapema, sede do município do mesmo nome, nesta Comarca, de propriedade da firma Imobiliária Leopoldo Zarling S. A., com sede na cidade de Itajaí, neste Estado, inscrita no C. G. C. do Ministério da Fazenda sob o n. 84.292.143/001, para o efeito de decorridos trinta dias da publicação deste no Diário da Justiça do Estado e na ausência de impugnação de qualquer ou deste Ofício proceder-se-á o competente registro de que trata o art. 2º § 1º daquele Decreto. Dado e passado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Camboriú, Camboriú, 22 de outubro de 1971. Olinor Ribeiro de Camargo, Oficial.

(6020)

# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Portaria n. P/73/71

O desembargador presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Tribunal, resolve, antecipar o expediente, por 3 horas diárias, no período de 1º a 30 de outubro de 1971, do motorista Carlos José Bernardes, arbitrando, nos termos do artigo 150, item I, § 1º, da lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, a gratificação correspondente a um terço do vencimento de motorista, símbolo PJ-10-A.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 12 de outubro de 1971.

(Ass.) Eugênio Trompowsky Taulois Filho, presidente.

Portaria n. P/74/71

O desembargador presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Tribunal, resolve, antecipar o expediente, por 3 horas diárias, no período de 1º a 30 de outubro de 1971, do funcionário Pedro Luz Alves Auxiliar do Cartório, símbolo PJ-13-A, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, arbitrando, nos termos do artigo 150, item I, § 1º, da lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, a gratificação correspondente a um terço dos respectivos vencimentos mensais.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 12 de outubro de 1971.

(Ass.) Eugênio Trompowsky Taulois Filho, presidente.

Portaria n. P/75/71

O desembargador presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Tribunal, resolve, designar Maria Maura Richter Lisboa, ocupante do cargo de Oficial Judiciário, símbolo P-3, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, para substituir, a partir de 11 do corrente mês, Ady Brígido Silva, Chefe de Seção, PJ-3; que se encontra em gozo de férias.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 13 de outubro de 1971.

(Ass.) Eugênio Trompowsky Taulois Filho, presidente.

Portaria n. P/76/71

O desembargador presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Tribunal, resolve, designar Odina Botticelli Sell, ocupante do cargo de Oficial Judiciário, símbolo PJ-7, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, para substituir, a partir do dia 20 de setembro p. passado, Flávio Lopes da Costa, Chefe de Seção PJ-3, que se encontra em gozo de licença e licença especial.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 14 de outubro de 1971.

(Ass.) Eugênio Trompowsky Taulois Filho, presidente.

Portaria n. P-77/71

O desembargador presidente no uso de suas atribuições e, conforme aprovação do Egrégio Tribunal em sessão de hoje.

# RESOLVE:

Nomear, para exercer as funções de preparador no município de Pouso Redondo pertencente à 57ª Zona de Combudo Central, o sr. Nivaldo Borba.

Publique-se. Florianópolis, 19 de outubro de 1971.

(Ass.) Eugênio Trompowsky Taulois Filho, presidente.

Portaria n. P/78/71

O desembargador presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Tribunal,

# RESOLVE:

Designar, Carlos José Bernardes, motorista, para viajar a cidade de Curitiba no dia 24 do corrente, conduzindo o veículo deste Tribunal, a serviço da presidência.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em Florianópolis, 21 de outubro de 1971.

Eugênio Trompowsky Taulois Filho, presidente.

ACÓRDAO N. 5.842

Vistos relatado e discutido estes autos do processo n. 1.803, classe 7ª — Pedido de registro das Comissões Provisórias dos municípios de Irati, Canoas, Três Barras, Tijucas, Nova Trento, São Domingos e Videira, em que é requerente o Movimento Democrático Brasileiro de Santa Catarina.

Isto posto: Acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por unanimidade de votos, preliminarmente, na forma do parecer da douta Procuradoria Regional Eleitoral, sustar a apreciação do pedido, até que o Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, reuamente a matéria, conforme está previsto na lei n. 5.682, de 21 de julho de 1971.

Publique-se. Florianópolis, 26 de agosto de 1971.

(Ass.) Eugênio Trompowsky Taulois Filho, presidente.

Ary Pereira Oliveira, relator. Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz.

Thereza Grisolía Tang  
Hervandil Fagundes  
Volney Collaço de Oliveira  
Esteve presente ao julgamento, senão voto vencedor, o sr. dr. Nilson Vieira Borges. (Ass.) Ary Pereira Oliveira.

Relação dos eleitores da 21a Zona de Lages (eleitoral que deixaram de votar durante o período de seis ou em três (3) eleições seguidas (C. E. Art. 71), até a presente data.

N. ordem — Nome do eleitor — N. título — Seção  
01 — Albano Cardoso Rocha — 39.16 — 108a.  
02 — Geremias José da Silva — 4.099 — 108a.  
03 — Manoel Mendes de Jesus — 4.333 — 108a.  
04 — Osvaldo Américo Ribeiro — 20.140 — 147a.  
05 — Pedro Vieira Thieves — 19454 — 70a.  
06 — Ecilda Maria da Silva Guedes — 20.058 — 111a.  
07 — Daíla Bernardon — 20.194 — 111a.  
08 — Polidório Ribeiro da Silva — 20.210 — 145a.  
09 — Rudiberto Fett — 20.587 — 152a.  
10 — João Rodolfo Waltrich — 21.068 — 139a.  
11 — Santalina Cândido da Silva — 21.368 — 114a.  
12 — Belmira Soares Sutil — 21.470 — 102a.  
13 — Maria dos Prazeres Pessoa — 21.719 — 155a.  
14 — Miguel Manoel da Rosa — 21.961 — 155a.  
15 — Manoel Cândido da Silva — 21.752 — 114a.  
16 — Hortência Esmerio — 22.347 — 151a.  
17 — Leonido Francisco Furgieri — 22.373 — 144a.



18 — Aristides Inácio Pereira — 22.381 — 144a.	67 — Albertina Ribeiro de Souza — 28.066 — 138a.	10 — Eulina Antunes de Córdova — 22.286 — 131a.	26.411 — 131a.
19 — Urbano Gehlen — 22.383 — 150a.	68 — Maria de Jesus Marques da Costa — 28.252 — 138a.	11 — Maria da Conceição Rosa — 22.295 — 131a.	59 — Maria Minervina Rodrigues — 26.452 — 129a.
20 — Israelina Antunes de Macedo — 22.553 — 116a.	69 — Iolita Aida Soares — ... 28.317 — 138a.	12 — Otília de Paula Lipossi — 22.926 — 131a.	60 — Julieta Pereira Nunes — 26.531 — 129a.
21 — Manoel Bento de Macedo — 22.576 — 116a.	70 — Leonina Pereira da Silva — 28.458 — 138a.	13 — Osvaldo Pereira de Oliveira — 22.296 — 131a.	61 — Luiza de Souza Galdino — 26.441 — 131a.
22 — Mário Ribeiro da Silva — 22.689 — 116a.	71 — Maria da Luz — Corrêa — 28.515 — 138a.	14 — Alice Bertolozzi — 22.305 — 131.	62 — Ivone Maurício — 26.792 — 129a.
23 — Anita Ribeiro — 22.706 — 116a.	72 — Eliza Borel — 28.601 — 145a.	15 — Hermínio Fortunatti — 22.308 — 131a.	63 — Augusto Margarida B. Balzotto — 26.937 — 131a.
24 — Tereza Anacleto Espindola — 22.738 — 116a.	73 — Júlio Xavier Ozório — ... 28.603 — 145a.	16 — Rodolpho — Westphal — 22.816 — 129a.	64 — Martiniano Muniz Neto — 26.859 — 129a.
25 — Maria Vitorino Vieira — 22.766 — 116a.	74 — Jorge Silvestre — 28.619 — 138a.	17 — Etelvina Barbosa Neto — 22.826 — 129a.	65 — Juraci Oliveira Machado — 26.900 — 129a.
26 — Novelina Machado Padilha — 23.040 — 116a.	75 — João Bernardo Schlichting — 28.656 — 138a.	18 — Maria Marcelino Teixeira — 22.830 — 129a.	66 — Maria das Dores da Silva — 27.058 — 129a.
27 — Emílio Ribeiro de Mello — 23.957 — 150a.	76 — Manoel Cesar Hinckel — 28.659 — 138a.	19 — Manoel Farias Filho — ... 22.839 — 129a.	67 — Lócio Antunes Neto — 27.070 — 136a.
28 — Alaíde Coelho — 23.980 — 147a.	77 — Aracy Orival — 28.694 — 138a.	20 — Hedyr Vecchi — 22.865 — 127a.	68 — Tertuliano Cesário Inácio — 27.097 — 129a.
29 — Carolina Werber Leite — 23.982 — 150a.	78 — Ma. Leocádia C. de Jesus — 28.706 — 138a.	21 — Euclides de Andrade Nunes — 23.561 — 136a.	69 — Aldo da Silva — 27.099 — 136a.
30 — Evaldo Maurício Passos — 23.314 — 157a.	79 — Zilmar Antônio Benx — 29.053 — 139a.	22 — Arlino Artur de Abreu — 23.669 — 129a.	70 — Heitor Varela Borges — 27.106 — 136a.
31 — Maria Josina dos Passos — 24.318 — 144a.	80 — Clecy Biazus — 29.062 — 138a.	23 — Maria Santinha Andrião — 23.767 — 129a.	71 — Antônio Joaquim Rodrigues — 27.223 — 136a.
32 — Maria Eza Ferreira — 24.327 — 149a.	81 — Max Stadnica — 29.091 — 139a.	24 — Theresinha Filomena F. Dallusen — 23.797 — 129a.	72 — José Maria Pereira — 27.233 — 129a.
33 — Bernardina Ferreira de Andrade — 25.302 — 149a.	82 — Carlos Oto Castanha Dias — 29.153 — 139a.	25 — Nery Teixeira — 23.805 — 129a.	73 — Neuza Alves Siqueira — 27.248 — 139a.
34 — Donatilha Ribeiro — ... 25.314 — 123a.	83 — Lourdes Del Castanheir Bessi — 29.232 — 139a.	26 — Armando Severino — ... 23.835 — 129a.	74 — Irineu Alves dos Santos — 27.258 — 136a.
35 — Adil Duarte — 25.749 — ... 138a.	84 — Itair Bessi — 29.307 — 139a.	27 — Afonso Justen — 23.925 — 129a.	75 — Rogério Elias do Nascimento — 27.267 — 136a.
36 — Terezinha Debetio — ... 25.896 — 138a.	85 — Marta Hoffmann — 29.418 — 139a.	28 — Sebastião Cardoso de Souza — 23.998 — 131a.	76 — José Maria de Jesus — ... 27.530 — 136a.
37 — Osalvina Ferreira — ... 25.928 — 138a.	86 — Sílvia Elzi Arruda — ... 29.422 — 139a.	29 — Domingos Pires de Oliveira — 24.659 — 133a.	77 — Neri Setti — 27.613 — ... 130a.
38 — Maurílio Rufino de Liz — 26.021 — 116a.	87 — Leodeno de Souza — ... 29.438 — 145a.	30 — Francisco Nunes — ... 24.663 — 136a.	78 — Avencia Antunes dos Santos — 27.803 — 136a.
39 — Odorico Rodrigo de Moura — 26.250 — 138a.	88 — Ana Ma. P. S. Freire de Souza — 29.461 — 139a.	31 — Nair Vieira de Souza — 24.975 — 129a.	79 — Vitor Ribeiro — 27.971 — 129a.
40 — Célia Xavier Canoni — 26.318 — 145a.	89 — Marino de Azevedo — 29.590 — 116a.	32 — Barberino Francisco Medeiros — 24.984 — 136a.	80 — Floripa Campos — 28.063 — 139a.
41 — Manoel I. Xavier Osório — 26.319 — 145a.	90 — Sílvia Felipe — 29.631 — 116a.	33 — Avelina Ferreira de Oliveira — 25.074 — 131a.	81 — Otávio Corrêa — 28.136 — 129a.
42 — Maria Benta de Souza — 26.333 — 145a.	91 — Auta Furtado Trenago — 29.639 — 139a.	34 — Maria Marcelino Batista — 25.476 — 129a.	82 — José Laurindo Alves Souza — 28.178 — 136a.
43 — Maria Largura — 26.549 — 113a.	92 — Vergílio Manoel de Souza — 29.729 — 139a.	35 — Adelaide Nunes de Andrade — 25.477 — 129a.	83 — João Malaquias de Souza Neto — 28.418 — 136a.
44 — Geni Rocha Borges — ... 26.870 — 138a.	93 — Teodoro Rotrs — 29.892 — 139a.	36 — João Tertulino Duarte — 25.488 — 129a.	84 — Alcides Faustino Pereira — 28.680 — 129a.
45 — Vanilda Mendes — ... 27.014 — 138a.	94 — Denir Bernardo Silveira — 29.915 — 116a.	37 — Dorvalina Schtz — 25.491 — 129a.	85 — Wilson Renato Santini — 28.783 — 129a.
46 — João Luiz dos Santos — 27.140 — 138a.	95 — Martinho dos Santos — ... 29.918 — 139a.	38 — Alex Haussnann — ... 25.492 — 129a.	86 — Elizelote Córdova — 28.858 — 139a.
47 — Milton Ribeiro — 27.182 — 138a.	96 — Antônio R. Alves de Carvalho — 30.801 — 108a.	39 — Ana Maria Madruga da Rosa — 25.493 — 129a.	87 — Carmelita Ferreira do Carmo — 28.954 — 129a.
48 — Edmíro R. de Lima — 27.216 — 138a.	97 — Vilmar Antunes de Lima — 30.849 — 108a.	40 — João Francisco de Souza — 25.495 — 129a.	88 — Antônio Silva — 29.209 — 131a.
49 — Helena Borges — 27.246 — 138a.	98 — Vitor Filagrana — 30.851 — 108a.	41 — Balduino José de Abreu — 25.541 — 129a.	89 — Ermindo Alves dos Passos — 29.221 — 131a.
50 — Dinarte Muniz de Córdova — 27.294 — 13a.	99 — Joel Corrêa da Silva — 30.944 — 108a.	42 — Nisia de Souza — 25.542 — 129a.	90 — José Abedir Lima — ... 29.306 — 131a.
51 — Sebastião Rogério de Oliveira — 27.396 — 138a.	100 — José da Silva — 39.429 — 120a.	43 — Naria de Lourdes Muller — 25.543 — 129a.	91 — Alfredo Adelar Liposki — 29.453 — 131a.
52 — João V. Pereira de Oliveira — 27.428 — 138a.		44 — Olívia Matoa Pereira — ... 25.700 — 136a.	92 — Henrique Aves da Cruz — 29.454 — 131a.
53 — Vergulina Júlia da Silva — 27.447 — 138a.	Relação dos eleitores da 21a Zona de Lages, que deixaram de votar durante o período de seis (6) anos ou em três (3) eleições seguidas (C. E. Art. 71 V), até a presente data.	45 — Hypólito Alves de Siqueira — 25.715 — 139a.	93 — Raimundo Novarezi — 29.538 — 131a.
54 — Ari Nagel — 27.482 — 138a.		46 — Christine Cestren — ... 25.718 — 129a.	94 — Olga Tressodi — 29.623 — 136a.
55 — Terezinha Carneiro Muniz — 27.493 — 138a.	N. de ordem — Nome do eleitor — N. do título — Secção	47 — João Martins da Silva Filho — 25.721 — 129a.	95 — Alaíde Dias Taxier — ... 29.674 — 139a.
56 — Arides Pereira de Jesus — 27.600 — 138a.		48 — Anna Zermiani — 25.731 — 130a.	96 — Teresinha Vieira Croda — 29.682 — 139a.
57 — Jotacy Silvano — 27.647 — 138a.		49 — Maria Afredo — 25.834 — 136a.	97 — Ignez Maria de Medeiros — 29.685 — 139a.
58 — Jandira Maria Arsego — 27.669 — 138a.		50 — José Maria Nunes de Souza — 25.879 — 129a.	98 — Donélio dos Santos — ... 29.958 — 129a.
59 — Helena C. Dal Farra — 27.694 — 138a.		51 — Maura Delphina de Farias — 25.913 — 129a.	99 — Genésio José Silveira — ... 29.968 — 130a.
60 — Sebastião Ribeiro do Nascimento — 27.729 — 138a.		52 — Eni Teresinha Lopes da Silva — 25.926 — 136a.	100 — Valdir Cordeiro — ... 29.995 — 130a.
61 — Benta Nunes Mendes — ... 27.759 — 138a.		53 — Leontina Vieira — 26.193 — 136a.	
62 — Leopoldo Correia Machado — 27.800 — 138a.		54 — Antenor da Cruz Ribeiro — 26.195 — 136a.	Relação dos Eleitores da 21a Zona Eleitoral, que deixaram de votar durante o período de seis (6) anos ou em três (3) eleições seguidas (C. E. 71.V), até a presente data.
63 — Sebastiana de Liz Moraes — 27.838 — 138a.		55 — Antônio Muniz Neto — ... 26.963 — 136a.	N. de ordem — Nome do eleitor — N. Título — Secção
64 — Maria Ines Mondadori — 27.963 — 138a.		56 — Horácides Machado — 26.418 — 136a.	
65 — Zulmar Rodrigues Goulart — 27.965 — 138a.		57 — Maria Alzerina Waltrilk — 26.435 — 131a.	01 — Walmor Leitis — 198 — 107a.
66 — Idalino Duarte Moto — ... 28.029 — 146a.		58 — Olga Ana de Oliveira —	

02 — Rene Carvilha — 202 — 4.317 — 108 <sup>a</sup>	53 — Antônio José Macedo — 4.351 — 108 <sup>a</sup>	03 — Maria de L. Rodrigues — 33.781 — 120	52 — Maria Almerinda da Silva — 33.787 — 120
107 <sup>a</sup> 03 — João Maria da Rosa — 220 — 100 <sup>a</sup>	54 — Zita Vera Vieira — 4.901 — 108 <sup>a</sup>	04 — Jorgina Arruda Lins — 28.039 — 128 <sup>a</sup>	53 — Alfredo José da Silva — 33.792 — 120
04 — Sebastião de Assis Santos — 234 — 100 <sup>a</sup>	57 — Maria José Vieira — 4.902 — 108 <sup>a</sup>	05 — Targino Prudente da Silva — 23.267 — 128 <sup>a</sup>	54 — Sebastião Nunes Ferreira — 34.074 — 149
05 — Felicidade Ribeiro de Moraes — 426 — 107 <sup>a</sup>	58 — Amândio Geremias de Medeiros — 5.900 — 108 <sup>a</sup>	06 — Paulo Armando Vecchi — 28.375 — 128 <sup>a</sup>	55 — José Ribeiro — 34.077 — 149
06 — Alberto Carlos Ehrhardt — 438 — 107 <sup>a</sup>	59 — Sílvia A. Pagnoncelli — 5.322 — 108 <sup>a</sup>	07 — Maria de L. Borges de Arruda — 28.465 — 128 <sup>a</sup>	56 — Maria dos Prazeres de Lisboa — 34.241 — 120
07 — Pedro dos Santos — 569 — 160 <sup>a</sup>	60 — Edeltrand Mahring — 5.615 — 108 <sup>a</sup>	08 — Maria N. Farias — 28.529 — 128 <sup>a</sup>	57 — Eli Lippel Noatz — 34.245 — 120
08 — Ondina Marian Garcia — 624 — 107 <sup>a</sup>	61 — João Almir Rosa — 5.757 — 108 <sup>a</sup>	09 — Valentim Knop — 29.242 — 129 <sup>a</sup>	58 — Jayme Clechi — 34.462 — 157
09 — Luiz Carlos Lütz — 833 — 100 <sup>a</sup>	62 — Carlota de Souza Medeiros — 6.049 — 108 <sup>a</sup>	10 — Roque Nazario — 29.249 — 129 <sup>a</sup>	59 — Malvina de Souza — 34.472 — 120
10 — João Domingos Pereira — 1.200 — 107 <sup>a</sup>	63 — Aldo Antônio Vieira — 5.825 — 108 <sup>a</sup>	11 — Adelino de Quadros — 29.656 — 129	60 — Jairo Antonio Sabatini — 34.678 — 157
11 — Lotar Oscar Bracker — 1.225 — 100 <sup>a</sup>	64 — José Alves Silva — 6.152 — 108 <sup>a</sup>	12 — Valdemar José do Nascimento — 29.950 — 113	61 — Arno Buzzi — 34.820 — 100
12 — Luiz Cândido de Oliveira — 1.237 — 100 <sup>a</sup>	65 — Jorge V. Cierniewsky — 6.296 — 108 <sup>a</sup>	13 — Boaventura Correa — 29.956 — 129	62 — Vanildo Ribeiro Rodrigues — 34.836 — 102
13 — José Cardoso — 1.254 — 107 <sup>a</sup>	66 — João Francisco da Silva — 6.296 — 108 <sup>a</sup>	14 — Azizo Antonio Coelho — 30.070 — 113	63 — Plácido F. C. de Albuquerque — 34.837 — 112
14 — Leopoldo Stiffen — 1.309 — 107 <sup>a</sup>	67 — Norbert Klepas — 6.595 — 108 <sup>a</sup>	15 — Jairo Casagrande — 30.231 — 139	64 — Carlos Alberto Ferraz dos Santos — 34.932 — 122
15 — Osmarino D. da Silva — 1.531 — 107 <sup>a</sup>	68 — Maria J. M. da Silva Scoz — 11.668 — 106 <sup>a</sup>	16 — Manoel Julio Andrade — 30.478 — 110	65 — Rubens Wesphal — 34.905 — 112
16 — Alfredo Hêss — 1.382 — 107 <sup>a</sup>	69 — Francisca Amaral da Rosa — 12.364 — 106 <sup>a</sup>	17 — Villy Pereira — 30.634 — 139	66 — Laci V. Nascimento — 34.916 — 157
17 — Anízio Vieira Velho — 1.410 — 107 <sup>a</sup>	70 — José Pereira de Córdova — 12.397 — 104 <sup>a</sup>	18 — Ivone Luciano Coam — 30.704 — 110	67 — Maria Gonçalves A. dos Santos — 34.963 — 157
18 — Lorena Córdova Vieira — 1.413 — 107 <sup>a</sup>	71 — Terezinha de Jesus A. de Oliveira — 13.759 — 106 <sup>a</sup>	19 — Osmar Chaves Goulart — 31.015 — 110	68 — José Boaventura Costa — 34.973 — 112
19 — Aida Ines Pereira Alves — 1.457 — 107 <sup>a</sup>	72 — Amândio João da Silva — 13.092 — 106 <sup>a</sup>	20 — Celio Gomes Floriani — 31.064 — 110	69 — Gerson Pereira — 34.975 — 157
20 — José Maria Pereira — 1.515 — 107 <sup>a</sup>	73 — João R. Becari Lopes — 17.692 — 106 <sup>a</sup>	21 — Nilso Bitencourt Sampaio — 31.067 — 109	70 — Dauri Atanasio — 35.009 — 136
21 — Antônio de Souza — 1.535 — 107 <sup>a</sup>	74 — Laura Maria Pereira — 13.285 — 106 <sup>a</sup>	22 — Terezinha Ferreira — 31.078 — 110	71 — Doremi Carlos Bossoi — 35.048 — 112
22 — Olivio Salvadori — 1.543 — 107 <sup>a</sup>	75 — Etelvina Pereira Santana — 13.434 — 106 <sup>a</sup>	23 — Maria Ondina Palhano — 31.104 — 111	72 — Elio Mendes Jacobi — 35.049 — 112
23 — Adacir Baú — 1.601 — 107 <sup>a</sup>	76 — Vidalvina Alfredo da Silva — 18.473 — 103 <sup>a</sup>	24 — Nilton Gomes da Silva — 31.110 — 121	73 — Neri Camargo de Freitas — 35.088 — 157
24 — Hercílio Tomaz de Souza — 1.683 — 107 <sup>a</sup>	77 — Antônio Raulino Mattos — 18.589 — 106 <sup>a</sup>	25 — Maria Paulina de Souza — 31.499 — 13	74 — Rosa Maria Holzmänn — 35.050 — 112
25 — Catarina V. Valentini — 1.729 — 107 <sup>a</sup>	78 — Cecília dos Reis Santos — 18.936 — 103 <sup>a</sup>	26 — João Pedro Cordova de Freitas — 31.614 — 140	75 — Osni Varela Machado — 35.109 — 157
26 — Dalvino Alves Pereira — 1.826 — 107 <sup>a</sup>	79 — Trindade de Jesus R. Souza — 19.727 — 106 <sup>a</sup>	27 — João Maria da Cruz — 31.641 — 140	76 — Sebastião P. C. de Lima — 35.129 — 112
27 — Sílvia Ramos Furtado — 2.231 — 107 <sup>a</sup>	80 — Ilda Pires — 19.732 — 106 <sup>a</sup>	28 — Vilson Gomes da Silva — 31.661 — 140	77 — Alvacir Terezinha Corrêa — 35.217 — 112
28 — Eliseu Pelusso — 2.282 — 107 <sup>a</sup>	81 — Maria Altiva Borges — 20.018 — 106 <sup>a</sup>	29 — Verci Pereira dos Anjos — 31.767 — 84	78 — Wards Fogagnoli — 35.221 — 111
29 — João Maria dos Santos — 2.312 — 100 <sup>a</sup>	82 — Paulina Nunes Farias — 20.263 — 106 <sup>a</sup>	30 — Terezinha Salvadori — 31.872 — 140	79 — Ana L. Borges de Oliveira — 35.309 — 112
30 — Antônio Aires A. Almeida — 2.314 — 107 <sup>a</sup>	83 — Fredolino Schussler — 20.323 — 106 <sup>a</sup>	31 — Mariana da S. Celidonio — 31.989 — 140	80 — Carlos Pacheco — 35.331 — 112
31 — Júlio Paes de Farias — 2.403 — 107 <sup>a</sup>	84 — Rosalina Leal de Souza — 20.331 — 106 <sup>a</sup>	32 — Judite Dubiella — 32.077 — 140	81 — Valdir Silveira — 35.379 — 157
32 — José Tomas Siqueira — 2.534 — 100 <sup>a</sup>	85 — Nestor Antunes Corrêa — 20.484 — 106 <sup>a</sup>	33 — Janir Luciano de Souza — 32.103 — 140	82 — José Darci Maurício — 35.588 — 157
33 — João Pedro da Conceição — 2.535 — 100 <sup>a</sup>	86 — Sebastiana Cabral — 20.671 — 106 <sup>a</sup>	34 — João Fabio de Lima — 32.326 — 157	83 — Edesio Oliveira A. dos Reis — 35.603 — 157
34 — Ivo Venceslau P. de Souza — 2.545 — 100 <sup>a</sup>	87 — Valmor Nazari da Silva — 20.692 — 106 <sup>a</sup>	35 — Argentina Ferreira — 32.446 — 140	84 — Terezinha Claro — 35.658 — 24
35 — Serafim de Azambuja Maia — 2.589 — 100 <sup>a</sup>	88 — Rogério Alves de Proença — 22.880 — 106 <sup>a</sup>	36 — Lauri Farias de Liz — 33.137 — 153	85 — Cesar Rodrigues Passos — 36.069 — 110
36 — Acácio Ribeiro Rosa — 2.716 — 107 <sup>a</sup>	89 — Francisca Belarmina Mathias — 23.282 — 103 <sup>a</sup>	37 — Jaci de Souza Borges — 33.277 — 141	86 — Miguel Martins de Oliveira — 36.142 — 157
37 — Pedro Luiz Machado — 2.724 — 107 <sup>a</sup>	90 — Ivaldel Melo — 23.473 — 106 <sup>a</sup>	38 — João Cardoso de Aguiar — 33.561 — 147	87 — Raimundo Antônio Horth — 36.644 — 156
38 — Nester Faversoni — 2.835 — 100 <sup>a</sup>	91 — Maria Andrade Küster — 23.493 — 106 <sup>a</sup>	39 — Floriano Geronimo Til — 33.562 — 149	88 — Bertolina dos P. Mortari — 36.784 — 156
39 — Alvinio Pissetta — 2.829 — 107 <sup>a</sup>	92 — Ivani da Silva Furtado — 23.501 — 106 <sup>a</sup>	40 — Sebastião Pereira — 33.566 — 149	89 — João Messias Ramos — 36.792 — 156
40 — Olivia Maria Corrêa — 2.755 — 107 <sup>a</sup>	93 — Odilon Ismael Viana de Barros — 35.647 — 107 <sup>a</sup>	41 — Antônio de Oliveira — 33.583 — 149	90 — Santolino de Oliveira — 36.914 — 156
41 — Neri Osvaldo Rosa — 3.095 — 107 <sup>a</sup>	94 — Docelina Santos de J. Kleumann — 36.471 — 107 <sup>a</sup>	42 — Doralice Cardoso da Silva — 33.639 — 155	91 — Terezinha Aparecida Pucci S. — 37.271 — 112
42 — Ilda Cândida Miquelon — 3.195 — 108 <sup>a</sup>	95 — Luiz Cecatti — 36.525 — 107 <sup>a</sup>	43 — Cecilia Palhano — 33.668 — 116	92 — Leoni Alves Ribeiro — 37.393 — 112
43 — João Machado dos Santos — 3.432 — 108 <sup>a</sup>	96 — José Firmiano da Silva — 36.653 — 106 <sup>a</sup>	44 — Arlindo Bondan — 33.698 — 147	93 — Noemi Antunes Luiz — 37.623 — 156
44 — Martinha Marcos Luiz — 3.433 — 108 <sup>a</sup>	97 — Maria Luiza de Jesus — 38.880 — 20 <sup>a</sup>	45 — Friedrinch Gunn — 33.702 — 149	94 — Neli Terezinha Ribeiro C. — 37.956 — 156
45 — Edir Antunes de Souza — 3.557 — 108 <sup>a</sup>	Relação dos eleitores da 21ª Zona de Lages, que deixaram de votar durante o período de seis (6) meses em três (3) eleições seguintes (C. E. Art. 71v) até a presente data:		95 — Maria de Lourdes Andrade — 38.560 — 156
46 — Erica Furlani Antunes — 3.580 — 108 <sup>a</sup>			96 — Evangelista V. Antunes — 39.077 — 116
47 — João Ribeiro Leite — 3.584 — 108 <sup>a</sup>	Nº de ordem — Nome eleitor —	46 — Alcides Lopes — 33.707 — 149	97 — Celio Cardoso da Silva — 39.138 — 155
48 — Aurea Alves da Luz — 3.650 — 108 <sup>a</sup>	Nº Título — Seção	47 — Isaura Borba — 33.717 — 149	98 — Herotides Cardoso da Silva — 30.149 — 155
49 — Sebastião Rosa da Luz — 3.684 — 108 <sup>a</sup>	01 — Iracema Aldebert Balbinotti — 20.863 — 127 <sup>a</sup>	48 — José Marcilio Til — 33.718 — 149	99 — Nilton Rossi — 39.415 — 120
50 — Alvedorino Pereira dos Santos — 3.791 — 108 <sup>a</sup>	02 — Maria do Carmo Souza —	49 — Alta Moraes — 33.719 — 149	100 — Apolinia João Schnaider — 39.419 — 120
51 — Dorival Testa — 3.795 — 108 <sup>a</sup>		50 — Francisco Rogério dos Santos — 33.720 — 149	
52 — Eloi Assis Molina — 3.837 — 108 <sup>a</sup>		51 — Jacira Lopes de Souza —	
53 — Nelson Pereira da Silva — 4.027 — 100 <sup>a</sup>			
54 — Maria Benta Pereira —			